

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O PAPEL DA PSICOLOGIA SOCIAL  
FRENTE AO PODER E AO CONTROLE  
DA DESTRUTIVIDADE

Celso Lugão da Veiga



FGV/ISOP/CPGP  
Praia de Botafogo, 190 sala 1108  
Rio de Janeiro - Brasil

FEV  
200  
PRETO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O PAPEL DA PSICOLOGIA SOCIAL  
FRENTE AO PODER E AO CONTROLE  
DA DESTRUTIVIDADE

por

Celso Lugão da Veiga

Tese submetida como requisito parcial para  
obtenção do grau de

MESTRE EM PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, setembro de 1985

Agora que minha ignorância se acha em expansão pelo meu saber, agora que já consigo pensar um pouco nos problemas da incompletude, da cognoscibilidade, da epistemologia e da existência, noto quão profundo é o vosso pensamento, muito mais do que eu já suspeitava ao ouvi-lo na graduação.

Incompreendido por muitos devido a combinação de um certo temperamento com uma cultura vastíssima, este amigo e mentor faleceu deixando uma lacuna na história do saber. Pouco, ou quase nada se falou a respeito do homem e da obra, e eu creio, pois não domino a cultura como ele, que sua contribuição é notável, e que algo deveria ser feito a esse respeito.

Por outro lado, a saudade, a vontade do céu existir, o que, penso, é a mesma coisa que dizer: que vontade de revê-lo. Talvez um dia, talvez sempre.

Ao

Professor Euryalo Cannabrava

In memoriam.

## A G R A D E C I M E N T O S

Como bem escreveu R.K. Merton, nenhum homem sabe de modo integral, o que foi que modelou seu próprio pensamento, talvez um agradecimento dos mais originais tenha sido o de R.Patai, que, valendo-se de um artifício mitopoético personificou na figura mítica de Eudoro - o generoso, todos os quais o endividaram intelectualmente. Assim, como toda obra intelectual repousa em um emaranhado de contribuições nem sempre passíveis de discernimento gostaria de dirigir o foco de minha percepção para alguns pontos desta malha, ampliando a face de algumas pessoas.

Meus pais, avós e irmãos que considero como raízes, e destas destaco minha mãe pela incrível paciência que me dispensou quando de minhas explosões existenciais.

Ao professor Franco Lo Presti Seminério, pelos sábios conselhos e pelo exemplo vivo de ponderação e justiça social que em várias ocasiões eu presenciei.

De alguma forma, a colaboração dos professores Helmuth Ricardo Krüger, Luiz Fernando Dantas, Élide Sigelman, Eliezer Schneider, Hanns Ludwig Lippmann, Wilma Torres, Wanda Gurgel, Luis Sérgio e Nelsinéa Dunley Nogueira Rocha.

A professora Tamine José Lean pela capacidade de suportar a tríplice sorte: ser professora, ser casada com um professor, e ter que fazer sua tese de mestrado na mesma época e casa que eu- daí, pensando na psicologia dos cientistas, é sintomático o assunto escolhido por ela: identidade e paradoxos.

Quanto a ajuda financeira devo agradecer a direção do Centro de Pós-Graduação em Psicologia, que valendo-se da frase popular "Tempo é dinheiro", generosamente concedeu-me um prazo tão elástico quanto requerem as condições nas quais encontra-se um professor de estabelecimento particular de ensino. Posso asseverar que apenas nas férias foi possível redigir esta dissertação, talvez este depoimento tenha serventia, diante das inúmeras desistências de colegas, para futuros planejamentos sobre a situação do professor e do mestrando.

Finalmente, a confecção deste trabalho deve-se aos meus bons amigos José Jeronimo Moreira da Silva e César de Faria Vieira que cederam a valiosa contribuição do computador da SOLARTEC ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA., sendo este programado por Carlos D.Moraes a fim de que Elizabeth G.Sarmento pudesse cumprir a árdua tarefa de editar o texto.

## RESUMO

Esta dissertação é um estudo teórico que pretende apontar para a relevância da psicologia social frente a humanidade, para tanto os temas da destrutividade e do poder foram escolhidos. Assim, após um diagnóstico da situação global, tendo como centro os armamentos, a anomia e a alienação social, discorre-se em favor de uma engenharia social.

Para atingir tal meta são necessários alguns procedimentos: primeiro, a análise do papel da ciência, donde são colimados três aspectos: existencial, social e epistemológico; segundo, uma fundamentação axiológica, uma revisão do status científico da psicologia, e um estudo sobre polarização de atitudes em psicólogos, assunto considerado de vital importância para o amadurecimento e grau de confiabilidade desta disciplina; terceiro, indica-se algumas estratégias (contribuições) oriundas da psicologia social, capaz de auxiliar na formação desse planejamento social.

Finalmente, são três as conclusões principais: a engenharia social é de máxima importância, devendo atuar de forma incisiva na educação intercultural; a psicologia da ciência tem um papel relevante diante do pluralismo teórico e, assim como é insustentável a vida no planeta caso persista o clima de destrutividade, também é insustentável um empreendimento social, da envergadura do que aqui se propõe, sem a assistência multidisciplinar.

## S U M M A R Y

This dissertation is a theoretical study which intends to affirm the relevance of social psychology in the face of humanity, so themes like destructiveness and power were chosen. Thus, after a global circumstances diagnosis that surrounds subjects as armaments, anomy, alienation, discourses itself about a social engineering's value.

Some providences are necessary to reach that goal: first, the analysis of science's function, wherefrom three aspects were collimated: existentialist, social and epistemological; second, the axiological basis, a revisal of psychology scientific status, and a study about psychologist attitudes polarization, this is a very important question to the ripening and consistence of psychology; third, some strategics (contributions) from social psychology were indicated to help the social planning proceeding.

At last, three main conclusions: social engineering is too much important oughting to actuate into intercultural education; psychology of science has a relevant function in front of theoretical pluralism; and, if planet's life is insustentable in case that to persist destructiveness atmosphere, it's impossible a social undertaking as this dissertation suggests without multidisciplinary assistance, also.

## ÍNDICE

Agradecimentos .....	IV
Resumo .....	VI
Summary .....	VIII
INTRODUÇÃO .....	01
1 - Perspectivas de Estudo .....	02
a - Pressupostos .....	02
b - Motivação epistêmica .....	08
2 - Objetivos .....	10
3 - Metodologia .....	12
4 - Divisão do Texto .....	13
I - DIAGNÓSTICO - OS EFEITOS DA DESTRUTIVIDADE .....	14
1 - O arsenal: condições sociais de pré-beligerância	14
2 - Efeitos psicossociais .....	20
3 - Definição do problema .....	30
II - CRITÉRIOS TELEONÔMICOS DA CIÊNCIA .....	40
1 - A força do conhecimento como condição de vida.	41
2 - A importância estratégica da ciência para a so-	
ciedade .....	54
3 - A força do conhecimento como busca da verdade .	68
Conclusão do Capítulo .....	78
III - SUGESTÕES PARA A VIABILIDADE DE UM PLANEJAMENTO .	79

1 - Contribuições psicológicas à axiologia .....	80
a - Moral antropocêntrica: uma reflexão .....	83
b - Êmico e ético: um estudo .....	88
c - O bem como função vital: uma sugestão .....	100
2 - DUAS REFLEXÕES METACIENTÍFICAS .....	106
d - Breve análise da psicologia .....	107
e - Polarização de atitudes .....	115
Conclusão do capítulo .....	138
V - CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL .....	142
1 - Súmula histórica .....	142
2 - Estratégias .....	154
a - Proólogo .....	189
b - As estratégias .....	189
Conclusão do capítulo .....	198
CONCLUSÕES GERAIS .....	204
BIBLIOGRAFIA .....	207
APÊNDICE 1 .....	234
APÊNDICE 2 .....	235
APÊNDICE 3 .....	239
APÊNDICE 4 .....	240

Este estudo é, no fundo, um resultado tanto de preocupações teóricas oriundas do paradigma da relevância em Psicologia Social, quanto do desenvolvimento de idéias expostas em outros trabalhos, pertinentes ao tema, tais como: ciência e ética, valor da ciência e possibilidades escatológicas, controladores e controlados, relações internacionais e bem-estar da humanidade, educação e propostas alternativas.

Os problemas do poder, da destrutividade, do controle desta e da condição humana foram escolhidos porque representam uma síntese das preocupações mencionadas acima, e, como se trata de uma dissertação de mestrado, onde o critério de originalidade não é tão fundamental, procurou-se transformar o sincretismo, entendido como uma visão de conjunto sobre uma totalidade complexa, em um sistema ordenado de idéias capaz de combinar pontos conflitantes mediante uma nova ótica. A síntese daí resultante deverá ter uma continuidade gerando um ciclo de refinamentos e novas elaborações do saber. Se este modesto exercício intelectual propicia alguma contribuição para a cultura, e, conseqüentemente, para a história do homem, é tarefa que cumpre ao leitor julgar.

Resta dizer que se confirma a relevância da psicologia social e suas possibilidades de desenvolvimento científico, mantendo-se uma perspectiva otimista quanto a

planejamentos sociais desde que observados os pontos examinados ao longo deste trabalho, cuja razão social e preocupação podem ser justificadas pelo contexto conturbado da política armamentista, econômica e social do século XX.

## 1 - PERSPECTIVA DO ESTUDO

O desenvolvimento científico tem conexão bastante estreita com a forma pela qual os trabalhos têm sido apresentados; desta maneira cabem aqui a exposição de dois pontos norteadores desta tese: os pressupostos adotados e a motivação epistêmica do autor.

### a - PRESSUPOSTOS

Quanto aos aspectos ontológicos, além da adoção do realismo crítico e do naturalismo, que serão comentados sucintamente, merecem ser apontados ainda o tema da evolução e do objeto submetido a leis.

O realismo crítico é adotado porque é consonante com a postura evidenciada pela própria ciência - das aproximações sucessivas da verdade - considerando-se ingênua uma teoria fotográfica da objetividade (R. Rudner, 1976, p.113); sobre o naturalismo, embora o tema seja amplo, aqui se pretende caracterizar apenas a crença das explicações baseadas em leis e forças naturais, sugerindo que mesmo diante de idéias sobre entidades supranaturais ainda assim restaria a possibilidade de estudo dos veículos de operacionalização, submetidos a fatores naturais. Deve-se ainda ressaltar, por-

tanto, como fez H. Krüger (1984, p.91), que apesar de monista tal postura não implica, necessariamente, num materialismo.

Dentro do âmbito da evolução e temas conexos como o emergentismo e os conceitos de progresso e desenvolvimento, a perspectiva relativista, a influência do iluminismo e uma certa simpatia com a orientação de Klaus Holzkamp se farão sentir. No caso do emergentismo sustenta-se a idéia de transformações qualitativas na realidade, sendo a "tese da emergência relativa" aquela que postula que em relação a certas circunstâncias não é tecnicamente possível prever a ocorrência de certos eventos; quanto ao eco do iluminismo trata-se da importância atribuída a educação como forma de aprimorar o homem e a sociedade; já a orientação de K. Holzkamp, que sustenta a idéia da emancipação social, coaduna-se, em parte, com a relevância da psicologia frente aos problemas humanos - no entanto, não se desvincula aqui o papel profissional, consequentemente comprometido com a militância social, do objetivo de buscar a verdade, pois não se julga os mesmos como entidades antitéticas. (tal assunto será retomado no decorrer deste trabalho).

Finalizando a exposição dos pressupostos ontológicos resta informar sobre a concepção do objeto submetido às leis. Defende-se a possibilidade de conhecimento porque se acredita que os fenômenos obedecem a uma regularidade passível de ser captada por observadores gabaritados e

equipados para tal fim. Tal crença, denota, pois a existência de um tipo de controle que rege o universo, isto é, se existe a regularidade então existem leis que podem ser deduzidas e aperfeiçoadas mediante o progresso das observações, tanto do ponto de vista da evolução de conceitos como técnicas. Logo, as teorias são consideradas sistemas em aberto, ou, estão sempre sujeitas a renovação. E o homem é, ontologicamente, sujeito as regularidades incluindo seu comportamento - entendido aqui de maneira ampla - e portanto está subordinado às leis de funcionamento que uma vez bem interpretadas podem oferecer prognósticos. Entretanto, não se advoga um determinismo rígido, pois sendo inúmeras as variáveis e suas combinações possíveis o caráter das hipóteses é limitado por situações, condições e contextos específicos refletindo-se tal problemática na discussão do determinismo e do livre-arbítrio. Portanto, acreditando que é incoerente admitir a liberdade total e a possibilidade de fazer ciência, a opção é por uma forma de determinismo, cujo conjunto de regras definidoras é tão extenso que a autonomia do homem não é abalada, salvo por processos que destroem a sua condição humana (ver H. Arendt, 1981) como a privação, a tortura e as patologias. Aliás, argumentos favoráveis a idéia de liberdade subjetiva não são infensos a noção de controle e predictibilidade, como demonstra o trabalho de M. Pages (1976) e os comentários de C. Hall e G. Lindzey (1984, p. 66-77) sobre a testagem dos construtos rogerianos.

Vale lembrar ainda que uma das inúmeras variáveis

que afetam as predições e a própria consciência deste processo, o artigo de Michael Scriven, intitulado "um traço essencialmente imprevisível do comportamento humano" analisa tal questão. (in S. Morgenbesser, 1972, p. 203-215)

Outros tipos de pressupostos que devem ser explicitados são os epistemológicos, compreendidos através de temas como o otimismo epistemológico, a origem do conhecimento e a verdade. Dentro do otimismo, isto é, da possibilidade de conhecimento, mantém-se a atitude de dúvida ~~de~~ metódica em conexão com o criticismo epistemológico, ou seja, há o reconhecimento dos limites cognitivos humanos e de interferências diversas, como sugerem R. Bandler e J. Grinder (1977 p. 25-41). Diante da fonte do conhecimento em psicologia social perfilam-se três visões, segundo H. Krüger (op. cit., p. 96): a empírica, a racionalista e a hermenêutica. Admite-se uma simpatia maior pelas duas últimas; assim, embora não se menospreze os dados da experiência, se valorizam os processos cognitivos e a dimensão simbólica do homem, no primeiro caso porque considera-se teoricamente mais fecunda tal postura, e no segundo, porque se atribui especial interesse, dificuldade e importância ao problema do significado e das atitudes precoces em termos de interpretação. Sobre o conceito de verdade, este em ciência se traduz pela noção de objetividade e foi analisado como predicado de idéias, proposições, métodos, e até mesmo como qualidade inerente ao investigador, por R. Rudner (1976, p. 111-116); sendo que em psicologia, a verdade é apresentada por H. Krüger (1984, p.

100) ligada à teoria da correspondência e ao pragmatismo. Na presente tese anui-se com os pontos críticos sustentados por R. Rudner, pois seu texto visa tornar clara certas imprecisões sobre o uso do termo objetividade, mas enfatiza-se que também a teoria da correspondência e o pragmatismo, necessariamente, não são consideradas entidades antitéticas. O problema pode ser conciliável mediante uma definição de utilidade calcada em princípios que atendam a teoria da correspondência. Embora tal empreendimento seja árduo deve ser visado, porque acredita-se ser esta uma das chaves para a elaboração de planejamentos sociais mais eficazes e justos, isto é, úteis para a população. Logo, se advoga tanto a consistência teórica quanto a utilidade social do empreendimento científico.

Quanto aos pressupostos lógicos existe um problema fundamental quanto a natureza dos princípios básicos, a saber: da contradição, da identidade e do terceiro excluído, trata-se da opção descritiva versus a prescritiva, assim, a escolha da posição prescritiva é aqui adotada porque julga-se haver mais possibilidades heurísticas nesta maneira de encarar a realidade, sendo compatível também ~~também~~ com o pensamento oriental de reconciliação dos opostos, o qual ganha uma nova dimensão se enfocando por esta brecha. Aceitando-se o ponto de vista prescritivo, isto é, que tais princípios são procedentes de uma autoridade intelectual podendo não existirem na natureza, cria-se a interessante possibilidade de um espaço para os três princípios até mes-

mo descrevendo um segmento do universo, sem que com isso se generalize sua aplicação. O que se tenta justificar com tal raciocínio é o caráter mais flexível para os sistemas interpretativos. Tal discussão se prolongaria, provavelmente exigindo explorações com paradoxos, mas isto foge por demais ao interesse do presente estudo.

Finalmente, quanto aos pressupostos axiológicos pode ser dito que a honestidade intelectual, o interesse social e a liberdade de pensamento são metas e referências cuja presença se procurou manter. Da mesma forma acredita-se que a distinção entre juízos de valor e juízos de fato é relevante quando esta em jogo o papel da psicologia social frente a temas como o poder e a destrutividade: ignorar tal diferença é mais prejudicial do que confundir os conceitos, porque no primeiro caso não haveria como aplicar critérios de corrigibilidade, ficando a ciência e a sociedade à mercê de desejos, fantasias e visões pessoais. Apenas para citar um exemplo da periculosidade envolvida, bastaria lembrar o fenômeno da superioridade ariana e os procedimentos nazistas decorrentes.

Ainda sobre os pressupostos axiológicos encadeia-se ao tema anterior um último argumento: o confronto da ideologia e utopia com a objetividade. Não se nega a existência de ideologia, seria ingenuidade, pois analisar um tema macrossocial, vivendo-se no terceiro mundo, já é por si um compromisso ideológico; o mesmo ocorre com a ideia de utopia, talvez a esperança continue sendo o remanes-

cente mitológico grego que mais influencia os homens quando a justiça social e temas conexos estão em pauta. Assim sendo, é bom que se diga, as atuais formas de governo são percebidas como variações de um mesmo assunto: o imperialismo, que recebe nomes diferentes apenas porque ainda é cedo para se fazer história—é esta a percepção político-social do autor desta dissertação. O que se tenta, na elaboração desta tese, é não impregnar o plano de análises teóricas com idiossincrasias pois há sempre o risco de, mesmo numa utopia positiva representar o interesse de poucos.

Em suma, nesta secção se procurou explicar alguns pressupostos norteadores dos pensamentos que se seguirão, completando esta proposta encontrar-se-á um exercício de introspecção, realizado na primeira pessoa do singular.

#### b - MOTIVAÇÃO EPISTÊMICA DO AUTOR

Inicialmente pensei em escrever sobre a psicologia dos cientistas mas meu orientador apontou-me as dificuldades, intransponíveis quando não se tem recursos financeiros para aplicar testes e entrevistar os cientistas; Então iniciei alguns estudos sobre a filosofia de K.R. Popper, a meta era elaborar um trabalho sobre a transformação do mundo 1 no mundo 3 através do mundo 2. Subitamente percebemos, eu e o orientador, que o tema deveria ser encaixado no contexto da Psicologia Social posto que não poderia indicar uma especialização em filosofia. Daí, traços desta tarefa determinaram o capítulo sobre polarização de atitudes, e o

rumo tomado foi um tema macrossocial, embora o aspecto microteórico seja importantíssimo, porque conciliava as várias preocupações temáticas.

Uma pausa para um último comentário, todos conhecemos as falácias da introspecção, seletividade e censura podem distorcer o material evidenciado, mesmo ciente da possível distância entre minhas declarações e a verdade, quero examinar o aspecto religioso, pois creio que ele se mistura com argumentos axiológicos.

Não sou filiado a nenhuma instituição religiosa ou credo, mas tomando por base as idéias de Mircea Eliade, concordo que o sagrado seja um elemento na estrutura da consciência e não uma fase na história desta consciência, logo, pressuponho que o sentido de religiosidade de que falava A. Einstein, está presente em todos os homens manifestando-se das formas mais variadas; por exemplo, sinto que o problema do desejo individual e da organização social, conduzindo imediatamente as normas, é um dos assuntos mais angustiantes e importantes para a humanidade, tendo sido brilhantemente exposto por F. Dostoievski na obra "Os irmãos Karamazovi" (2a. parte, Livro V - O grande inquisidor), tal tema reveste-se de grande importância quando se pretende analisar o poder e a destrutividade à luz da psicologia social. No fundo creio que tentamos sempre desvendar o enigma de nossa identidade no universo, e os cientistas o fazem através da crença na dúvida implacável, entidades tão possíveis quanto vida e morte.

## 2 - OBJETIVOS

Conforme enunciado anterior, a preocupação geral desta dissertação reside no papel da ciência frente a condição ecossistêmica, a condição humana e os relacionamentos com a vida. Porém, esta é a preocupação geral, de onde nascem três objetivos principais: o primeiro é a caracterização do clima de tensão altamente destrutivo deste século, o segundo, a compreensão do papel da ciência frente ao homem, a sociedade e a verdade, o terceiro é a sugestão da relevância da psicologia para subsidiar um planejamento de proporção internacional, indicado como prioritário diante da destrutividade.

Existem, também, objetivos secundários, os quais podem ser enumerados a seguir;

- 1 - Sugere-se que das celeumas teóricas que existem na psicologia, algumas não são conflitos genuinamente paradigmáticos, mas apenas manifestações de tendências ideológicas cognitivas.
- 2 - De posse desta informação argumenta-se a favor de uma revisão metateórica da psicologia, tendo como meta discriminar os pontos consensuais em que pode-se falar de conhecimento psicológico, dos pontos em que há conflitos interpretativos ou de outra espécie.
- 3 - Assim procedendo, recomenda-se uma análise destas zonas de conflito à luz da psicologia e da sociologia da ciência, para separar, se

possível, as divergências em uma classificação demonstrativa da espécie de conflito, i.e., o conflito é metodológico, teórico, filosófico, ou é, gestáltico, interpretativo, humano.

- 4 - Sugere-se também que a imagem da psicologia para a sociedade, para o leigo, é fundamental caso ela se proponha a participar de um planejamento social; sua capacidade de auto-organizar-se está vinculada ao respeito que pode pretender em função de uma atividade pragmática.
- 5 - Por isto, o status da psicologia é enriquecido com a análise metacientífica, lembrando-se sempre que a objetivação é a principal arma da ciência frente aos seus usos ideológicos e idiossincrásicos.
- 6 - Os critérios, ditos teleonômicos, norteadores da atividade científica, além de representarem três abordagens do papel da ciência, emprestam também um certo vigor a compreensão da problemática humana - seus valores - e em especial a polarização de atitudes entre os cientistas.
- 7 - Finalmente, frente a destrutividade, indica-se a educação intercultural para ajuizar o poder em prol de uma sociedade melhor, donde, surgindo questões axiológicas opta-se por um

posicionamento otimista e conciliador diante do tema dos universais humanos versus os valores particulares das culturas e dos homens.

No mais, resta acrescentar, que a preocupação secundária principal é conciliar o papel da psicologia social diante dos paradigmas experimentais e da relevância social, para tanto utiliza-se o problema da destrutividade, por ser um assunto fundamental neste século. E, conclua-se, não se entende aqui o saber desvinulado do bem estar.

### 3 - METODOLOGIA

Embora a psicologia social seja uma área em que estratégias de pesquisa experimental têm sido largamente utilizadas, gerando as microteorizações, o caminho adotado para abordar a temática macrosocial aqui é o estudo teórico. E com tal expressão não se pretende, por enquanto, estabelecer uma teoria, seria prematuro.

A intenção é acrescentar mais uma reflexão à literatura psicológica no que tange a temas sociais de larga escala, se deste esforço puderem ser extraídas sugestões ou hipóteses para futuros empreendimentos científicos e aplicações na comunidade tanto melhor.

Não errará o leitor que julgar este trabalho como um conjunto de análises, comparações e reflexões, voltado basicamente para os fundamentos da celeuma: ciência e bem-estar social.

Esta dissertação envolve capítulos, tópicos e seções. Tal classificação obedece apenas ao critério facilitador das referências intratexto. Assim, além da introdução, da conclusão, de quatro apêndices e da bibliografia, existem quatro capítulos, o primeiro e o segundo divididos em três seções cada um, o terceiro possui dois tópicos e um total de cinco seções; e o último subdivide-se em duas seções. Portanto, apenas o terceiro capítulo está desmembrado em tópicos e seções, a assimetria, se pode assim ser qualificado tal procedimento, justificar-se-á na medida em que o leitor se familiarizar com o raciocínio indicado pelos títulos dos capítulos, dos tópicos e das seções.

## I - DIAGNÓSTICO - OS EFEITOS DA DESTRUTIVIDADE

A criatura gerada por Mary Shelley é apenas a manifestação de processos mitopoéticos que surgiram em diferentes versões no transcorrer do tempo, a ameaça assume em pleno século XX proporções fantásticas. A descrição que segue subdivide-se em dois temas.

### 1 - O Arsenal: Condições Sociais de Pré-beligerância

Em princípio a idéia era sumarizar os artefatos bélicos, mas logo ficou claro que tal compilação era desnecessária pois alguns exemplos bastariam para o propósito, meramente descritivo, desta secção. Informa-se ainda, que os dados coletados são provenientes de cinco fontes: as obras de N. Calder (1968), R. Johnson (1979) e E. Kalina e S. Kovadloff (1983); publicações diversas da UNESCO (ver bibliografia); e material proveniente tanto de jornais quanto de entrevistas com pessoal gabaritado no assunto - esta última fonte não é citada na bibliografia. (vide p. 19-20 parágrafo)

Na terminologia norte-americana existe a sigla "ABC" que designa o conjunto das novas armas "científicas": atômicas, biológicas e químicas. Além destas podem ser mencionadas a possível utilização geoclimática, econômica e ideológica para fins estratégicos; nem a política econômica nem a doutrinação ideológica serão examinadas nesta etapa. O que primeiro se descreverá é a perspectiva química.

Durante a II Guerra Mundial, as pesquisas com gases tóxicos intensificaram-se: → continua na próxima página.

Tabum, Sarin e Soman, derivados do óxido de fosfina, representam o resultado daquelas pesquisas. Tais gases penetram na pele sem produzir bolhas ou coceira, portanto, nenhum aviso é dado as pessoas afetadas por esta família de três "gases nervosos" altamente letais: a morte se dá no decurso de quinze minutos. Para matar uma cidade do tamanho de Paris têm de ser espalhadas 250 toneladas de Sarin. "Isto é uma quantidade muito pequena, considerando-se que o estoque alemão em 1945 era de 2.700 toneladas". (N. Calder, *ibid.* p. 177).

Os gases tóxicos podem ser divididos em diversas categorias, os menos ofensivos são os gases lacrimogênicos porque causam menos dano e se dissipam facilmente; já os gases vomitórios têm consequências graves para crianças e adultos subnutridos. Um grupo mais potente é formado pelos chamados "gases de bolhas" (mostarda destilada, mostarda de nitrogênio, etc.) - sua propriedade consiste em produzir inflamações e bolhas no trato respiratório, evoluindo para broncopneumonia, diarreia e outros sintomas. Existem também os "gases sanguíneos", que interferem na utilização do oxigênio pela hemoglobina do sangue e envenenam o sistema nervoso central. São próprios para a matança em espaços confinados. Já os "gases de sufocação", fosgênio e difosgênio, agem sobre os pulmões causando uma inchação que priva a vítima de oxigênio. Seguindo a linha dos "gases nervosos" encontram-se pesquisas com "venenos psíquicos", os compostos psicotomiméticos. Durante uma conferência médica, no

Quartel General Supremo das Potências Aliadas na Europa, foi apresentado um documentário cinematográfico que dava uma idéia do comportamento de um batalhão "tratado" com LSD que fora adicionado em seu café matinal. Os soldados riam sem razão, atiravam fora suas armas, trepavam em tudo que era lugar, gritavam e choravam. Considerando-se que um quilo de LSD é suficiente para tornar "esquizofrênica" toda a população de uma cidade, como Londres, caso a distribuição seja equilibrada, é fácil perceber o poder de tais compostos. Por exemplo, em 1968 os Estados Unidos estavam desenvolvendo um gás incapacitante cognominado "BZ", passados dezessete anos não terá sido o aperfeiçoamento das armas químicas

"O nível de despesas com pesquisas em guerra química e biológica subiu de 35 milhões de dólares por ano, para 150 milhões em 1964" (N. Calder, p. 195)

Outro campo de interesse são os métodos de manipulação genética de bactérias e vírus que permitem gerar agentes patológicos, essencialmente, novos, contra os quais a preparação de defesas é quase impossível. No caso da febre-Q (doença debilitadora), uma só partícula inalada do agente R.burneti poderia ser suficiente para causar a infecção, por dedução e em tese, três gramas de tecido embrionário de galinha inoculadas com a febre-Q poderiam conter doses infecciosas suficientes para toda a população do mundo, relata N. Calder (p. 196).

Se inexistem defesas então a propagação de agentes infecciosos e toxinas através de aerosol, insetos e sabotadores torna a guerra biológica um dos empreendimentos mais catastróficos para a humanidade.

Além das armas químicas e biológicas existem os artefatos de megamorte nucleares. O estoque nuclear representava em 1983 o equivalente a quinze toneladas de TNT (trinitotolueno) por habitante do planeta, segundo E. Kalina e S. Kovadloff (op. cit., p. 72). Sendo a informação, de que o arsenal nuclear superou as exigências estratégicas e políticas, já por demais conhecida, salienta-se dois pontos não muito abordados pela imprensa.

Se o uso do país atacado é inviável pela contaminação, então é preciso se pesquisar "bombas limpas", e o segundo ponto refere-se ao incremento das guerrilhas, pois se não é possível usar os artefatos nucleares, então pode-se constatar e prever que as ditas "guerras convencionais" se tornarão mais violentas graças ao aperfeiçoamento geral das armas em termos de computadorização, precisão, poder de destrutividade e leveza para manejo.

A ação realizada em Entebbe nada mais é do que a constatação de tais aperfeiçoamentos, e tropas especiais como o Regimento 269 de Reconhecimento de Israel são motivos de vultuosas verbas; por exemplo, o chamado Grupo Nove da Guarda Fronteiriça da Alemanha Ocidental tem um orçamento anual de um milhão de dolares; em questão de horas um ataque integrado das tropas supracitadas, dos SAS ingleses

e dos Boínas Negras americanos pode ser desencadeado em qualquer parte do mundo. Quanto custa tais manobras?

Ainda mediante informações de E. Kalina e S.Kovadloff, em 1975 foram gastos 280 bilhões de dólares no setor militar mundial. No Vietnã seguramente foram gastos 400 bilhões de dólares com um índice de duas vezes e meia mais bombas detonadas do que em toda a Segunda Guerra Mundial. (R.Johnson, p, 159). E o complexo militar-industrial-legislativo, tendo o Pentágono como carro chefe, consome nos USA grande parte do dinheiro arrecadado dos impostos, uma média de seis milhões de dólares por ano são gastos em filmes para "justificar" o complexo belicoso. Pode-se suspeitar, portanto, que para manter 3401 bases militares externas, solapar alguns governos mediante a intriga política e ajudar a outros com armas gratuitas, além de uma rede de segurança eletrônica em torno do mundo e de um serviço de espionagem com alvos civis e patrulhamento ideológico, somas fantásticas são necessárias. Onde não causa espanto a revelação de R.Johnson sobre um estudo do Departamento de Defesa dos USA, que revelou haver 2072 ex-oficiais militares de alta patente empregados pelos cem maiores fornecedores do Pentágono.

São tais os lucros oriundos da empresa armamentista que uma investigação efetuada por D.Robinson(1972) revelou que as dez principais seitas protestantes investiram mais de 1,5 bilhão de dólares na indústria bélica, sem dúvida a tentação da idade contemporânea.

Concluindo esta secção é procedente lembrar as pesquisas apontadas por G. MacDonald (in N. Calder, p. 233-258), referentes as armas geo-físicas, que cobrem desde efeitos na base de relâmpagos, chuvas, terremotos e maremotos até as oscilações elétricas de baixa frequência sobre a fisiologia do cérebro. O Instituto de Pesquisas Cerebrais da Universidade da Califórnia realizou experiências que revelaram alguns efeitos da força de campo: rebaixamentos pequenos mas mensuráveis de desempenho quando os pacientes ficaram expostos por períodos de até quinze minutos (op.cit. p.255).

Sem dúvida as investigações prosseguem e muito se poderia escrever sobre os projetos espaciais, mas o intento desta etapa já foi atingido, embora seja cabível uma nota final.

As pessoas entrevistadas, civis e militares, cujos nomes por razões éticas não são citados, revelaram um comportamento que se poderia qualificar como excitação empolgante pelo tema, ou seja, quanto mais falavam nos refinamentos e potenciais dos ultra-modernos dispositivos de disparo como o MARK-1, o Sterling MARK-5, ou o rifle M21 e a Heckler e Koch MP55D2, mais se distanciavam da realidade das vítimas futuras e presentes. Uma descrição do tipo da que transcreveu-se no apêndice 1 foi percebida com bastante perplexidade e horror, demonstrando quão importante é o estudo da psicologia do agressor e da vítima e quão distantes do resultado final de seu trabalho se tornaram os pesquisadores e técnicos entrevistados.

## 2 - EFEITOS PSICOSSOCIAIS

O clima social do século XX está saturado de ondas de tensão oriundas de várias origens: economia, consumo dos recursos naturais, disposições bélicas e crise de valores. Não é questão simples descobrir a interação causal, caso exista, entre tais fatores, um estudo integrado psicossociológico e histórico talvez descortinasse a dinâmica da estrutura social contemporânea. Mas na impossibilidade desta tarefa, porque foge ao escopo desta dissertação e exigiria outros recursos, é viável aventar algumas manifestações deste clima tenso.

Os estudos sobre anomia e alienação podem servir de base para o que se quer demonstrar - que as consequências da destrutividade não se traduzem apenas pelo comportamento belicista, mas também por processos sociais patológicos.

Seria por demais repetitivo nesta secção compilar tudo o que se tem escrito e pesquisado sobre os conceitos de anomia e alienação, a obra de M.Clinard (1954) representa uma coletânea de textos, segundo análises de vários autores, sobre vários aspectos relacionados: desordem mental, toxicomania, alcoolismo, interação social, estrutura social, formação de quadrilhas, e um sugestivo apêndice contendo um inventário de estudos empíricos e teóricos sobre anomia. Mais recente do que esta obra é a tese de E. Sigelmann (1981), na qual, além da clássica revisão bibliográfica, há informações de fundo empírico sobre a anomia no

contexto brasileiro. Outras fontes seriam K. Mannheim (1972, p.35-36 e 69) e R.K.Merton (1970, cap.VI e VII). Não se podendo esquecer das pesquisas de M. Seligman (1977) sobre as conseqüências psicológicas da síndrome denominada "desesperança aprendida".

Antes mesmo de tecer alguns comentários em prol do esclarecimento do significado dos trabalhos supracitados cabe relatar alguns dados sobre a situação atual do planeta entendida como um apanhado de dados a respeito de diversos assuntos.

Uma primeira fonte de dados é a imprensa jornalística, que cumpre a profecia de M.McLuham (1977), com seu caráter de cobertura global dos acontecimentos. Seria ingênuo desprezar as manipulações ideológicas em tais órgãos, mas também seria um tanto persecutório desprezar tais veículos de informação. Assim, um balanço dos últimos seis anos revela tensões sociais, conflitos armados, problemas econômicos e ecológicos, embaraços administrativos, enfim, preocupações seculares de alguns homens dotados de consciência histórica, problemas tão antigos que tornam-se inseparáveis da história da humanidade.

Mas o século XX, conforme foi demonstrado na seção anterior caracteriza-se por uma onda de complexidade e poder destrutivo aumentando em muito as preocupações, tanto é assim, que o Wordwatch Institute, entidade dedicada a análise de problemas mundiais emergentes, sob a presidência de L.Brown (1983), realizou uma investigação internacional

das áreas energéticas do planeta, e ao cabo, descreveu o caráter essencial de uma sociedade viável. É interessante observar que a obra inicia-se por uma explicação paleoecológica a respeito da derrocada da civilização maia - o argumento principal aponta para a falta de planejamento diante da erosão do solo em virtude do crescimento urbano. Ora, pode-se conceber o planeta como uma nave espacial tsiolkovskiana, portanto fica evidente que urge providências para sua manutenção por uma questão de sobrevivência dos tripulantes.

Dentre as ameaças à economia, a deterioração ecológica (implicando no esgotamento das fontes e reservas de energias) é o nife do problema, isto levou L. Brown a formular em pinceladas largas as tendências que devem ser incentivadas para uma reorientação social; aliás é sugerido no prefácio a serventia da obra para planejadores e elaboradores de políticas. Dentre os rumos sugeridos estão: a perdurabilidade como princípio organizador da economia, visando o abandono da mentalidade do descartável; a reflexão sobre os caminhos do planejamento ao invés da aceleração como meta; o estudo dos problemas da taxa de natalidade de forma menos ideológica; enfim, apesar da investigação ter sido realizada no âmbito da economia e energia, é interessante observar que as considerações finais (q.v. cap. 13 da referida obra) versam sobre uma mudança de valores e alterações de prioridades, um campo excelente para a atuação e consulta de cientistas sociais, por isto, nesta dissertação dispense-se

um tópico para abordar a axiologia.

A fome mundial é um dos efeitos mais evidentes produzidos pela tensão social causada pela queda de produção, pela inflação e desemprego, estes, apontados por L. Brown (ibid. p.148), como resultantes das tensões ecológicas fruto da administração atual. Segundo J.Ziegler (1982, p.39 passim), a população planetária é de mais de quatro bilhões de pessoas, sendo que metade suporta condições materiais péssimas; em 1979 - Ano Internacional da Criança - morreram 14 milhões de crianças nascidas em 1978; só no Camboja, aliada à guerra, nesse mesmo ano, das 650.000 crianças sobreviventes, 180.000 haviam-se tornado cegas por falta de proteínas (relatório da UNICEF); um dado sobre o Brasil revela 25 milhões de crianças com menos de quinze anos recenseadas como menores abandonados que sofrem de desnutrição, doença, solidão, desespero, etc. Aliás, o autor desta dissertação, num trabalho anterior (1981a) sobre a questão do menor, apontou para um fato histórico que merece ser repetido: quando T.A. Edson, o gênio da lâmpada e de outras 1093 invenções faleceu, foi pedido para, em sinal de reconhecimento, serem desligadas por um minuto as suas criações - o pedido foi recusado sob a alegação de riscos e prejuízos ao sistema. Enquanto a ganância, durante pelo menos um minuto, não for refreada, será difícil a humanidade se livrar da sombra de um Malthus novo-estilo (q.v.J. Poursin, 1975 p.145), e experiências como as de J.Calhoun, relatada por E. Hall (1977) não estarão tão afastadas do

campo social.

O documento conhecido por Declaração de Alma-Ata, também aponta a desnutrição como efeito de uma política administrativa, que precisa ser revista; conforme sugestão de H. Mahler, a combinação do conhecimento científico e técnico com a capacidade de persuasão política será fundamental, conforme relata W.Barton(1979). O fato é que na literatura um grande número de autores têm denunciado aquilo que J. Ziegler (1977.p.140-157) chama de canibalismo mercantil, dentre estes, E. Kalina et alli (op.cit.) e M.Ferguson (1980) para citar dois recentes, R.Aron et alli (1969) organizadores do colóquio de Bale-Rheinfelden, para demonstrar um movimento mais antigo.

O canibalismo mercantil age com diferentes graus de eficácia segundo J. Ziegler (id.ibid.), sendo devastador para o Terceiro Mundo, e aqui cabe lembrar - com toque de sátira de sabor bungiano - que até o alcance para o mundo 3 de K.Popper fica prejudicado, pois, como recorda M. Bunge(1980 p.126) o povo em um estado <sup>de</sup> subdesenvolvimento biológico cai na apatia, condição incompatível ao trabalho intelectual.

O momento é propício para retornar aos trabalhos sobre desesperança aprendida, alienação e anomia, instar sobre os problemas mundiais é desnecessário.

A desesperança aprendida ocorre quando os indivíduos são submetidos a situações nas quais não existe relação congruente entre sua conduta e os resultados dela,

sejam positivos ou negativos, tal síndrome psicológica atinge três áreas: a motivacional, de onde a passividade e a inércia; a cognitiva, resultando numa orientação rígida e, logo, problemática para o aprendizado de novas condutas; a afetiva, causando desajustes emocionais que implicam em depressão e apatia. E. Mesthene, citado por J. Reis (1975, p. 6), atribui a poderosos interesses de grupo, "que gozam da energia sem atenção para suas fontes", o clima favorável a proliferação da síndrome enunciada por M. Seligman; caracterizou tais interesses sob os nomes de "síndrome Apolo" e "complexo Everest".

Em psicologia social, ainda explorando temas conexos à desesperança, P. Zimbardo (q.v. C. Veiga, 1981) também estudou os efeitos psicossociais de uma programação imposta socialmente - pela família, escola e demais instituições - sobre o controle cognitivo das emoções, e, por extensão, sobre os mecanismos de controle social. Para tanto, utilizou-se da hipnose no intuito de alterar a perspectiva de tempo de seus sujeitos, postulando que um sujeito induzido a viver a instância de tempo denominada presente, comportar-se-á de forma mais impulsiva e menos analítica e reflexiva, estas duas últimas formas permitem a adaptação social, a preocupação com o alheio, e a percepção da consistência temporal do eu e da situação, ao passo que a primeira favorece o retorno a um "princípio do prazer" (S. Freud, 1976, vol. XVIII) tendo como consequência a desindividuação. Assim, pode-se formular que quando a fé no futuro é abalada, o sujeito

concentra-se no presente imediato tornando-se mais suscetível aos "processos desindividualizadores". O anonimato é um aspecto destes processos, que naturalmente, elicia comportamentos anti-sociais, posto que a socialização depende da crença nos mecanismos de controle social, e estes, por sua vez, só atuam em função do seu caráter prospectivo. Daí o experimento de simulação carcerária em Stanford. O alcance pragmático desses estudos conduzidos por P. Zimbardo é evidente, cabendo atentar, neste caso, para o estudo de E. Goffman (1974) sobre as características e dinâmica das instituições totais.

A alienação, relata E. Sigelmann (ibid, p.77), teve na conceituação de M. Seeman a sua melhor formulação, este sociólogo definiu-a através de cinco componentes - impotência, falta de significado, falta de normas, isolamento, auto-estranhamento - sendo que o primeiro, de cunho marxista, produz efeitos psicológicos que assemelham-se aos efeitos provocados pelo conceito de externalidade proposto por J. Rotter (D. Peck e D. Whitlow, 1976, p.82-89) ou seja, a ocorrência dos eventos é desvinculada do comportamento, o que sem dúvida lembra a síndrome de M. Seligman outrossim, embora haja uma perspectiva realista no que tange a dimensão do status individual frente ao sistema macrosocial. O segundo, de cunho cognitivo, pode ser entendido como a dinâmica do princípio de *closura* diante de uma visão parcial da situação, isto é, face a necessidade e a impossibilidade de compreender o significado situacional, o indivíduo ~~de~~

defronta-se com um processo de instabilidade dubitativa sobre o que fazer, ativando aquilo que E.Fromm (1978) analisou como fuga da liberdade, resolvendo-se o conflito por significados mágicos, paratáxicos (H. Sullivan), "rotuladores" como nos preconceitos. O quarto (o salto sobre o 3º é intencional) componente, o isolamento, é o desligamento das tradições sociais, caracterizando-se por um vetor de dupla função, i.e., pode levar o indivíduo a contribuir para a não estagnação social, conforme tese de E. Morin (1975), quanto a atitudes iconoclastas, tendo por finalidade a exacerbação da destrutividade. ~~E o quinto, ao da destrutividade.~~ E o quinto, auto-estranhamento, pode ser entendido segundo a perspectiva do canibalismo mercantil de J.Ziggler (ibid.) ou através da reflexão entre o "ter" e o "ser" de E.Fromm, é o processo de coisificação do homem, onde o valor próprio do eu é substituído, ou exteriorizado, para objetos utilitários, é curioso o dado exposto por J.Ziegler (1982, p.68) sobre o significado literal do termo alienação (enfremdung) em alemão: "aquilo que se tornou estranho para si mesmo", que por sua vez é sinônimo de "verdinglichung", reificação, definido filosoficamente no processo de alienação, como o momento em que a característica de ser uma "coisa" se torna típica da realidade objetiva; é a objetificação do homem.

O terceiro componente, a falta de normas, foi deslocado porque deriva do conceito de anomia. O trabalho de P.Zimbardo (ibid.) aponta exatamente para a ruptura das

normas frente a ausência do caráter prospectivo, e a predominância dos meios sobre os fins, com a derrocada da consciência histórica gerando uma indiferença para com as tradições, e uma descrença no futuro. Quanto ao conceito de anomia (ausência de normas), este foi bastante explorado por E. Durkheim (1978) e por R.K.Merton (ibid.), podendo ser definido sociologicamente (q.v.R.F.Merton, ibid., p.236) como uma "ruptura na estrutura cultural, ocorrendo, particularmente, quando há uma disfunção aguda entre as normas e metas culturais e as capacidades socialmente estruturadas dos membros do grupo em agir de acordo com as primeiras". Psicologicamente foi definido por R. MacIver (apud Merton, ibid.) como "um estado de espírito no qual o indivíduo vive sobre a débil linha da sensação entre nenhum futuro e nenhum passado ... o senso de coesão social - mola principal da moral - esta quebrado ou fatalmente enfraquecido". Diga-se que E. Sigelmann (ibid., p.178) encontrou um alto grau de anomia no segmento populacional estudado, e que a recomendação profilática de S.Grazia (apud Sigelmann, p.61), é substituir a competição pela cooperação.

De posse destes conceitos e das informações anteriores, argumentar-se-á em favor da tese da existência de condutas destrutivas, semelhante ao conceito de E. Fromm (1975), isto é, reconhece-se nesta dissertação que sem um planejamento consistente, sobre o qual pretende-se discorrer, a transição histórico-social multiplicará os

fatores estressantes, propiciando, em anexo ao conjunto de reações fisiológicas não específicas do organismo, o incremento da destrutividade, posto que é uma reação não específica da agressão benigna (q.v. E.Fromm, *ibid.*), ou seja, trata-se de aprendizagem da expressão agressiva, responsável tal canal aprendido pelo incremento da destrutividade no mundo, num sistema de retro-alimentação com as tensões e crises sociais. Tal raciocínio é apresentado de forma mais incisiva na próxima secção.

## DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O vínculo do observador com o objeto, seja este algo situado no plano empírico ou no formal, é a "conditio sine qua non" para a existência de um problema, e este surge quando há um conflito entre a organização e os processos decodificadores do observador e a ordem (ou falta de) percebida até então como natural; donde a importância atribuída ao sujeito, entendido como um complexo de interações entre processos internos e influências externas. As três declarações a seguir revelam a consciência deste aspecto: "uma observação cria um problema somente se ela se conflita com certas expectativas nossas, conscientes ou inconscientes" (K.Popper, 1978.p.15); "a história humana é a conscientização de suas perspectivas positivas e negativas estão, certamente, influenciando o interesse do psicólogo que se volta para a História..." (E.Schneider, 1978, prefácio); "a história das idéias tem sido sempre reflexo das condições históricas..." (G.Allport, 1979, p.247).

O problema suscitado é de âmbito macrossocial, poder e destrutividade, e a estratégia examinada para analisá-lo é a psicologia social, embora, e isto é fundamental, seja sugerido ao longo da dissertação que apenas um trabalho integrado das disciplinas componentes do atual quadro cultural, ofereceria uma visão política eficaz o suficiente para prover alterações sociais.

Antes de especificar o parágrafo anterior usar-se-á uma metáfora, fruto da experiência em psicologia clí-

nica, para ilustrar a dinâmica seguida: num primeiro momento diagnóstico observa-se um clima mundial repleto de tensões sociais, ecológicas, existenciais; num segundo momento destaca-se desse emaranhado o aspecto da destrutividade, pois é o elemento crítico para a continuidade do trabalho terapêutico, i.e., se o cliente (a humanidade) se suicidar interrompe-se a terapia (as possibilidades de intervenção no planejamento social); simultaneamente, é percebido o poder relacionado com o nível tecnológico-bélico e social. Então, já de posse de um objetivo terapêutico, estuda-se um plano de atuação - neste vislumbra-se o alcance da psicologia social em termos pragmáticos - para evitar o colapso final do cliente (a humanidade), e, recomenda-se o fortalecimento das relações internacionais, da consciência histórica e a reflexão sobre os códigos de ética que comandam tais processos; porém as atitudes antagônicas - preconceito, falta de perspectiva e comodismo - impõem-se como obstáculo ao planejamento (terapia), e sua análise revela que a viabilidade deste planejamento não depende apenas do plano em si, mas do auto-conhecimento de quem o aplica, e do consenso sobre esta aplicação, ou seja, de um ponto de vista pragmático a situação de alta periculosidade requer dos especialistas uma sugestão prática e eficaz, a qual não resolve os conflitos teóricos, porém utiliza-se de áreas consensuais propiciando e clarificando, inclusive, a revisão das celeumas, sejam teóricas ou sociais. Assim, a análise contida nas duas secções

precedentes-arsenal e efeitos psicossociais - pode ser entendida como o diagnóstico; a exposição dos três critérios teleonômicos representa um exame da função da ciência e do seu lugar sócio-existencial; as sugestões para a viabilidade do planejamento compõem-se de cinco secções que têm por objetivo a análise dos códigos de comando (axiologia) e do papel da psicologia - e nestes dois últimos tópicos que podem ser vistas análises e obstáculos ao planejamento social. Finalmente o último capítulo indica as possibilidades da psicologia social frente a destrutividade, segue-se uma conclusão, na qual poderá ser percebida a educação intercultural, no dizer de G.Allport (ibid.p.249), como o campo primordial das atenções.

Após ter sido fornecida uma visão dinâmica da abordagem do problema, cabe especificar seus termos. Em primeiro lugar, sendo também um problema macrossocial, aqui é encarada desta maneira, a destrutividade deve ser situada quanto a questão do inatismo e da aprendizagem (nature x nurture). A posição adotada nesta dissertação admite a existência de componentes inatos para a agressividade, porém julga que a destrutividade é aprendida e facilitada pelo clima de tensão social e ecológica: resta ao psicólogo social observar as condições de sua manifestação, na esperança de detectar quando a sua expressão é mais violenta ou mais <sup>v</sup> poderada, (diante de quais fatores?) sem menosprezar o inatismo do processo agressivo, entendido como importante para a sobrevivência. Portanto, a destrutividade é encarada

como uma manifestação aprendida e patológica, sócio-individualmente, da agressividade. Como tantos outros "mecanismos" humanos, os mesmo processos que servem ao crescimento, a orientação, e a independência, podem ser canalizados por meio da aprendizagem para a morte, a desorientação e a escravidão. Entrevistado por R.Evans (1979, p.62), H. Harlow expressou a dificuldade de se compreender tal questão (inato x aprendido), afirmando que tais componentes coexistem e interagem desde a formação da vida, o que torna ainda mais complicada a questão; N. Miller, outro entrevistado (id. ibid., p.211), reconhece a possibilidade inata para a agressão, sendo que suas formas de expressão sujeitam-se a aprendizagem; também N. Tinbergen (ibid., p.47) declara que quase todo comportamento possui componentes inatos e aprendidos, pois desde que o embrião desenvolve-se, ele interage com o ambiente, e K.Lorenz (ibid., p.40) afirma que não se pode ensinar uma manifestação inata a não se manifestar, mas pode-se ensinar a direção da expressão inata. De posse destes argumentos, já se percebe que o controle da destrutividade é possível através de uma educação apropriada, e aí a psicologia social (mas não apenas) tem um acervo de informações importantes, o último capítulo faz sugestões a este respeito.

Naturalmente, não escapa ao leitor a pergunta sobre o significado da expressão "educação apropriada"; apesar do termo "apropriado" visar a redução da destrutividade, ainda indica um parâmetro valorativo na medida em que

repousa em critérios decisórios, assim, quem tem o poder de decidir ? Tal pergunta exige uma incursão no terreno axiológico, daí as contribuições psicológicas posto que o autor desta dissertação não é um filósofo. Simultaneamente, já pode-se esclarecer: o conceito de poder entressacha-se ao longo da dissertação sob vários aspectos, desde o autoritarismo propiciado pela tecnologia até a influência da própria ciência, no caso, da psicologia, no cenário das relações internacionais; poder para decidir o que ensinar; o saber como poder; poder para construir e destruir; donde um alerta, o tema do poder não recebe um tratamento específico pois é um conceito multifacetado que interessa ser trabalhado quando surge, porém sua frequência exigiria outra dissertação, assim não se omite sua presença e relevância.

Conforme já sugerido, ressalta-se a relevância da psicologia social diante do poder e da destrutividade, mas, paralelamente as preocupações axiológicas esboçadas no parágrafo precedente, surge a questão do consenso diante do pluralismo teórico. O que fazer? A sugestão, além de uma análise de três critérios ditos teleonômicos da ciência e da psicologia em particular, é a investigação das atitudes polarizadas; desenvolvendo o que se acaba de escrever: não se recomenda o fim do pluralismo teórico, seria uma arbitrariedade descabida, aconselha-se uma análise criteriosa do lugar social e existencial da ciência frente ao homem, tendo-se o cuidado de perceber os liames fundamentais com a busca da

verdade (objetivação) de um lado, e as tendências antropomorfizantes e as atitudes polarizadas do outro - o aspecto existencial do conhecimento vinculado ao seu aspecto verdadeiro, encanta o homem a tal ponto que este por vezes adota para sua filosofia pessoal aquela "verdade", mas esquece que mesmo após trezentos anos a "verdade" de I. Newton foi enriquecida, pois a ciência joga com verdades que se aproximam mais do conceito de hipótese, e não do de "dogma". Atribui-se a polarização de atitudes parte da responsabilidade para o impedimento de uma atuação social mais eficaz da psicologia.

Neste ponto já deve ter ficado claro que não se concorda com uma posição filosófica postulante da inevitabilidade do destino, anuindo-se com a sugestão de K. R. Popper (1980, p. 36) em termos de uma engenharia social, onde a razão é capaz de planejar uma sociedade viável, porque, sendo a violência o último refúgio da incompetência, de acordo com I. Asimov (1982, p. 52), a decisão sobre o destino humano depende do quanto se pretende investir num plano para a paz e saúde do mundo.

Um alerta, o processo desantropomorfizador e des-polarizador é eliciado por uma educação perpectivista, assim, por meio da crítica poder-se-á tomar consciência daquilo que M. Bunge (1976, p. 137) diz que Agassi chama de operação "bootstrap", bem como L. Bertalanffy (1977, p. 324), ambos referindo-se ao feito do lendário Barão de Munchhausen, criado por G. A. Burger (1949), que sai de um

atoleiro erguendo-se pelos próprios cordões do sapato, i.e., a capacidade de pensar sobre o pensamento, de rever o próprio raciocínio, de se distanciar da própria hipótese para melhor crítica-la, entendendo-se por distanciamento a imparcialidade de julgamento que só é viável quando se tem consciência dos afetos e tendenciosidades cognitivas.

Quanto a psicologia social enfatiza-se, como se depreende da articulação anterior, o seu papel relevante e emancipatório para a sociedade, mas não se percebe esta função como antitética à pesquisa da verdade por meios experimentais, considera-se que debalde é a tentativa de separar a verdade do bem-estar social.

Sintetizando, a psicologia social é percebida como dotada de recursos suficientes para colaborar com outras disciplinas (sociologia, política, ecologia, administração, cibernética, economia, etc) em prol de um planejamento capaz de alterar o atual quadro social internacional, porque este é diagnosticado como mantenedor e propiciador da destrutividade. Logo, esta é focalizada como sendo aprendida, imposta socialmente, sem nenhum componente inato - a agressividade, no entanto, seria inata, mas sua expressão é sujeita a fatores inibidores, eliciadores e orientadores, portanto, embora a agressividade e a destrutividade possam ser percebidas sobre um mesmo eixo (das emoções), são conceitos diferentes: a segunda é uma canalização perigosa da primeira; a segunda é aprendida, a primeira existe.

Caso o objetivo colimado fosse a aplicação da

psicologia para solver ou minorar os problemas humanos, seria preciso antes arrumar a própria casa, ou seja, estabelecer a análise: do papel da ciência, do campo de estudos psicológicos, e dos conflitos impeditivos de uma aplicação dos conhecimentos na esfera social, insistindo-se no argumento da não-contrariedade entre a pragmática e a validade e coerência. Este último argumento tem uma razão, e a relevância do status quo da psicologia frente ao leigo, a sociedade, e a sua finalidade emancipatória, i.e., um planejamento deve repousar sobre áreas em que o grau e o nível da certeza são mais consistentes, e portanto deve haver maior consenso, do que a quantidade e a qualidade das dúvidas, estas, onde as divergências aumentam, interessam aos teóricos, cabe a eles a pesquisa e o debate. Se não se organizar a psicologia em termos de uma revisão teórica-experimental do conjunto, capaz de distinguir zonas consensuais de zonas de conflito, informando com segurança sobre o que já pode ser conhecimento e aquilo que se revela como hipótese inconsistente, ou, sujeita a tantas interpretações que a torna dúbia, então como pleitear-se o direito da psicologia intervir no campo social? Que tipo de segurança e maturidade pode ser projetada por uma junta de cirurgiões que discute acirradamente sobre o paciente? Que tipo de segurança e maturidade, pode haver quando um grupo de psicólogos debate as divergências teóricas, enquanto a destrutividade ameaça a humanidade? Frente a tais indagações, recomenda-se que muito já pode ser feito com o material consensual, que os debates e

polêmicas são importantes, mas se deve evitar a polarização de atitudes, bem como cultivar uma postura mais política, diplomática, da veiculação pública da informação psicológica, sem o que a psicologia cairá no descrédito popular, o que será seríssimo para a pretendida engenharia social.

O próximo capítulo aborda, justamente, três seções que examinam mais a fundo o papel da ciência, onde inclui-se a psicologia. Justifica-se tal capítulo em virtude das discussões sobre o caráter da ciência.

Por enquanto, ainda é oportuno confessar que na confecção desta dissertação, o autor, fundamentalmente, propõe análises do campo científico e do mundo social, mas intenta oferecer perspectivas para os milenares dilemas humanos, claro está que a visão é parcial, didática e nada original, porém, revela dois aspectos: a crença no reconstrucionismo e a sugestão de que afinal não é culpa dos pensadores sociais se a única solução que se vislumbra é um certo maquiavelismo psicossociológico, i.e., uma mistura de "ingenuidade" com astúcia e perseverança.

Para concluir, as condições sociais de pré-beligerância impõem ao homem uma certa decisão, caso ele não queira oscilar ao sabor da história. Em qualquer das situações, entretanto, pode-se aventar saídas positivas e negativas: as primeiras repousam no planejamento e no uso da razão e dos afetos, visando a construção e harmonia sociais, as outras apoiam-se nos abusos do poder irracional, gerador de iniquidades, perversões e genocídios. As bases axiológi-

cas da ciência têm mais afinidade com o reconstrucionismo, representativo das saídas positivas, do que com o poder irracional. Nada impede também, e a história o demonstra, que os artefatos da razão sejam usados para objetivos irracionais. Assim se recain<sup>e</sup> no processo decisório, as consequências da opção são sugeridas ao longo das próximas páginas.

## II - CRITÉRIOS TELEONÔMICOS DA CIÊNCIA

Uma palavra acerca do que se entende por critério teleonômico, o termo aqui empregado refere-se a três fatores fundamentais que norteiam a atividade científica, portanto não se confunde com a teleologia, amplamente debatida por D.Hull (1975, cap.IV) mas com a idéia de "projeto" conforme discutida por J.Monod (1971, cap.1), posto que ao perseguir a objetividade do conhecimento durante os séculos, se assim percebe-se o desenvolvimento do saber, o homem paralelamente busca um porque existencial e uma razão social.

Assim, os três critérios teleonômicos, podem ser interpretados sob o ponto de vista psicológico (motivacional); como um projeto social (abordagem sócio-política); e sob o crivo da validação (epistemológico), respectivamente, postulando-se que tais argumentos delimitam o que aqui se entende como o panorama da atividade científica. Logo, apesar da meta do cientista ser estabelecer conhecimentos, e, portanto, verdades, há que se reconhecer uma complexa área sócio-psicológica, histórica e política que induz a depoimentos como o de G.Kneller (1980, p.279): "a pressão que visões do mundo e ideologias exercem sobre a ciência é mais sutil e profunda do que suspeitamos".

Portanto, compreende-se que a postura da epistemologia crítica de J.Habermas, as indicações de J.Ravetz sobre os desmandos da ciência, e, particularmente, na psicologia, movimentos como a psicologia comunitária e a

relevância em psicologia social, não são distorções da busca de objetividade, ao contrário, são indicadores da seriedade com que os cientistas encaram sua tarefa perante a verdade e a vida. Retornar-se-á, mais tarde, a este argumento. (ver p.43)

Seguem-se os três critérios teleonômicos da atividade científica, conforme foram batizados.

#### A FORÇA DO CONHECIMENTO COMO CONDIÇÃO DE VIDA

O argumento exposto nesta secção pode ser apreciado como uma reflexão sobre a função psicológica do saber, em especial sustenta-se - aliado ao conceito de motivação epistêmica - um certo hedonismo epistêmico, o qual deve ser entendido como o prazer oriundo de uma explicação sobre o incognoscível. Assim, o homem tende a buscar formas de explicação para a natureza de acordo com o grau e nível de senso crítico que possui, e se satisfaz durante um período de tempo com a explicação engendrada, isto é, uma maneira de explicar para não desesperar, e, conseqüentemente, relaxar diante dos problemas existenciais e metafísicos.

O saber, seja científico ou não, visa reduzir a perplexidade do homem diante do mundo e, supostamente, é o que aqui se defende, favorecer a condição da vida humana mediante um conhecimento maior do mundo; logo, pode-se aventar, a força do conhecimento repousa, desde os primórdios, nesta sua capacidade: suprir a necessidade de

organizar a experiência, e, portanto, tranquilizar o homem diante de sua angústia frente ao por que do Universo, ao por que da vida, ao por que da morte.

A história do homem mostra que ele advoga inúmeras formas de saber, desde ritos e religiões até a mecânica quântica, desde as inúmeras "mancias" até a astrofísica, desde a alquimia e os diagnósticos e técnicas medievais para detectar a presença do demônio até a bioquímica e farmacopéia atual com seus remédios infalíveis como a talidomida (sic), explica-se: a idéia é apontar para as aplicações do saber nas diferentes épocas, lembrando que há um jogo de interesses constantemente sendo praticado, justificando inclusive que se fale em tipos de poder ao invés de formas de saber. No caso da talidomida e de tantos outros escândalos, convém recordar as obras de J. Landmann (1982, 1983), as quais denunciam as articulações do jogo de interesses entre os grandes laboratórios e a prática médica, por exemplo, o esquema de propaganda - moralmente condenável - segue o preceito de que o importante é a venda do produto, sendo a máxima dos propagandistas em relação aos médicos: "se você não pode convencê-los, confunda-os" (2a. op. cit., p. 113). Em tempo, para manter a clareza do enfoque desta dissertação, cumpre esclarecer a diferença entre a magia, a ciência eficaz, a ciência não-eficaz, e o uso positivo ou perverso destas formas de poder: a bem da verdade, apenas o conhecimento científico pode ser assim, chamado, isto é, "conhecimento"; o fato da ciência basear-se em conjecturas e refutações, ou proposições

passíveis de verificação e corrigibilidade, justifica, por seu turno, o sentido da expressão ciência não-eficaz, ou seja, as hipóteses inconsistentes e refutáveis em termos maciços; quanto a magia, seria de dois tipos, aquela baseada em superstições e pensamentos mágicos sem preocupação com observações mais imediatas da realidade, e aquela oriunda de vivências e análises de regularidades no plano empírico, numa tentativa da aproximação das verdades empíricas. Assim, todas estas formas de poder - e o conhecimento científico não foge a regra - são passíveis de usos eticamente louváveis ou malignos, havendo ainda o mal uso por ignorância, e o bom uso por astúcia política; enfim é difícil precisar em casos como a talidomida, até onde pode-se justificar o mal uso por ignorância e o mal uso por questões éticas; o cenário social é por demais complexo para que erros deste tipo sejam integralmente apurados, e de se supor que a intenção não era a deformação genética, mas a ética-deformada por razões possivelmente comerciais - tem levado inúmeras pessoas a se tornarem vítimas de medicamentos e produtos químicos lançados de forma imprudente para o consumidor.

Autores como H. Marcuse (1964), J. Ravetz (1971), J. Habermas (1971) sensibilizados por questões semelhantes as anteriormente expostas, têm ~~sido~~ insistido na análise do relacionamento da ciência com a sociedade - reitera-se que nesta

\*Foram fornecidas as datas originais de publicação em prol de uma perspectiva histórica das preocupações com o assunto. Ver G. Kneller, 1980, cap. 12.

secção apenas analisa-se a função psicológica do saber, sendo aí que atua a propaganda, boa ou má-na qual encontram-se as agências intermediárias que ditam as normas do jogo; talvez meta-analisando este discurso, se pudesse cogitar que do ponto de vista epistemológico dentre as teorias da correspondência, da coerência e do pragmatismo como fontes para análise da verdade, tais autores demonstram a insuficiência do último critério, o pragmático. Fica evidente que, isolado, o pragmatismo pode estar a serviço de aberrações diante dos usos do saber. Mas não cabe desenvolver tal tema, por isto retornar-se-á ao dilema existencial humano.

Dizia-se que é possível detectar-se na história do homem formas variadas de saber, ou poder, surgidas da angústia e perplexidade diante do universo, conforme A. Buzzi (1980, p.150-165) informa. A religião, ou a manifestação do sagrado, é uma das formas mais rudimentares de interpretação dos fenômenos porque está impregnado de animismo e antropomorfismo; a religião "explica" para o homem solitário frente aos enigmas a ordem das coisas, e isto o tranquiliza (hedonismo epistêmico). Ao fornecer uma interpretação fechada da natureza, as crenças religiosas operam a passagem do mundo desconhecido para o domínio consciente da psique, transformam o irracional em racional convertendo a angústia em certeza, o medo em rituais e a morte em fenômeno passageiro ou parcial, isto é, ou advoga-se a lei palingênética como J.Andrea(1980) ou seja, ante a impossibilidade de comunicar e "viver a morte" simultaneamente, quer

dizer, a inviabilidade de imaginar uma não-consciência, torna a morte parcial porque só pode ser pensada enquanto há vida. Cumpre ressaltar que não se desconhece a existência de obras a tal respeito, por exemplo R. Moody (1979) e N. Jacobson (1979), mas estas apontam exatamente para o que se declarava = o relato de pacientes terminais corrobora ou a passagem ou a parcialidade.

Portanto, nos nebulosos incunábulo do homem, ele se satisfaz com explanações antropomórficas, animistas, religiosas, que ainda hoje, conservam seu poder, basta olhar para a proliferação de seitas em momentos de crise social. Parece óbvio que o homem sempre teve uma concepção do mundo, ou uma intraduzível Weltanschauung, que funciona transformando o caos em cosmos; não é por simples acaso que esta transformação é um mito básico em todas as mitologias - entre os caldeus o caos é Tiamat que luta e perde para Marduc; entre os egípcios é Ptah, o deus criador, que derrota Min, o deus das trevas, gerando o mundo por meio da palavra, idêntico à Jeová no Gênesis; e na mitologia nórdica é Ginungagap, o caos, uma massa informe que precedeu a criação. Tais mitos representam o esforço do intelecto no sentido de organizar a experiência, talvez no intuito de compreender o universo. Fornece-se, no apêndice 2, um exemplo da mitografia nórdica.

Mesmo a imolação praticada em rituais astecas ou a flagelação tão comum na Índia, visavam, através da destruição e sofrimento de uns trazer bem aventurança para os seres da

comunidade. Nisto, a guerra ou a "talidomida" são semelhantes, pois visam interesses específicos de um grupo que muitas vezes, como na imolação, não precisa se auto-sacrificar.

Sem dúvida todas as formas de saber imprimem uma interpretação da ocorrência dos fatos, e por muito tempo o homem preocupou-se apenas em ajustar esta interpretação as suas angústias e temores, negligenciando o aspecto da validade dessa. Os fatos não interessavam porque obedeciam aos caprichos dos deuses, e estes aos dos homens - a cumplicidade era perfeita, o mundo era conhecido e as ameaças podiam ser negociadas com os deuses, mas ... até quando? Isto é, a organização mágica da experiência seria satisfatória para preencher as necessidades epistêmicas do homem, ou, o imperativo psicológico da motivação epistêmica não se "contentaria" com as explicações mágicas, forçando o homem rumo ao conhecimento científico?

Conquanto a necessidade de organizar a experiência seja um imperativo da espécie humana, atuando em função de um bem estar provocado pela redução da tensão no organismo, ela não permite um descanso satisfatório ao ser, quando este se vale do mito, pois não ocorre o contato entre o imaginado e a realidade. Processo análogo ao descrito por S. Freud em relação aos princípios do prazer e da realidade. É preciso mais do que idealizar em prol do prazer da fantasia, é fundamental que se pense sobre a realidade, que se ouse atravessar a ponte que liga o mundo da interpretação e o mundo dos fatos, só então poder-se-á ouvir o feed-back ~~de~~

da realidade, voltando pela ponte para informar ao sujeito pensante se a sua imaginação refere-se ao mundo 2 somente, e portanto é limitada no que tange a uma concepção que envolve os três mundos de K. Popper, ou se encontra ressonância empírica e teórica.

Tais exercícios intelectuais permitiram a elaboração de um saber não comprometido com as crenças, ideologias e filosofias, naturalmente não há como aventar quando tal processo se desencadeou pois a cada dia novas escavações arqueológicas aumentam a longevidade das culturas, porém, um marco histórico tem sido apontado como o esforço definitivo que instauraria a consagrada metodologia experimental, trata-se do trabalho desenvolvido por Galileo Galilei, em que pese as considerações feitas por P. Feyerabend (1977, p.221) a respeito dos métodos persuasivos\* do ilustre italiano sua figura está indissolivelmente ligada a uma das mais profundas alterações do pensamento humano, conforme profere A. Koyré (1982, p.152).

Embora as antigas formas de interpretação da natureza cumprissem suas tarefas enquanto doutrinas explicativas do desconhecido, a nova interpretação, baseada na manipulação direta do desconhecido, descortinava um horizonte de possibilidades que fasciava ao homem. Interpretações baseadas em sensações e percepções logo, por serem

\* Para uma leitura resumida dos argumentos de P. Feyerabend recomenda-se G. Kneller (1980, P.78-85).

comumente enganadoras e ingênuas, cederam terreno a elaboração intelectual, cognitiva, mas o caminho é árduo pois o raciocínio e o teste de hipóteses não preocupam o homem no seu cotidiano, para a maioria é mais fácil ver relações de causa e efeito e contentar-se com pseudo-demonstrações do que "gastar" o seu tempo de vida com explicações e especulações mais elaboradas. Dos tipos de determinismo é a causalidade a forma mais tentadora para a sensação e percepção do homem. É esta noção que justifica uma frase de L. Wittgenstein encontrada na obra de A. Watts (1972, p.39): "a necessidade de que uma coisa aconteça porque outra aconteceu não existe. Existe apenas uma necessidade lógica... na base de toda a visão moderna do mundo esta a ilusão de que as chamadas leis da natureza são a explicação de fenômenos naturais". Trata-se do mesmo problema já discutido na introdução desta tese a respeito dos postulados da lógica serem descritivos ou prescritivos.

Gerações de homens dedicados a apurar os modos mais consistentes de se obter conhecimento, nem sempre conscientes deste sentido epistemológico, sucederam-se herdando fragmentos e, paulatinamente, aperfeiçoando um conhecimento empírico, pragmático, e desenvolvendo o poder dedutivo e imaginativo até que houve um momento em que aconteceu ao homem formulações abstratas o suficiente para se libertar da limitação dos sentidos-se simultâneo, paralelo ou posterior as outras interpretações é desnecessário ou talvez impossível saber, não se pode afirmar que o proto-embrião

de uma atividade como a ciência já não estivesse na estrutura milenar do homem. Não se discute aqui a importância de G. Galilei, como o marco da atividade científica, mas se aponta para pensadores como Pitágoras e Erastótenes, responsáveis por observações e formulações dignas do século XVI.

É interessante observar que fora do círculo deste novo modo de explicar a natureza pululam as outras formas de interpretação: filosóficas, religiosas e ideológicas, sendo que na prática social quando tais padrões aproximam-se caracteriza-se um conflito que culmina num saldo positivo para o campo da ciência, limitando ou exigindo novas exegeses das outras interpretações. Observe-se por exemplo, a campanha da imprensa da época contra Oswaldo Cruz, chargeado devido aos matamosquitos, e a célebre polêmica gerada pelo conhecimento trazido à luz por C. Darwin; no primeiro caso a imprensa acabou cedendo aos fatos, e no segundo, como se pode constatar com J. Huxley et alli (1957, p.338-353), a Igreja remodelou seus argumentos.

Assim, uma catapulta ou o emprego da pólvora tinham efeitos mais visíveis do que as consultas oraculares, as oferendas divinas, ou o verbo dos filósofos e ideólogos, e, necessariamente, como foi mostrado, não impugnava o uso das outras interpretações. Enquanto o novo saber se vinculasse apenas a uma prática, sem incidir sobre a Weltanschauung do sistema reinante, não haveria zonas de conflito e o convívio seria desejável posto que nem a ide-

ologia, nem a filosofia, nem a religião ofereciam tanto poder quanto aquele saber dotado dos germens da objetividade e dos procedimentos que permitiria atingí-la, afastando cada vez mais o culto das explicações ingênuas.

Entretanto, ao desenvolver esta nova forma de saber, o homem parou de brincar com os deuses e passou a lidar diretamente com a natureza, seus atos implicavam em conseqüências e estas não podiam ser amenizadas mediante súplicas ou oferendas. Tal e qual nas mitologias, o homem adquiria poderes que eram dignos de deuses, como o aprendiz de feiticeiro ele havia deflagrado um processo que tenderia a romper com seu status quo, e isto porque a busca da verdade não se subordina a qualquer que seja o regime, ela implica em reformulações constantes do conceito de realidade forçando a sua construção social para novas perspectivas. O campo irracional e ameaçador do desconhecido passou sistematicamente a ser reduzido e com isto, a vida biológica e social ganharam mais recursos, mais qualidade, seja através da medicina, seja através das possibilidades de defesa territorial, pois as guerras também lucravam.

De certa forma, logo ficou claro o que se afirmava no parágrafo anterior - o incremento da ciência exige reflexões e reformulações do social - e, talvez tenha sido F. Nietzsche\*(1978,p.200)quem melhor questionou este ponto ao

\*Após breve incursão no campo da história da filosofia ficou evidente que a afirmação sobre a intenção proto-nazista de F.Nietzsche, constatada por alguns em sua obra merece séria investigação, principalmente devido as alterações e distorções de sua filosofia, conforme menciona H.Lippmann(1959)

afirmar que "a força do conhecimento não está em seu grau de verdade mas em sua idade, sua incorporação, seu caráter de condição de vida. Onde viver e conhecer pareciam entrar em contradição nunca se combateu a sério; ali, negação e dúvida eram tomadas como tolice". Tal sentença é interpretada sob o aspecto de alerta epistemológico, num conceito próximo aos de vigilância e obstáculo epistemológicos de G. Bachelard, resumidamente apresentados por H. Japiassu (1979, p.19), talvez mesmo, num sentido semelhante\* aos "ídola" de F. Bacon (1979, aforismo XXXIX, passim) explicados por J. Losee (1979, p.74): ídolos da tribo, da caverna, da praça do mercado e do teatro. Explicando de forma concisa: viver e conhecer parecem entrar em contradição porque o grau de verdade, negligenciado por F. Nietzsche, implica a passagem do irracional para o racional, neutralizando os "ídola", mas, ao mesmo tempo, emprestando um poder destrutivo, via tecnologia, muito grande aos governos. Talvez por causa disto é que F. Nietzsche intencionalmente tenha negligenciado a função da verdade, afinal, embora a atividade científica se mostre infensa às pressões ideológicas, não pode evitar a manipulação de seus artefatos a nível das aplicações.

\* O insight da possibilidade de se traçar um paralelo entre tais aspectos das obras de G. Bachelard e F. Bacon pertence a H. Krüger (1984, p.94).

Em resumo, o conhecimento se vincula a possibilidade de melhorar o padrão de vida, mas, e atualmente esta tem sido uma grande preocupação, implica também no municionamento das atividades bélicas. Ora, a guerra, assim como o comércio e a medicina foram reforçadas pelos produtos de uma tecnologia, nascida da ciência, que foi muito além de tudo que o homem em 5 mil anos já havia realizado, isto gerou um impasse, que pode ser traduzido por uma pergunta da atualidade escatológica: sobreviverá a humanidade aos artefatos gerados pela ciência-tecnologia? O que fazer?

A resposta as questões do parágrafo precedente têm oscilado desde adeptos de movimentos místicos que pregam uma reorientação espiritual e social, por extensão, até crentes na razão humana para solver mais esta situação. Depreende-se daí que o hedonismo epistêmico é considerado benéfico para uns mas não para outros, e, para terceiros já não há tanta certeza porque realmente viver e conhecer parecem entrar em contradição, pois a força do conhecimento não significa apenas condição de vida; a multiplicação dos arsenais, das técnicas refinadas para destruir "o inimigo", implicam na morte dos relacionamentos, e, por consequência na própria morte do agressor. As nações precisam dos recursos do planeta e as relações são mais abrangentes e interdependentes do que se pensava outrora, a ecologia mostra que não se trata apenas de brigar com o vizinho e vencê-lo, mas de destruir recursos de ambos os lados, alguns destes, como o solo e a atmosfera, de uso vital e comum.

O autor desta tese simpatiza com a crença na razão humana, pode-se mesmo declarar que assente com os argumentos expostos por K. Popper (1981) sobre o racionalismo crítico na política.

Um último comentário, à guisa de exercício intelectual foi traçado um paralelo entre a morte dos relacionamentos internacionais e o tratamento convencional do câncer, segundo Linus Pauling e Ewan Cameron; tal nota pode ser encontrada no apêndice 3 desta tese. Porém, em síntese, o que se afirma é que se não houver mais relacionamentos não haverá condição de vida, e sem esta, conhecimento, pois este só existe enquanto repousa na vida, isto parece elementar.

## 2 -A IMPORTÂNCIA ~~DA~~ ESTRATÉGICA DA CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE

O objetivo desta secção é ressaltar o compromisso social da ciência, as suas inter-relações com a sociedade, pois, na medida em que desenvolvia, a atividade de pesquisa ocupava um espaço social mais amplo, quanto mais exigia maior era a sua dívida para com a sociedade, que passou a monopolizar e controlar os seus investimentos na atividade científica, tendo por meta o engrandecimento de suas causas: ideológicas ou econômicas.

A relevância da ciência como agente de poder a torna atividade cobiçada por parte dos regimes político-sociais. Segundo J.Bernal(1978, p.1286) embora o progresso científico começasse por depender de fatores econômicos e políticos, quando a ciência começou a ser perseguida como capaz de assegurar poder econômico e político o seu progresso começou a ser também um fator da vida política e social, de tal forma que, atualmente, não há nação que sobreviva sem os aspectos materiais da ciência. Tanto é assim que os países com mais recursos são aqueles que mais investimentos fazem na ciência e na tecnologia. É o mesmo autor citado que classifica o mundo em três setores, o capitalista, o socialista e o ex-colonial, declarando que os lucros deste último, provenientes de suas empresas são destinados aos velhos países imperialistas, agora denominados capitalista e socialista, os quais detêm o poder da ciência-tecnologia. Basta apontar que na África e na América do Sul havia menos cientistas do que na Holanda, durante a década de 60, e,

embora não se possa afirmar é lícito conjecturar que tal proporção se mantenha, ao menos é o que se pode deduzir da leitura da obra de D. Price (1976) que analisou a ciência partindo de seus próprios métodos - medindo, generalizando, levantando hipóteses e tirando conclusões.

A chamada corrida espacial pode ser apontada como um exemplo de investimento sem precedentes na história humana, e pode-se perfeitamente observar o que se declarou no primeiro parágrafo desta seção - o comprometimento gradativo entre a ciência e a sociedade. Uma pequena referência deve servir para ilustrar a passagem da pequena ciência para a grande ciência (q.v.D.Price, op. cit., p.1-20); será percorrida uma das vertentes da história das invenções que permitiram a realização do projeto "Guerra nas Estrelas".

Em 1771, um cientista chamado J. Priestley demonstrou, com um camundongo e um raminho de menta que os seres vivos respiram o ar viciado e imprestável a respiração ao mesmo tempo que as plantas o purificam; tal conhecimento foi enriquecido em 1779 pelo holandês Johannes Ingenbous, que provou que as plantas verdes só purificam o ar à luz do sol. Em 1782 foi a vez do botânico suíço Jan Senebier demonstrar que a planta purifica o ar não porque respira mas em consequência de seu consumo de gás carbônico, pois ao consumi-lo do ar o decompõe em oxigênio e carbono, libertando o primeiro na atmosfera e gerando em seu organismo a transformação do carbônio e da água em compostos não nitrogenados - hidratos de carbono (amido e açúcar). Mais tarde

este processo recebeu o nome de fotossíntese.

Então, em 1875 um incidente ocorrido com três aeronautas franceses, conforme relato de Y. Gagarin e V. Liebedev (1969, p.16), a bordo do balão Zenit que atingiu mais de 8 mil metros de altitude, teve como saldo negativo a morte de dois membros, e, positivo, o relato do sobrevivente narrando que imperceptivelmente o corpo e a mente foram se enfraquecendo, sem sofrimento, até que uma alegria interior começou a ser irradiada e a consciência do perigo foi afastada. Tal relato inspirou os pesquisadores no sentido de criar um microclima para as viagens espaciais, naturalmente, tendo por base a fotossíntese. Konstantin E. Tsiolkovsky, considerado pioneiro na conquista do espaço sideral, expos o que aqui se declara, num pronunciamento transcrito por Y. Gagarin (op. cit. p. 18): "assim como a atmosfera terrestre com o auxílio do sol purifica as plantas, também se pode renovar nossa atmosfera artificial. Tal como a Terra devera ela manter em circulação as substâncias indispensáveis à vida humana - o oxigênio e a água - bem como purificar o ar do gás carbônico". A imaginação de E. Tsiolkovsky concebeu a própria terra como uma nave espacial se deslocando pelas vastidões do espaço sideral, e trabalhou no sentido de simular algo parecido, utilizando para tanto todo o conhecimento que se possuía a nível de bio-física, bio-química e físico-química. Ficou evidente que a pesquisa multi e interdisciplinar era um investimento necessário e fértil, capaz de produzir uma ciência-tecnologia mais sofisticada e

poderosa do que poderiam enxergar os visionários e demiurgos de outrora.

A análise acima serve para demonstrar quão complexa e interligada se tornou a relação da ciência com a sociedade; o sonho espacial <sup>é</sup> a conjugação de esforços de campos como a biologia, a mineralogia, a física, a química, a informática, a psicologia, a botânica, etc. Sendo que gerações de pensadores se sucederam analisando os pormenores de um vasto caminho até cada invenção, a qual, por sua vez, continuará a ser aperfeiçoada. Hoje, um cientista dificilmente poderá negar a relação simbiótica entre a ciência e a sociedade. Basta olhar para o complexo científico-industrial da NASA, que tendo compreendido a importância da pesquisa básica concomitante com a produção de tecnologia e retorno financeiro do investimento, agregava em 1966, 200 universidades, 20 mil empresas e laboratórios diversos e 420 mil operários. O resultado do programa de utilização tecnológica foi uma exigência em termos de confiabilidade a um limite de erro invejável para as pesquisas sociais, 99,999%, ou seja, uma perfeição de 99,9% significaria a possibilidade de que falhasse uma peça em cada mil, nos vôos espaciais, o que foi considerado mui perigoso e não desejável, daí o índice de segurança citado por G.Gregory (1970, p. 11-17).

Portanto, a ciência, sob qualquer prisma de compreensão, tem uma importância estratégica para a sociedade, tanto em "tempos de paz" como em épocas de manifestação

bélica, porque, afinal, a ideia básica e central da política é manter a ordem social, entendida como um sistema de poder fundamentado por ideologia específica. N. Machiavelli (1979) com sua análise da psicologia do poder demonstrou o que mais tarde seria estudado por S. Milgran (1983) e P. Zimbardo (1979), a saber: a importância do papel social para a personalidade e o comportamento. A filosofia e as explicações divergem, mas o fenômeno observado é o mesmo, apenas, no caso, o que se pretende informar é o conluio, inevitável como se tem observado, entre o autoritarismo político, com seus interesses específicos, e os artefatos produzidos pela ciência-tecnologia, que oferecem poder suficiente para por em risco a própria espécie humana. Diga-se que tal situação não conhece antecedentes, e tem mobilizado os cientistas, veja-se B. Dunham (1966) e I. Prigone e A. Danzini (1982).

É ingenuidade separar os investimentos em pesquisa dos interesses sociais, pacíficos ou bélicos; e o que causa preocupação são frases como a de P. Ricoeur (1968, p. 256) - "o político está inclinado à mentira porque o vínculo político tem a realidade da idealidade, e esta é a da igualdade de cada um diante de todos-conjugadas com o humorismo crítico de G. Orwell (1975, p. 128): todos os animais são iguais, mas alguns animais são mais iguais do que os outros. Ora, um sistema político-ideológico ao se esforçar para manter o "status quo" pode lançar mão de um arsenal como o descrito em outra seção desta tese, acontece que o homem do po-

der, assim designado por E. Spengler (1976) estará lidando com forças além da compreensão num duplo sentido, tanto físico quanto estratégico, tanto em termos de desencadear reações mal conhecidas da natureza, quanto de sofrer um contra-golpe vigoroso de outra potência, decretando o caos geral. Aliás, a importância atribuída ao já citado N. Machiavelli, dentre outras interpretações exegeticas, e, exatamente a partir dos princípios amorais do maquiavelismo, propor uma contribuição para a superação desta amoralidade, que em nome do partidarismo em prol da igualdade de certos homens tem causado sofrimento aos discriminados e oprimidos.

A ciência não deve ser encarada como tendo um compromisso interno com a política, a ideologia e o poder, mas estes aspectos lhes são extrínsecos, de tal maneira que guiam muitos dos passos, metas e usos do conhecimento, principalmente no que se refere a ciência aplicada, a tecnologia e a economia, embora tais diferenças façam mais sentido para o cientista do que para o administrador social: este, baseado numa "pragmática amoral", está interessado apenas nos lucros e vantagens do saber, seja da ciência de base, seja da aplicada. Em todo caso é correto afirmar, como o fez M. Bunge (1980) que a expressão o "mau uso da ciência" é ingênua do prisma científico.

O debate sobre a responsabilidade social do cientista não pode prescindir de uma análise rigorosa da atividade política, e isto ficou evidente a partir das preocupações com os mísseis nucleares, as armas químicas e as

pesquisas com o DNA recombinante. Aliás, segundo os movimentos sociais detectados na literatura científica, pode-se observar que as preocupações com o desígnio social e a política da ciência são frequentes na obra de muitos cientistas. M. Bunge (op.cit., p.61), por exemplo, defende o universalismo como a política mais viável, pois o nacionalismo mesmo sem propor o colonialismo, favorece a sua volta, e não tem condições de enfrentar as três crises (op.cit., p.117): científica, energética e armamentista, pois estas são interdependentes, chegando mesmo a propor medidas saneadoras, que por enquanto não serão examinadas.

O assunto em pauta, ciência e política, também foi abordado por A.Einstein, L. Szilard, B. Skinner, H.Eysenck, K. Mannheim, N. Wiener ... a lista é extensa, é possível mesmo se aventar um prognóstico sobre a participação cada vez mais efetiva e ativa de cientistas em cargos de poder público; tal previsão não tem a pretensão de originalidade, pois D. Price (op.cit., cap.4, passim) tece considerações sobre os pontos examinados anteriormente, ética na ciência e sua relevância social, sugerindo que os colégios invisíveis expulsem os "envenenadores e aborticionistas" e que os cientistas são necessários para a administração nacional e internacional. O mesmo autor conclui outra obra (1976b) mostrando a importância dos aspectos humanísticos da ciência.

É, pois, bem plausível que num futuro não muito distante o cenário da política internacional receba novos engajados - agora, se os cientistas em cargos políticos

serão capazes de um melhor desempenho, isto só o tempo poderá dizer; por um lado há esperança de que os homens treinados a pensar criticamente possam avaliar com mais sensatez os dois lados de uma questão, por outro, é bom recordar das palavras de H. Eysenck, citadas por A. Koestler (1973, p. 16), "os cientistas, notadamente quando saem do campo em que se especializaram, são tão vulgares, tão cabeçudos e irracionais quanto todo mundo, e sua inteligência invulgarmente alta torna apenas muito mais perigosos os seus preconceitos". Daí a importância crescente da psicologia dos cientistas, conforme se procura mostrar na secção intitulada: Duas reflexões metacientíficas.

Neste ponto impõem-se duas colocações. A primeira, sobre os assuntos abordados até aqui, tem uma finalidade norteadora para o leitor: o fio condutor das digressões precedentes é o espaço da ciência na sociedade, tentou-se mostrar que a atividade científica, cada vez mais, irá sendo engajada pelo social, chegando mesmo a se insinuar no terreno das decisões políticas. A segunda colocação, inspirada em K. Popper (1981, p. 62), esclarece uma dúvida passível de ser gerada quando temas como atuação política entram em evidência: trata-se da teoria de conspiração da sociedade, isto é, de que quando ocorre algo ruim no campo social, tal dano é causado propositadamente. Segundo K. Popper esta teoria é falsa, pois qualquer atuação pode gerar prejuízos não premeditados nem previstos, portanto não desejáveis. Entretanto, não se deve esquecer das enfermidades que podem

acometer indivíduos e grupos, e, embora K. Popper (1978, p. 93-95) tenha acrescentado argumentos ideológicos e sociais aos psicológicos de B. Russel no que tange aos motivos da guerra (um mal não desejável, é o que se supõe), insistindo na inverossimilhança da teoria de conspiração, a análise de K. Mannheim (1973, p. 120-125) da estratégia do grupo nazista sugere que há episódios conduzidos intencionalmente e que cabe ao homem usar bem os métodos coletivos. Justamente, uma contribuição psicológica a axiologia foi prestada em outra secção, nesta, cumpre informar que a segunda colocação feita pretende ser uma reafirmação na possibilidade do planejamento social, pois conforme foi percebido tanto em K. Popper quanto em K. Mannheim, é necessária a seriedade e maturidade quando se lida com o destino de vidas - sabe-se que a influência da cultura grega é muito grande, procedendo deles a idéia de que o mal pode ser evitado pelo saber, ou, como diz H. Krüger (1983, p. 33) o "logos" é a base do "ethos", talvez por isto haja uma expectativa, ou seria melhor dizer crença, de que os homens da ciência tragam dias mais justos para a sociedade.

A crescente importância social da ciência culminou no movimento denominado política de ciência, nascido nos últimos anos da II Guerra Mundial; deve ser este o responsável por uma série de ondas de choque, as quais se manifestaram mais, ou menos intrinsecamente, sob o aspecto ideológico, nas ciências naturais e sociais, ou seja, devido ao alto grau e nível de teorização na física, não houve nesta

ciência tantas acusações de impregnação ideológica; o mesmo não se pode afirmar quanto a psicologia, posto que a natureza de alguns movimentos, como o da relevância em psicologia social e a prática comunitária (principalmente nos chamados países pobres, como sugere J. Gailbrath, uma vez que os vocábulos terceiro-mundo ou subdesenvolvido aliviam o drama da realidade), foi percebida como proselitismo comprometedor para a sua neutralidade na busca da verdade. Sobre esta última declaração existem argumentos que destacam a visão do autor desta dissertação, encontram-se os mesmos no capítulo sobre psicologia social. (ver pag. )

Ainda sobre a relevância estratégica da ciência para a sociedade, há um alerta de A. King (1974, p.371), um dos fundadores do Clube de Roma, que merece ser transcrito: "a magnífica realização técnica de por homens na Lua começou a parecer irrelevante em face das inequidades terrestres e do aparente declínio da qualidade da vida ... estranhada sua mística, a ciência teve de reavaliar seu lugar na sociedade e na cultura". Julga-se que tal reavaliação é fundamental, e os homens do saber, o homem teórico de E. Spengler, desde a muito tempo que tem no mito do uso e distorção do conhecimento um alerta precioso, quando J. Bronowski (1979, p.76), referindo-se ao mau uso do conhecimento diz que o massacre é evitado pela ética do cientista, do poeta e de todos os criadores, o que ele faz é reverberar a mesma consciência preocupada de Leonardo da Vinci, que adulterou algumas de suas explicações para que, caindo em mãos

erradas, elas não funcionassem.

Para concluir esta seção é interessante recorrer a alguns fatos (interpretações de ocorrências), como o depoimento de H.Eysenck (1976, p.15), no qual ele garante que os cientistas que tiveram participação decisiva na criação das bombas atômicas tentaram em vão impedir o efeito assassino e aponta os políticos e os generais como os responsáveis pela perversão da invenção "para seus próprios fins egoístas e desumanos", acusando-os também de terem pervertido os "instintos morais" de alguns cientistas, tornando estes cúmplices de seus atos infames. O autor citado, inclusive, menciona a obra de Nuel Pharr Davis, "Lawrence and Oppenheimer", na qual se baseia, mas, apesar disto, pode-se constatar no estilo de H. Eysenck um certo que de ofensa, semelhante a atitude de J.Bronowski apontada por G. Kneller (1980, p.286) que, por sua vez, emite um alerta frente a tais comportamentos, lembrando que não há garantia alguma dos cientistas serem mais virtuosos do que as outras pessoas.

Outro fato que pode figurar nesta conclusão são as cartas de A.Einstein para F.D.Roosevelt, a primeira, datada de 02 de agosto de 1939, a pedido de Szilard e Wigner, dois físicos europeus no exílio, chama a atenção do governo norte americano para a ameaça representada pela possibilidade de fabricação de uma bomba de urânio pelos nazistas; a segunda conforme relato de J.Ziman (1981, p.144), datada de 1945, igualmente sugerida por L.Szilard, recomendava ao

presidente evitar que a bomba fosse usada contra o Japão - essa carta foi encontrada fechada sobre a escrivaninha de F.D.Roosevelt, no dia de sua morte. Ha uma terceira carta fruto da correspondência de B.Russell, datada de 24 de maio de 1928, e endereçada a H.G.Wells: o documento é uma resposta a uma sugestão de H.Wells, que queria iniciar uma Conspiração Pública persuadindo para tanto os cientistas a nela ingressarem, e B.Russell (1970, p.246-248) mostra-se "um pouco menos otimista" pois compreende que apenas A. Einstein se comprometeria publicamente, "os demais neste país querem posto de cavaleiros, na França tornar-se membros de l'institut, e assim por diante. Mesmo entre os mais jovens creio que as adesões seriam raras...".

E, para finalizar, cumpre observar que A.Einstein, pouco antes de sua morte em 1954, concordou em assinar o manifesto organizado por B.Russell, que constituiu a origem da Conferência Científica de Pugwash, movimento que tenta estabelecer as comunicações entre os homens, a fim de esclarecer possíveis mal-entendidos, e arquiteta técnicas visando a incentivar a confiança mútua e criar um clima favorável ao desarmamento. Preocupações do mesmo cunho, podem ser observadas na reunião de novembro de 1963, entre a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentacao (FAO) e o Organismo Internacional de Energia Atomica (OIEA), ou no colóquio organizado pela divisão de filosofia da UNESCO, em 1974, ou ainda , no plano de médio prazo da UNESCO, aprovado em de-

zembro de 1982. A primeira reunião mencionada tinha por objetivo examinar os riscos da poluição atômica, devido a acidentes que ocorram em "tempos de paz", relata R. Calder (1975, p.98) que mesmo os cientistas representantes oficiais de algumas nações não precisaram medir suas palavras posto que houve consenso sobre o malefício de qualquer dose de radiação a mais na natureza, ficando evidenciado para o autor citado que os homens de ciência "podem assim chegar a formar um grupo de pressão muito poderoso", cuja ação contribuirá para melhorar o padrão geral da vida. A segunda reunião visava as relações entre o saber científico e a tecnologia, e o impacto sobre as culturas, em especial em duas regiões: ética e estética; J.Ladrière (1979) e o autor a quem se confiou os estudos e debates deste encontro, e trechos de sua obra já foram apreciados na seção sobre os efeitos psicossociais da destrutividade. E o plano de médio prazo da UNESCO, publicado em março de 1983 no Correio, compreende quatorze programas, provenientes de um levantamento entre os 158 países-membros, tendo por base alguns dos temas abordados nesta dissertação.

O que se pretende com os três últimos parágrafos e apontar, não sem risco de tendenciosidade, para o que nesta dissertação é considerada uma prova de responsabilidade, seriedade e maturidade dos homens de ciência no campo social. Conforme se alerta pode haver tendenciosidade nesses argumentos, sobre isto há o que se discutir, porém o que é inquestionável é a perspectiva otimista e filantrópica dos mesmos, valores importantes para a pragmática da ciência.

No mais, pode-se afirmar que os cientistas tem estado vigilantes para as consequências do saber, mesmo a nível social, e o que se depreende das linhas anteriores e do artigo de J.Ping(1983),no qual este autor analisa o tema da informática e dos computadores em relação ao Terceiro Mundo.

### 3-A FORÇA DO CONHECIMENTO REPOUSA EM SUA BUSCA DA VERDADE

Sintetizando o que foi dito até agora nas seções anteriores pode-se afirmar que o conhecimento foi caracterizado como atividade ligada a duas diretrizes amplas: como condição de vida e como instrumento social. Na presente seção será examinado o critério de objetivação do conhecimento, considerado a própria razão de ser da ciência, equípole da verdade, e, portanto, peça fundamental no processo de demarcação científica. Para tanto algumas obras foram consultadas \*, e uma tentativa de classificação destas foi empreendida; como toda taxonomia ela repousa em parte num arbítrio, e, por outro lado, permite entrever um ideal sempre perseguido, a tentativa de objetivar o conhecimento em detrimento do subjetivismo.

As obras arroladas estão classificadas em três grandes grupos, conforme observa-se no apêndice 4, e a base desta divisão são as diferentes concepções acerca da ciência; pode-se dizer que existem duas grandes vertentes: (1) a ciência (caracterizada por teorias) e um produto neutro, isto é, culturalmente transcendente e supra-histórico, (2) a ciência (teorias) não é neutra depende, ou está impregnada por, de vários fatores - (2.1) fator histórico-social, (2.2) fator psicológico, (2.3) fator ideológico - sendo que considera-se ainda: (2.a) o fator não pode ser separado do

\* Ver apêndice 4.

discurso científico;(2.b) o fator é exógeno ao processo, passível de ser extirpado da teorização. A literatura científica comporta toda esta variação de posições, as quais oscilam em termos de maior ou menor ênfase em cada fator, porém, em todas elas percebe-se a preocupação com o problema da neutralidade e objetividade do conhecimento.

Naturalmente, nesta dissertação não cabe desenvolver este tema plenamente até porque muitos autores já o exploraram em obras exclusivamente dedicadas a tal fim, logo, o que se pretende é, através do apoio de alguns destes autores, sustentar a grande importância do argumento teleonômico denominado objetivação.

Uma nota, não escapara ao leitor atento que dois termos estão sendo empregados - objetividade e objetivação - aparentemente de forma semelhante; a bem do rigor terminológico cumpre explicar, como observa P.Demo(1983,p.38), que o conceito de objetivação é usado no sentido de ser uma meta a ser conquistada ou pelo menos perseguida, trata-se de um "processo necessário e interminável de busca da objetividade, é uma maneira mais madura e crítica de respeitar uma realidade que nos sobrepassa a capacidade de captação, ao mesmo tempo que levanta sempre a desconfiança contra a pequenez de nossa visão". O referido autor reserva o termo objetividade para as ciências exatas e naturais, enquadrando a psicologia no terreno das ciências humanas e sociais e aí aplicando o conceito de objetivação, um esforço para ser objetivo, pois compreende que a ideologia está no âmago do

sujeito e do objeto, nas ciências sociais. Nesta dissertação usar-se-á ambos os termos apenas para indicar a preocupação com a idoneidade, ou veracidade, dos fatos não interessando mergulhar nos aspectos semânticos e epistemológicos, mesmo porque, a título de esclarecimento, não se anui com a atribuição exclusivista de P.Demo a questão ideologia x sujeito-objeto, mormente depois da influência da física pós-newtoniana, conforme pode-se ler em W.Heisenberg(1981), em especial no capítulo redigido por F.S.Northrop(ibid., p. 142-143), ou em E.Schrodinger (1969).

A objetivação é um tema secular, encontra-se, sob a forma da disputa entre a razão e o desejo, inexplicavelmente ligado a história do pensamento humano, e sua abordagem pode ser apreciada por três planos diferentes mas inter-relacionados: pode-se estudar formas mais consistentes de atingir o conhecimento; ou cuidar dos fatores que dificultam esta meta; ou ainda, a partir de uma visão histórica e filosófica, investigar a possibilidade ou a inviabilidade de soluções definitivas para problemas em qualquer nível ou em qualquer disciplina.

Conforme se declarou no parágrafo anterior, os três planos são interdependentes (não há como isolá-los), mas, para maior clareza cumpre dizer que o segundo plano será focado sob a égide do subjetivismo crítico na secção sobre a polarização de atitudes, tentando-se aqui uma singela exposição de autores preocupados com o primeiro plano, não sem antes tecer um breve comentário sobre o terceiro prisma.

A relação entre, por exemplo, a impossibilidade de soluções definitivas (não problemáticas) e a objetivação do conhecimento, reside na compreensão de que o objetivo será o conhecimento isento de idiossincrasias e ideologias do observador, entendendo-se idiossincrasia como um conjunto de valores e motivações peculiares a cada indivíduo. Ora, conforme resume J. Bronowski (1973, p.36) "qualquer descrição feita segundo nossos sistemas simbólicos disponíveis deve necessariamente ser incompleta, não devido a uma obstinação da natureza, mas sim devido a limitação da linguagem que usamos. E esta limitação não reside na falibilidade humana da linguagem, mas sim em sua insuficiência lógica" tendo sido tal questão enunciada formalmente por K. Godel, que enunciou os dois teoremas da incompletude matemática - (1\*. ) um sistema lógico não muito simples pode exprimir afirmações verdadeiras que não são deduzidas dos axiomas; (2\*. ) um axioma só pode ser sustentado por outro fora do sistema. Este assunto foi exhaustivamente tratado por E. Cannabrava (1977 p.237) que pretendeu mostrar "a impossibilidade de excluir das estratégias de metadecisão filosófica tendências, desejos, valores ou opções ... a metadecisão filosófica, ultrapassando o nível pela decisão lógica, matemática ou científica se reduz a tentativa de transformar as soluções em problemas" (ibid., p.247) e isto se dá por causa da incompletude de todo e qualquer conhecimento.

Que não se compreenda o parágrafo anterior como uma afirmação da impossibilidade do conhecimento, o que se tenta mostrar e a passagem de um realismo ingênuo, ou seja, o pressuposto que afirma uma igualdade entre o fenômeno e a sua interpretação, para o realismo crítico, que se desdobra em inúmeras posições, caracterizando-se pela problematização do sinal de igualdade (=) que liga a interpretação e a realidade, segundo H.Kruger (1984,p.66) "admite-se que as representações mentais resultem tanto de impressões provocadas por objetos externos quanto da influência de processo fisiológicos e psicológicos do observador".

Considerando, pois, a ciência como um processo envolvendo dinâmica e transformação, pode-se atribuir-lhe um caráter prospectivo, decorrendo daí que a frente há o infinito, muito mais provável do que pedestais da verdade, logo, qualquer sistema é passível de revisão, posto que incompleto. J.Piaget (1978,p.98-99) distinguiu as ciências da filosofia exatamente definido as primeiras através de uma preocupação com questões particulares, enquanto a filosofia tenderia ao conhecimento total, por isto ele declarou que "um psicólogo é obrigado pelos próprios métodos de trabalho, a ignorar a filosofia" (ibid., p.95).

"Quando se trata de problemas metafísicos, referentes a coordenação dos valores julgados essenciais e implicando, pois, elementos de convicção ou de fé, a reflexão especulativa permanece, e verdade, como

o único método possível; mas, permanecendo ligada a inteira personalidade dos pensadores, ela conduz ao que se deve denominar uma sabedoria ou uma fé raciocinada, e não é um conhecimento do ponto de vista dos critérios objetivos ou interindividuais de verdade". (J. Piaget, 1969, p.19).

A preocupação de J. Piaget com a objetivação do conhecimento levou-o a formular a epistemologia genética, como ele mesmo declara em H. Furth (1974, p.287), ao contrário da epistemologia filosófica, que questiona o conhecimento em geral, a epistemologia genética pergunta como se produz o conhecimento. Sua resposta, amplamente difundida, é a perspectiva construtivista, i.e., o conhecimento se dá pelo intercâmbio do sujeito com o objeto, através de mecanismos de aquisição, assimilação, auto-regulação, etc. e operações, de onde todo conhecimento contém um aspecto de elaboração nova, e o problema fundamental da epistemologia genética é a demonstração empírica da formação do conhecimento no homem, desde a criança até o adulto, fugindo do vazio filosófico para uma postura empiricista, "a única a permitir a conquista da objetividade", (J. Piaget, 1973, p. 7), assim o estudo da ontogênese poderia ser usado para deduzir a filogênese.

Porém, o que vem a ser objetividade ou objetivação?, de que modo pode-se afirmar que um conhecimento é objetivo?

A resposta, inspirada em R. Rudner (1976), implica em uma digressão - sem no entanto ser preciso fugir do assunto - ao significado do termo em relação a sua aplicação. Assim, o conceito de objetividade pode estar sendo aplicado como predicado de idéias, de proposições, de métodos, ou como qualidade do próprio investigador. No primeiro caso (objetividade como qualidade das idéias) haveria um defeito fatal no pressuposto básico, pois entende R. Rudner, que a verossimilhança de idéias, isto é, o caráter de réplica das imagens mentais de um fenômeno, implica na criticada teoria fotográfica da realidade. Logo, pode-se fazer exigências de objetividade apenas nos três últimos casos: como qualidade dos enunciados implica na verdade de entidades linguísticas ou na sua falsidade; como qualidade dos métodos refere-se a idoneidade dos mesmos entendido por mais idôneo aquele <sup>que</sup> é menos passível de erros, vale lembrar que numa investigação empírica alegar a idoneidade absoluta é uma auto contradição posto que não se pode tornar o erro impossível neste tipo de pesquisa. E quanto ao pesquisador idôneo será aquele que tiver disposição psicológica para aplicar os dois critérios anteriores. D. Whaley e S. Surratt (1976, p. 17-20), recomendam quatro atitudes básicas: ser empiricista, parcimonioso, usar a manipulação científica e refletir dentro de um determinismo probabilístico.

A importância da objetividade é fundamental quer para a ciência, quer para a proteção da sociedade. A primeira só pode ser entendida como tal se for obediente aos princípios de validade, fidedignidade, refutabilidade e corrigibilidade, evitando com isto os abusos ideológicos, já que sustentar discussões e pontos de vista baseados numa "roupagem científica" é mister da ideologia que procura sempre se ocultar pela propaganda da neutralidade (pseudo) científica. O mito nazista é um exemplo do que se analisa, pois, como informa R. Patai (1974, p.99), quando Alfred Rosenberg (1893-1946) escreveu o Mito do Século XX (1930) usou o termo mito na acepção antropológica: alguma coisa que tem uma verdade interior, que é verdadeira de uma forma profunda. Por isto, não é de admirar que, justamente S. Contgrove (1974) apontasse duas origens para as objeções à ciência, os usos e abusos de sua aplicação e a dúvida na sua própria neutralidade e objetividade. Tal fenômeno é, em parte explicado por aquilo que J. Landmann (1983, p.110-116) cognominou a estranha simbiose entre a ciência e a propaganda.

A preocupação com a objetivacao do conhecimento pode ser observada em vários autores, desde sociólogos da ciência, como K. Mannheim e R. Merton, até filósofos da ciência, como K. Popper e M. Bunge; desde historiadores da ciência como A. Koyré e D. S. Price, até psicólogos da ciência, como A. Roe e I. Mitroff.

Quando K. Popper estabelece as relações entre os três mundos e desenvolve o critério de refutabilidade, esta, precisamente exercitando seu intelecto na busca de uma epistemologia sem um sujeito conhecedor (id., 1975, p. 108-179) através da idéia de uma mente objetiva, ou seja, sendo a idéia de autonomia central na elaboração do mundo 3 (q. v., ibid. p. 119), crê que a explicação mais satisfatória será aquela que for mais severamente testada metodologicamente (ibid., p. 190), pois a meta da ciência é encontrar explicações satisfatórias de qualquer coisa que impressione o observador, portanto (id., 1980, p. 144) "nossas refutações indicam os pontos onde tocamos a realidade", porque a refutação é a prova de que a interpretação chocou-se com o fenômeno. Aliás, a tese da autonomia da razão, sugerida por K. Popper, encontra respaldo nos defensores da inteligência artificial, ou simulação cognitiva, apresentada por A. G. Penna (1984, p. 24-27).

Da mesma maneira, quando M. Bunge (1980, p. 32) escreve sobre a extensibilidade do método científico, indicando que ele "não se rompeu ao ser esticado para que abrangesse os problemas sociais" - apesar de não ser uma cópia como crêem "seus entusiastas que só o conhecem de oitiva", não é, tampouco de tão curto alcance conforme pensam seus detratores - o que ele demonstra é uma preocupação com o instrumento capaz de testar se há conhecimento, assim, é através do método científico que se concretiza o ideal da objetividade.

Vale lembrar, como o fez C.Castro (1978,p.33), que o método científico, responsável pelas regras disciplinares da ciência, paradoxalmente, é um termo com significados bastante variados, e por isso M.Bunge (ibid.,p.34) fala em apreender e modificar o método enquanto se faz ciência, ou seja, o método seria uma teoria da investigação, o "conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista", (E. Lakatos e M.Marconi, 1983, p.42).

E, assim, poder-se-ia mostrar que A.Koyré, com seus "Estudos de História do Pensamento Científico"(1982), ao dissipar a neblina que confunde momentos do passado, por exemplo, suas análises de Leonardo da Vinci e Galileu Galilei, visa uma representação o mais fiel possível dos acontecimentos. O historiador da ciência tem portanto, duas tarefas básicas, comprometidas com a idéia de objetivação: descrever corretamente os fatos e apontar aquilo que D. S. Price (1975, p.23) chama de "mitologia da ciência", i. e., "os erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico". (T.Khun,1978, p.20).

Encerrando esta seção, apenas para ilustrar a relevância da objetivação no processo de validação do saber, e conseqüentemente, na própria demarcação científica, cabe lembrar que é o único critério, satisfatório e exclusivo,

capaz de produzir conhecimento, argumentos que resistem ao exame epistemológico das teorias da correspondência e da coerência. O leitor interessado nos aspectos epistemológicos contidos nesta dissertação não tardará a perceber que, no tópico intitulado "Duas Reflexões Metacientíficas", há uma sequência de análises destinadas a completar o problema da objetividade, ora abordado, cuja relevância pretendeu-se assinalar.

#### CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Nesta parte da dissertação tentou-se apresentar duas idéias principais, uma é a descrição da função da ciência frente a existência humana, seu significado vivencial, social e epistemológico, a outra, talvez não muito clara, foi sugerir que a complexidade da atividade científica exige da pessoa do cientista um esforço intelectual que pode culminar com a polarização de um destes significados mencionados, ao invés de uma harmonia e coexistência. Na secção intitulada "Polarização de Atitudes" desenvolver-se-á tal assunto.

### III - SUGESTÕES PARA A VIABILIDADE DE UM PLANEJAMENTO

Duas são as preocupações esboçadas frente a um empreendimento em engenharia social, a questão axiológica e o nível de compreensão e maturidade das disciplinas afins. No primeiro caso, as três secções a seguir oferecem, uma contribuição posto que se compreende e se acredita na necessidade da investigação do valor como uma "conditio sine qua non" para todo e qualquer planejamento social, sob pena de - este é um pressuposto axiológico - uma vez não observada tal regra, gerar mais injustiças e iniquidades, do que as já existentes. No segundo tópico é a psicologia examinada, por razões óbvias, tanto sob o prisma da disciplina teórica e formal que é, quanto do ângulo mais metapsicológico, ou seja, evidencia-se o cuidado não apenas com o plano formal dos conflitos teóricos e sua organização, mas especial interesse nos atritos oriundos de "problemas" humanos, estes são esclarecidos e cognominados na última secção. O que se acaba de expor pode ser entendido como os argumentos demarcatórios deste capítulo.

O leitor encontrará no final dos tópicos e das secções conclusões referentes a estes, e, ao término do capítulo, uma conclusão geral sobre o mesmo na qual destaca-se a questão do determinismo e do livre-arbítrio, porque entende-se tal tema como basal e imprescindível quando o assunto planejamento é cogitado.

## 1 - CONTRIBUIÇÕES PSICOLÓGICAS À AXIOLOGIA

Um antigo adepto do Tai I Gin Hua Dsung Dschi, certa filosofia oriental, há algumas centenas de anos atrás havia dito que se o homem errado usasse o meio correto, o meio correto atuaria de modo errado. (C.Jung e R.Wilhelm, 1984, p.25).

A preocupação externada é de natureza dupla: axiológica e pragmática. Aliás, como informa F.Northrop (C.Moore 1978, p.228) sendo a filosofia oriental cunhada em observações empíricas do cotidiano, não é surpresa o encontro com os dois temas; se existe espanto, este reside na atualidade e importância da preocupação, posto que o desenvolvimento científico gerou meios capazes de emprestar um novo impulso a investigação dos erros e acertos da pesquisa, tal vigor não encontra precedente na história (até onde conhece-se) dos seres humanos. Portanto, é pertinente ilustrar algumas questões relativas a axiologia e a ciência.

A ciência é uma forma de saber e como tal implica em alterações sociais, pois todo saber tende a recriar o espaço social, conforme tese defendida por P.Berger e T.Luckman (1976). É visível sua força como agente de transformação social; assim, como consequência deste argumento, as sociedades mais avançadas em termos econômicos e bélicos serão aquelas que dispendem uma vultuosa quantia com a atividade científica; desnecessário apresentar dados.

Mas, seguindo certas idéias sobre a gênese da interação temática da ciência com a axiologia pode-se supor

que paralelo a aquisição do saber surge a reflexão sobre o uso deste saber. É plausível supor que desde priscas eras o homem tenha percebido vínculos entre o saber e o poder, de onde o raciocínio dedutivo: se eu sei eu posso, portanto, se ele souber também poderá. Tal dedução é responsável por engenhos que oscilam desde a magia até a espionagem industrial, desde o ocultar o saber até o roubo de patentes, isto porque a psico-lógica humana funciona com um "mas" no lugar do "portanto": ... mas se ele souber também poderá. Logo, quanto menos o outro souber mais dependente e inofensivo se tornará - acredita-se que tal mecanismo psicológico antecede os conceitos de amizade e rivalidade.

Agora, caso o conhecimento seja atingido pelo outro, a doutrinação ideológica é tentada, e se há rebeldia e forças iguais resta o acordo de duplo respeito e/ou tolerância. De qualquer forma as orientações são prescritivas, saber e poder tornam-se ligados as normas, que funcionam como elemento mediador exercendo uma vigilância sobre o saber. As normas, enquanto elemento mediacional, servem como parâmetro para o uso do saber-poder, desta maneira, num confronto entre dois sistemas surgirá uma estratégia em função do potencial de cada um deles: a guerra e os tratados de paz, com uma variedade de procedimentos, tais como a guerra fria, a exploração-escravização, e, mesmo, os acordos para intercâmbio e ajuda mútua são possibilidades decorrentes da análise biunívoca do poder. A história da humanidade está repleta de exemplos que ilustram as linhas precedentes,

e destes também pode-se perceber que as normas interferem dificultando ou facilitando as descobertas mas não podem nem impedir a produção do saber nem substituir a criatividade, no muito podem bloquear um período histórico, i.e., retardar o saber; um dado histórico ilustrará melhor: por motivos religiosos a manipulação de cadáveres durante a época medieval era proibida, apesar disto, alguns homens transgrediram tal norma e produziram conhecimentos de anatomia e fisiologia. Donde, vale indagar sobre o alcance e a garantia das normas, e, ainda, sobre os fundamentos da axiologia, isto é, os alicerces nos quais as normas se escoram.

Três argumentos serão analisados a seguir porque conforme observou E. Spranger (1976, p. 291) uma investigação psicológica não tem o direito nem a possibilidade de proferir juízos de valor mas o aspecto moral tem, naturalmente, sua psicologia, e se norma pode ser um termo que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de alguma coisa, então, as contribuições pretendidas devem propor subsídios (reflexões) psicológicos em prol da maturidade e racionalidade das normas, já que estas influenciam o destino humano. Em termos mais técnicos, a ciência não comporta juízos de valor, só juízos de realidade; porém os juízos de valor podem tornar-se objeto da ciência, ou seja, de juízos de realidade. Assim, os três argumentos podem ser encarados, respectivamente, como uma reflexão, um estudo e uma sugestão.

## 2 - MORAL ANTROPOCÊNTRICA: UMA REFLEXÃO

Parece um dispaupério a expressão moral antropocêntrica porque o vocábulo "moral" já sugere a presença do homem, mas justifica-se pois a intenção é ressaltar os problemas gerados pelo antropomorfismo, evidenciando que o centro de referência não pode mais ser o homem isolado - nem mesmo como espécie; ou seja, um planejamento sensato deve respeitar o que se denomina hoje como ecossistema.

Exatamente porque pensa, o homem pode prever as consequências de uma teoria dos valores que não leve em conta as interações ecossistêmicas do planeta, e, muito em breve, provavelmente, de outros pontos do universo. Quanto mais centrado em si menor a responsabilidade social, tal preceito pode ser percebido nas filosofias orientais e em posições como as de A.Adler, C.Rogers e S.Freud, mas, para evitar erros de interpretação é bom que se formule o preceito de outro modo: é importante para um homem reconhecer-se como alguém e ter sua identidade assegurada, porém, tal processo é dialético em função do outro pois este só existe na exata medida em que ocorre uma nítida percepção sobre o "eu" e o "outro"; a diferenciação é crucial para o estabelecimento da identidade por causa dos limites da ação do "eu". Assim, à guisa de exemplo, as iniquidades para com o outro surgirão quando o "eu" for incapaz de reconhecer sua origem não-diferenciada e exagerar as qualidades discerníveis do outro. No conto "O Pássaro Pintado" de J.Kosinsky, descrito por T.Szasz(1976,p.328) há uma exposição deste

processo.

Se o outro apresentar-se estranho é tratado de uma forma proporcional ao grau de distância do "eu". A psicologia social e a tanatologia têm estudado esta assertiva através de experimentos e observações clínicas: o "eu" sente-se mais a vontade para desprezar, escravizar e matar quando os papéis são bem diferenciados - estereótipos, discriminação social e racial, obediência à autoridade, respeito por formas de vida e eutanásia são temas nos quais pode-se encontrar um campo amplo para debater e pesquisar a assertiva. Logo, o homem comporta-se de acordo com autopercepções e imagens.

Existem muitas imagens do homem, o homem como ser ingênuo, o homem como o lobo do homem, enfim, historiadores, filósofos, sociólogos, psicólogos, biólogos, físicos, astrônomos, religiosos e leigos, têm dado o seu parecer; através das culturas e dos séculos o homem tem sido depositário de temas econômicos, religiosos, morais, filosóficos e psicossociológicos. Uma análise dos elementos que caracterizam a formação das múltiplas imagens do homem deve revelar como ele se relaciona com a natureza, entendida aqui como o todo ecossistêmico - relações do "eu" consigo próprio, com o outro e com as coisas. D.T. Suzuki (1976a), por exemplo, ilustrou a diferença da ação entre filósofos orientais e ocidentais.

Entendendo-se o processo histórico como uma coleção de imagens, neste ponto, é de bom grado recordar a

colocação de B.F.Skinner (1982, p.127) sobre a história humana, pois essa representa um alerta crítico e epistemológico: "quão mais não saberíamos se tivessem sido descritas as contingências predominantes em vez dos sentimentos e ismos (sic) gerados por elas", isto é, pelas sanções governamentais e religiosas. Sim, porque estas duas entidades, governo e religião, estão por demais ligadas a vinculação das imagens do homem. Por isto B.F.Skinner refere-se aos "ismos", a maneira habitualmente encontrada em trabalhos que não se preocupam com a identificação dos fatores que geram as mudanças, mas apenas denominam que, por exemplo, o romantismo ~~1~~ leva ao classicismo. Na terminologia empregada por B. F. Skinner, o nome destinado a cumprir a identificação acima mencionada é análise funcional.

Talvez, de todas as imagens do homem, tenha sido a proposta por C.Darwin a que causou maior impacto social, provavelmente porque o assunto biologia implicava mais diretamente do que a afirmação de G.Galilei, proveniente da astrofísica. Outros argumentos podem ser encontrados no *Zeitgeist* e no *Ortgeist*, termos usados apenas para sugerir o terreno psicossociológico. Mas o que importa salientar é a repercussão dos dados empíricos levantados por C. Darwin pois como bem comentou A.N. Whitehead (H.Johnson, 1960, p. 520) o homem que se considerava um pouco abaixo dos anjos, subitamente teve de adaptar-se a idéia de estar um pouco mais acima dos macacos. Ora, diante do que está sendo pensado nesta dissertação, o homem deveria estar ao lado dos

macacos, justamente é sobre isto que a reflexão proposta incide. A sentença jocosa de A.N.Whitehead é forte para a época mas afirma algo que ecologicamente não satisfaz; "a proteção da natureza é na realidade também e sobretudo a proteção do homem" conforme dizia M.H.Julian (R.Dajaz, 1978, p.....435).

Mas, o que está sendo cogitado? A periculosidade das manifestações ideológicas provenientes do antropomorfismo, ou de posturas auto-referenciais, porque conforme <sup>já</sup> ~~já~~

se observou, a injustiça entre os homens nasce, em grande parte, de estigmas impostos por causa <sup>de</sup> ~~de~~ interesses vários, e que contudo têm a função de discriminar o "eu" do "outro". A propaganda de alto custo dos comandos americanos contra o Vietnã e o esquema nazista anti-semita podem ser analisados deste ângulo.

Certamente nesta altura, já se indaga qual a garantia ou efeito da imagem pós-Darwin; embora não tenha invalidado as outras concepções sua teoria abalou profundamente a importância e o ajustamento geral - a nível religioso o catolicismo recebeu no desfecho da querela entre T. Huxley e o bispo S.Wilberforce (R.Leakey e R.Lewin, 1981), um dos mais duros golpes em sua base. Mais uma vez percebe-se a força social da ciência descortinando fatos e interagindo com as normas prescritivas da religião no que se refere a imagem do homem. Sobre esta interação H.Johnson (1960 p.520) explica que a ciência, por ser empiricamente funda-

mentada, não pode ceder terreno à religião e continuar sendo ciência; mas a religião pode ceder terreno à ciência e continuar sendo religião. Interessante observar que a literatura espiritista explora bastante este filão como se nota em P.Gibier (1947) que intitula a parte quarta de seu livro: influência da ciência futura sobre as religiões, filosofias, ciências, artes, etc.

Logo, as conseqüências de modelos para o homem são previsíveis em parte, e de modo algum inacessíveis ao raciocínio, desde que haja um bom número de fatores conhecidos e uma certa estabilidade na marca social. Da mesma forma que a propaganda tem sido utilizada para a discriminação racial, justificando o belicismo, uma onda de rebeldia tem estourado nas praias militares, slogans do tipo "felizes os que declaram a guerra; geralmente são muito velhos para morrer em combate", tatuados no peito de bebês ""J.Torney e L.Gambrell, 1980, p.8) e publicações e movimentos prodesarmamento são cada vez mais frequentes. É evidente que não são tentativas moralizadoras baseadas no pecado original as responsáveis por tais atitudes, pois, como comentou A. Huxley (1982, p.69), estas nem mesmo tiveram como resultado a penitência, como supunha Santo Agostinho, mas, como expos Pelágio, os romanos justificavam seu comportamento libidinoso com a doutrina agostiniana, entendida como garantia e prova de total depravação do homem e da ligação da vontade com o mal. Portanto, a ineficácia de conselhos morais repousa na dificuldade de se obter o tempo e o lugar

mais adequado para dá-los - cedo os psicoterapeutas, descobrem isto, e, de certa forma, buscam as condições que propiciam mudanças, fazem uma análise funcional.

Após esta reflexão, a atitude hindu de reverência ao macaco pode ser confundida com a meta aqui almejada, portanto deve-se esclarecer que a solução para angústia e despeito (de alguns) existencial do homem pode ser pesquisada em função de sua identidade no universo, isto é, do mecanismo de centralização - descentralização do eu, de sua individualidade e multiplicidade; objetivamente, esta reflexão anui com a imagem expressa por A.Einstein em seus escritos autobiográficos (1981,1983), o homem como ser universal ao invés de capitalista, judeu, negro, simbólico, etc.

O estudo seguinte é correlato a estes pensamentos.

#### b- ÊMICO E ÉTICO: UM ESTUDO

A correlação deste estudo com a reflexão precedente baseia-se numa continuidade lógica, a questão: será que práticas sociais oriundas de certas imagens do homem podem gerar malefícios para uns e benefícios para outros ?; implica numa resposta (sugestão, como é aqui chamada) que não pode prescindir de um esboço inspirado na psicologia intercultural e enriquecido pelas contribuições de G.Yurre, E. Spranger, B.Russell, E.Fromm e G.Paiva.

Pode-se informar quanto a origem e o significado do título desta seção que foi D.French que usou em 1963

os vocábulos "êmico", para designar o que é peculiar a cada cultura, e "ético", aquilo que é comum a diversas culturas. Inspirou-se no lingüista A.Pike, extraindo os sufixos dos termos fonêmico e fonético usados para descrever dois sistemas de representação de sons: um sistema próprio a cada língua e um sistema geral, no qual é possível descrever pelos mesmos símbolos quaisquer sons de quaisquer línguas, informa G.Paiva (1978,p.19).

Este estudo pretende fornecer subsídios para um velho dilema proposto por Pascal: nem tudo que é verdade aqui, é do outro lado dos Pirineus, ou dito de outra maneira, se o que é bom para um não é bom para outro, haveria algo que pudesse ser bom para os dois? Naturalmente, não deve ter escapado ao leitor perspicaz que verdade e bondade não são sinônimos, merecendo um esclarecimento: Pascal (1979 p.10) utiliza o termo verdade pois, conforme sua biografia assinala ele, desde a infância, preocupava-se em discernir o falso do verdadeiro, tendo estendido estas tentativas para o terreno religioso e moral. Da mesma forma buscar-se-á neste trabalho a aproximação dos conceitos verdade e bondade, posto que é tentador pensar que se há uma verdade comum em termos científicos, talvez, se possa, pragmaticamente, responder afirmativamente à questão filosófica do valor; ou seja, em termos práticos é viável o estabelecimento de códigos de ética, ou normas, que atendam diferentes grupos sociais sem ferir sua condição humana. Este assunto é, por alguns autores, examinado sob o rótulo de universais

humanos.

A obra de G. Yurre (1969) é um tratado sobre ética que analisa filosoficamente tal assunto; após expor algumas questões propedêuticas o autor citado introduz um tópico sobre a universalidade da lei natural; assim, admitindo a universalidade da natureza segue a possibilidade de uma lei para todos os homens.

G. de Yurre cita a tese de Levy Bruhl, que sustenta a não existência de um sistema básico de princípios comum a toda a humanidade, pelo fato dos princípios de identidade, causalidade e contradição, serem inerentes a um tipo de cultura, apenas para contra-argumentar, demonstrando que embora existam diferenças entre as mentalidades, esta não é total. E acrescenta que Levy Bruhl confunde princípios de lógica com formas de interpretação.

"La pura diversidad y multitud no explica el hombre, porque los hombres, aunque son diversos, no son totalmente diversos. Para entender el hombre es preciso admitir la diversidad y la unidad", segundo G. Yurre (op.cit., p.143).

Vale ressaltar que tal pensamento coincide com os achados da psicologia social e intercultural, bem como com os estudos de sociólogos e antropólogos. A este respeito pode-se ler A.Rodrigues (1981, p.51-60), sobre a aplicabilidade de conhecimentos interculturais G.Velho (1979), C. Brandão (1983) e S.Lane e W.Codo (1984), estas três obras

uma coletânea de artigos sobre questões sócio-comunitárias e teóricas.

"Qual é, então, o homem que é a medida?, questionava Platão a Protágoras, mas a resposta é de E.Spranger (1976, p.325): nenhum homem vivo, mas sim uma espécie de consciência axiológica normal acima do homem e de todas as suas situações concretas. A obra de E.Spranger é conhecida por sua análise dos seis tipos de personalidades provenientes dos seis valores básicos: verdade, utilidade, beleza, amor, poder e religiosidade. Tais valores, a partir de um procedimento, dito por E.Spranger, isolador e idealizador, geram os seis tipos de personalidade: o teórico, o econômico, o estético, o social, o político e o religioso, que são permeados pela moral. Não há um tipo puro, mas, através dos conflitos, origem da vivência ética, evidencia-se uma predominância tipológica distinguindo-se as determinações do ser e do agir. As do ser têm o caráter de essencialidade e as do agir a possibilidade de serem influenciadas pelo meio sendo que o ético só poderá ser percebido quando for expresso (do contrário oculta-se sob o véu da subjetividade) e aí comparado com valores vigentes, isto é, objetivos. Tais valores apresentam-se a consciência como a vivência do dever, o qual sugere um caráter normativo. E.Spranger (op.cit. p.298) coloca que é na normatividade que o fator moral se torna identificável. A norma não cria os valores, mas regula sua influência na consciência vivenciadora. Por isso o direito delimita-se apenas as esferas exteriores, as reações

práticas enquanto a moral penetra mais fundo examinando as determinações do ser e do agir. O direito é uma técnica que preocupa-se com a regulação externa, o agir.

Investigando o problema da moral individual e da moral coletiva, E. Spranger, aponta para a origem do pensamento moral demonstrando que o animal social se acha diante de três situações: ser portador, receptor e opositor de um espírito coletivo, ou seja, há uma orientação de grupo que funciona como parâmetro axiológico, entendendo-se por grupo um complexo de interações de indivíduos. (op.cit., p. 314). Para E. Spranger é possível, talvez, que a consciência moral social seja mais antiga no indivíduo do que a puramente pessoal, porque numa fase primitiva toda decisão é vivida como uma decisão do grupo e experimentada sob essa forma. O conceito de responsabilidade só pode ser entendido em função da razão de ser do grupo. É somente a um nível cultural diferenciado que se pode dizer que o indivíduo realmente dispõe de um modo próprio. De onde a frase do referido autor (op.cit., p.323): a vivência do dever para com a comunidade assume um colorido muito diferente segundo o fundo da estrutura individual da alma, no qual repercute.

Cabe uma breve explanação sobre o lugar de duas conclusões, que já podem ser vislumbradas, para a tese defendida.

A primeira, percebida em G.Yurre, é a necessidade de espaço, parcialmente atendida pelo Centro Royaumont (q. v. E.Morin e M.Piattelli-Palmarini, 1978) para a análise da

da individualidade e da multiplicidade do homem. A segunda empresta um certo vigor as assertivas apresentadas (passim) nesta tese de psicologia social preocupada com o poder e a destrutividade, que deixam transparecer a crença num planejamento social mesmo sem a resolução de alguns enigmas filosóficos. Trata-se da sugestão de E. Spranger: há um imperativo moral que rege os homens, imperativo este que origina-se da força do grupo e apresenta-se no agir de uma forma muito prática, objetiva e perceptível. É possível na prática social considerar-se as duas conclusões, planejar respeitando as diferenças individuais e ao mesmo tempo canalizando a força do grupo em prol das semelhanças, diminuindo a distância entre os seres. Sem dúvida, a educação tem um papel fundamental a desempenhar, urge, cada vez mais a necessidade de colaboração de todas as disciplinas científicas, filosóficas e religiosas.

Retornando, B. Russell (1977) persegue dois propósitos em sua obra: fundamentar uma ética não dogmática e aplicá-la a várias questões políticas; pode-se aventar que ele emprega seus conhecimentos de lógica na análise de problemas axiológicos e que chega a algumas conclusões consonantes com o que se tem afirmado neste trabalho. Os argumentos que seguem são quase transcrições das sentenças empregadas por B. Russell. (cf. passim, op. cit.).

a) Não se pode dizer que o aspecto solitário da natureza humana deva ter menos valor que o aspecto social, porque não somos seres completamente sociais.

- b) A ética e a moral são necessárias ao homem devido ao conflito entre a inteligência e o impulso.
- c) O solitário e o social são dois elementos fundamentais. Uma ética que só se ocupe de um será incompleta e insatisfatória, já que os dois elementos são possíveis. (termo usado por G.W.Leibniz para explicar mundos possíveis).
- d) A ciência e a técnica modernas robusteceram os poderes dos governantes, e possibilitaram criar sociedades com base num plano.
- e) O futuro da humanidade, em termos de vida ou de qualidade desta, depende deste planejamento que deve atender ao critério leibniziano. Note-se que tal critério tem o sabor daquilo que os psicólogos interculturais chamam de ético e êmico.

B.Russell (op.cit.,p.25) sugere mesmo que se deve relutar a pronta aceitação da opinião de que todos os julgamentos éticos são inteiramente subjetivos, porque assim como a ciência conseguiu objetivar os perceptos individuais atingindo a nomoteticidade, pode ser que haja algum modo semelhante para as questões éticas. Argumenta também em prol do equilíbrio entre os afetos e a razão, deixando patente que ao homem já não cabe mais a possibilidade de retroceder, como é a solução dada por alguns pacifistas, pois não pode ignorar a razão e a cultura. Cabe ao homem usar a razão para encontrar meios harmoniosos para satisfazer suas paixões, e, assim, justiça seria definida como aquela

situação que ocasiona o mínimo de descontentamento (op.cit., p.34). Raciocínio análogo foi apresentado por C. Veiga (1981b) que denominou esta ética objetiva de "operacionalizável".

Extrapolando um pouco, afim de não perder a motivação suscitada pelo tema, pode-se imaginar que a robótica, paulatinamente, irá se envolvendo com problemas pertinentes ao código que comanda o piloto. Nas máquinas tudo se passa sobre um sistema de escolhas visando determinadas metas, talvez, seja este o caminho para o planejamento social. É claro que uma política em que os fins justificam quaisquer meios não seria adequada no caso humano, porque os fins só poderão ser concretizados através dos meios, ou, as metas sociais dependem da qualidade dos meios sociais. Clarificando ainda mais, a norma que rege os meios objetivando um fim só pode continuar a ser norma se for aceita pelos que se submetem ao meio; usando uma linguagem menos técnica, um governo que vise determinada meta terá que fornecer condições ideais para o povo desempenhar funções que conduzam ao objetivo colimado. A utilização da chibata e do castigo condena o regime a sua derrubada devido ao nível de insatisfação do povo e os conseqüentes boicotes. Se o meio para o governo cai, é uma lição histórica.

E. Fromm (1978a) é o próximo autor estudado, e sob o prisma das normas argumenta a favor de uma ética relativa, em contra-posição a absolutista. Sustenta a impropriedade do critério absolutista para que as normas éti-

cas sejam verdadeiras, e utiliza conceitos como o de ética universal e ética socialmente imanente; o primeiro seria aquilo que é considerado indispensável ao desenvolvimento do homem em todas as culturas, o outro, significa as normas de qualquer cultura que contem proibições e mandamentos que são necessários apenas para o funcionamento e a sobrevivência daquela sociedade em particular (op.cit.,p.203). É otimista ao afirmar que a contradição entre estes dois tipos de ética tenderá a desaparecer graças a razão do homem, postulando uma passagem da autoridade irracional para um autoritarismo baseado na competência e na razão (cf. B. Russell), a isto denomina ética humanista. E, finalmente, referente a controvérsia dos meios e dos fins, crê serem dois nomes para a mesma realidade que indicam uma diferença de julgamento e não uma divisão real, salientando que o realce dado por J.Dewey em sua Theory of Valuation (1939) a inter-relação de meios e fins é indiscutivelmente um ponto significativo da formação de uma teoria de ética racional... os fins podem ser verificados pela análise empírica do fenômeno total - o homem - mesmo que ainda não conheçamos meios para atingí-los.(op.cit.,p.35). Para E. Fromm a ciência do homem, e ele não especifica o que entende por tal expressão, pode fornecer uma imagem de um modelo da natureza humana do qual se podem deduzir os fins antes de se encontrarem os meios para alcançá-los. Há fins, segundo sentença do próprio punho de E. Fromm, sobre os quais podem ser feitas proposições válidas, embora eles

careçam, no momento, por assim dizer, de pés e mãos. (op. cit., p. 35). Ora, um breve comentário: em um caso concreto como o desarmamento poder-se-ia dizer que trata-se de proposição válida, i.e., plausível como meta a ser perseguida se o ideal da amizade é valorizado pois não há sentido em proliferar o arsenal se usá-lo implica num caos para o agressor e para a vítima. Logo, a proposição mais válida é aquela que representa menos dano e maior justiça social, mas como atingir tal meta - o desarmamento - é que se torna o ponto nebuloso. Porém, conforme analisou P. Medawar (1982, p. 95-104), o meliorismo, acreditar que o mundo pode se transformar num lugar melhor, não sendo desabonador para a ciência e muito menos para aquelas que investigam o animal social, deve estimular os cientistas sociais na busca dos meios pelos quais o desarmamento possa ser atingido. E, esclareça-se que não se está recomendando uma ação retrógrada, do tipo arcádico (q.v.op.cit., ibidem, passim), neste ponto, o pensamento aqui expresso enfatiza a importância da ciência frente ao conjunto administrativo, posição esta mais otimista do que a manifestada pelo biólogo P. Medawar (op.cit., p.102), e, portanto, direciona o próprio argumento anterior de E.Fromm - carência de meios - para outro setor, a saber: não faltam meios para o desarmamento, se estes são entendidos como caminhos detectáveis, o que falta, e isto justifica o comentário, é a percepção de que o esforço isolado sem um centro pulsante, de cientistas e governantes, pode ser o ponto crucial. A sêmita para a paz

talvez esteja na coordenação de esforços, que, acredita-se, pode ser atingida por meio de um plano educacional pacifista, como os expostos por A.M'Bow (1983), I.Ivanian e E. Sokolova (1980), P.Morren (1980), J.Torney e L. Gambrell (1980), T.Lean e C.Veiga (1981) e outros. A confirmação, ou pelo menos o apoio, destes argumentos poderá ser lida quando da apresentação dos resultados da pesquisa realizada pela Divisão de Direitos Humanos e Paz da UNESCO (ver capítulo sobre conclusões).

As idéias esboçadas até aqui confluem para o que se pode chamar de tentativa de aproximação dos discursos êmico e ético, ou seja, a nível pragmático e viável a aproximação dos valores universais com os culturais, tal obstáculo, percebido por antropólogos e sociólogos, tem surgido em sua plenitude na psicologia intercultural, por isto a próxima obra estudada versa sobre tais dificuldades.

A simultânea necessidade e impossibilidade de se comparar culturas diversas, enunciada tecnicamente como Dilema de Malinowski, foi encarada com vigor por J. Whiting (1954), C. Kluckhohn (1963), W.Goldschmidt (1966), J. Berry (1969) e E.R. Leach (1974). A possibilidade de "conciliar" a incomparabilidade das culturas no que têm de peculiar (êmico) com uma ordem transcendental a estas culturas (ético) é problema análogo, imbricado mesmo, com os problemas axiológicos e de direito, seja a questão da "unidad y diversidad" exposta por G.Yurre, seja a "moral individual e coletiva" de E. Spranger, ou a "compossibilidade" de B.

Russell, ou a "ética universal e socialmente imanente" de E. Fromm. É na obra de G. Paiva (1978) que pode ser encontrada uma exposição concisa do campo da psicologia intercultural, e da qual se extraiu o exemplo a seguir para demonstrar a importância da preocupação anteriormente elaborada: o fato de sujeitos filipinos não conseguirem entender a diferença entre Natureza e Aprendizagem nas práticas educacionais, só foi menos espantoso para os pesquisadores do que a dificuldade de professores dinamarqueses em perceberem a idéia de exercer influência sobre seus alunos (op.cit., p. 22).

O exemplo precedente dispensa comentários, sua finalidade estampa o aspecto altamente crítico que se pode ler em R. Matta (1981) - o exercício de distanciamento cultural permite uma melhor visão da estrutura social e cognitiva, tanto assim é que os pesquisadores já estão cientes de que suas conceituações e categorizações são ênicas e não podem ser utilizadas sem uma reflexão crítica, posto que isto implicaria no que P. Berger (1976, p. 167-180) denominou de oportunismo cínico; mais uma vez ressalta-se a importância da Sociologia da Ciência e da Psicologia da Ciência.

Desde que se iniciaram os estudos comparados das culturas, por antropólogos e homens como S. Freud, C. Jung e W. Wundt, que há uma preocupação latente com a nomoteticidade dos achados; na conclusão de sua obra, G. Paiva (op.cit., p. 63), informa que o Dilema de Malinowski por vezes assume o antigo vigor, mas que ainda assim os trabalhos se

desenvolvem apoiados em dois postulados: o de que as culturas são a realização típica do homem e o de que existem universais humanos.

Interpretar-se-á corretamente os argumentos da obra de G.Paiva, julga-se, se se declarar que é possível vencer as distâncias culturais influenciando com técnicas precisas a educação. É verdade que o rumo das propagandas ideológicas e das bases sociais terá que ser, necessariamente, abalado, mas como sentenciou B.Russell (op.cit., p. 195), se os homens não puderem, a raça humana estará condenada.

#### c - O BEM COMO FUNÇÃO VITAL: UMA SUGESTÃO

A etimologia dos vocábulos bem e mal provém do latim, e segundo A.Cunha (1982), significam respectivamente e aproximadamente, virtude, felicidade, de maneira conveniente - e, aquilo que prejudica ou fere. Reunindo mais algumas informações sobre a questão pode-se ler em T.Dreiser (1943, p.83) uma frase de H.Thoreau: "que assunto atroz o de fazer o bem em lugar de nos preocupar com a nossa própria vida, que é o que nos diz respeito". E, por fim uma reflexão de Lao Tzu encontrada em A.Watts (1972, p.47): "quando todo mundo reconhece que a bondade é um bem, já existe o mal. Assim, ser e não ser acontecem mutuamente".

Como já foi alertado por E.Spranger (op.cit.) o que importa nesta incursão ao terreno da axiologia, são os aspectos psicológicos, e já que existem conseqüências para a sociedade, pois esta é regida por normas, interessa formu-

lar um raciocínio a guisa de sugestão psicológica a filosofia dos valores, na tentativa de incentivar a deslindação da base axiológica do planejamento social.

O raciocínio é simples, não há um juízo moral na natureza assim como não há na ciência, o bem é uma opção, assim como o mal. Portanto, resta analisar nos empreendimentos humanos se o homem valoriza ou não o futuro, por quanto se optar pelo mal não sairá ileso conforme ficou patente na súpula de seu arsenal aqui esboçada ... valorizar o futuro implica num único caminho, que se desculpe o tom pastoral, o bem.

As imagens históricas do homem reveladas pela paleontologia e antropologia deixa entrever uma espécie preocupada com o futuro, tanto em termos ontológicos e filogenéticos quanto no aspecto social, esta angústia existencial se expressa na cinegética, na magia, nas pinturas rupestres e nos tratados científicos; a ciência, bastião dos esforços intelectuais do ser, tem como pressuposto fundamental o caráter prospectivo e não haveria percepção de um mundo platônico, ou um mundo 3 conforme K. Popper (1977, p. 190-206), caso o homem, localizado no mundo dos perecíveis, sucumbisse como espécie. Não se trata de um biologismo, o que se manifesta aqui é a condição lógica de que a abstração só é possível, até prova em contrário ao cérebro vivo ou a algum correspondente material - a existência biológica é condição basilar para o saber. Há, pois, consenso no que tange a valorização do futuro, porque em psicologia a

própria preocupação de alguns em negá-lo já é uma corroboração do que se está afirmando, o tempo é valorizado, inclusive a instância futura. Obras como as de R. Mondolfo (1968a, 1968b) apoiam a argumentação.

A natureza humana necessita do ecossistema, do contrário sucumbe, daí ser lícito apontar para as maneiras mais convenientes de conduta em virtude do desígnio social; se o instinto é preservar então que se dê atenção aos alertas em forma de erros, tragédias e previsões que pululam na história das sociedades. O homem, rei do universo infinito nas palavras de W. Shakespeare, não pode negar que ganhou a consciência da relação interdependente com o planeta; é claro que tal espírito não ilumina a todos mas, como demonstrou L. Brown (1983), os administradores, economistas e políticos não têm desculpa para permanecerem na escuridão pois o assunto é de alçada acadêmica - o autor mencionado, inclusive esquematiza um gráfico, no qual sugere que a atitude de domínio da natureza deva ser revista em prol de uma harmonia com a natureza.

Excedendo, talvez, os estudos realizados por D. Price (1976) e D. McClelland (q.v. D. Peck e D. Whitlow 1976, p. 99-107) que apontam a produção literária como um indício significativo de movimentos históricos, poder-se-ia cogitar sobre o significado do aumento sensível da literatura de cunho escatológico, paralelamente, informando que os autores destas ficções reservam em seus contos um lugar de destaque, quando indicam esperança, para a psicologia.

(v.g.I.Asimov, 1982 e 1983). Ora, não cabe aos cientistas sociais cruzarem os braços diante da situação, isto seria permitir - uma isca para despertar e renovar os insensíveis - a morte da própria ciência.

Alguns pensadores sugeriram que a autodestruição da espécie é inevitável, tal crença é, mesmo se corresponder a verdade, de pouca utilidade na instância presente, porque fere o preceito do futuro cancelando qualquer esforço prospectivo. Em tanatologia tal problema tem sido percebido, pessoas terminais funcionam tanto melhor quanto tenham elaboradas noções como as de significado, identidade e continuidade, pode-se simplificar, o estágio final da vida depende da construção de uma noção de valor em que o "eu" liga o passado ao futuro, a tradição ao planejamento, o "eu" é vivido como a ponte entre o velho e o novo, ou, para usar uma linguagem pictórica, o "eu" é a árvore que foi germinada e deixará sementes.

É importante observar que terapeutas trabalham planejando vidas, segundo abordagens diretivas e não-diretivas sentam-se como pilotos ou co-pilotos, e, apesar das inúmeras zonas de ignorância e preconceito que permeiam sua atuação conseguem imprimir diretrizes mais saudáveis as pessoas, naturalmente insucessos existem, mas o que se demonstra é a viabilidade de atuação mesmo se alguns setores (membros da família, e.g.) não colaboram, mesmo se existem dificuldades teóricas e desconhecimentos de variáveis.

O homem pode escolher, sua escolha não é imune as

pressões ambientes, e, necessariamente, não precisa ser infensa a estas, até condições patológicas podem imiscuir-se em suas intenções, porém ele precisa optar, se pretende manter-se como espécie deve repensar o sistema e escolher o bem, formas convenientes de estratégias que garantam a qualidade do padrão de vida. O mal será aquilo que prejudica ou fere o convívio, muito se lucrara neste assunto quando as palavras de Takuan, lidas em K. Durckheim (1979, p. 72) forem "objetivadas" pelos psicólogos interculturais: "deve-se ser capaz de ver o bem e o mal, sem os ver; de distingui-los precisamente, sem os distinguir de modo algum". Tal temática é objeto de estudo daquilo que G. Paiva (op.cit. p. 64) define como cultura subjetiva, o nível propriamente psicológico que medeia entre os valores e as normas culturais objetivados, de uma parte, e as ações concretas e manifestas, de outra. Para um exercício vigoroso de vivências em tal problemática pode ser recomendados os testes de A. Neel (1976, p. 135-144), W. Johnston (1979, p. 57-65), C. Souza (1982, p. 114-117), D. Suzuki (1976b, 1977) e E. Herrigel (1983).

#### CONCLUSÃO DO TÓPICO

Três argumentos foram sustentados nas páginas precedentes refletindo o que se entende por contribuições, o primeiro foi uma reflexão sobre as implicações perigosas da moral antropocêntrica, ideologias exclusivistas que podem proteger e camuflar injustiças sociais, o racismo e o

"apartheid" são exemplos (q.v. M. Kunene (1979) e F. Ginwala e S. Mashiane (1980)). Em seguida, efetivou-se um estudo sobre o problema dos universais tendo sido enfatizada a pesquisa intercultural. E, por fim, foi fornecida uma sugestão prática, optar pelo bem, traduzindo-se tal escolha num programa que vise a qualidade sócio-psicológica da vida dos habitantes do planeta.

Considera-se que duas são as intenções desta seção: alertar para as bases axiológicas de todo planejamento, não admitindo-se a negligência com o tema, e a demonstração de que os conceitos de respeito e moral são preceitos inerentes ao ethos científico, e por isto dignos de perquirição, rigorosa, por parte dos cientistas. Oxala, M. Rokeach (q.v. R. Evans 1979, p. 396) consiga demonstrar sua hipótese do unidirecionamento, isto é, que existe uma proteção ética inerente ao "eu" contra a manipulação de valores arbitrários, o que implicaria na vitória do pressuposto das teorias da auto-realização. Aliás, é isto que transparece no curso de sua obra (1981).

## 2 - DUAS REFLEXÕES METACIENTÍFICAS

As preocupações atuais com a unidade da psicologia ainda parecem as mesmas daquelas encontradas nas décadas passadas, embora continue havendo refinamentos e investigações que tem por meta solver o problema da integração dos inúmeros modelos e abordagens.

Um primeiro ponto fundamental nestas diásporas parece ser a falta de rigor que havia nas montagens teóricas iniciais, observando-se desde uma certa negligência com as análises filosóficas até uma perceptível falta de elaboração formal nas teorizações; sendo que, neste último aspecto, tem sido observado um maior cuidado uma vez que ficou evidente que a jovialidade da psicologia não significava um impedimento a formalização teórica. A atitude de colecionar dados, de maneira alguma, se contrapõe a organização e encaminhamento heurístico de hipóteses. Justamente é isto o que se pretende.

Outra questão geradora de divergência na psicologia pode ser encontrada na delicada vertente metacientífica intitulada psicologia da ciência. Tal disciplina tem por finalidade propor estudos sobre a psicologia dos cientistas, tanto do ponto de vista geral, social quanto diferencial (K. Madsen, 1972) e o tema aqui apontado é o da polarização de atitudes.

As secções subsequentes ampliam as duas questões supracitadas.

## d - BREVE ANÁLISE DA PSICOLOGIA

Notar-se-á uma preocupação crescente com a teorização e os fundamentos filosóficos em psicologia, caso se investigue o centro dos debates realizados tanto entre J. Piaget e N.Chomsky (q.v.M.Piatelli-Palmarini,1983), quanto por behavioristas e fenomenólogos (Wann, 1974), ou o debate entre B.F.Skinner e C.R.Rogers(q.v.F.Milhollan e B.E.Forisha,1978)ou mesmo pelo encontro interdisciplinar realizado por C.Rogers e W.Coulson(1973).Nao Há dúvida sobre a importância de reuniões deste tipo, nas quais sao repensadas as posições básicas dos autores, objetivando o mínimo de distorções e o amadurecimento tanto dos sistemas teóricos quanto das críticas. Lamentável, aliás, a pouca frequência de debates semelhantes na área geográfica circunvizinha do autor desta dissertação. Seria uma forma de atingir padrões mais elevados no campo teórico e reduzir o fenômeno da discipulomania (Demo, 1983). Nao cabe aqui examinar os fatores obstantes de tais encontros, ou - usando uma crítica propositadamente,mais ferina - os fatores que impedem um melhor resultado nos poucos encontros brasileiros desta natureza, mas é conveniente apontar para aspectos econômicos, políticos e educacionais como responsáveis por tal quadro. Evidentemente, como já foi frisado, uma das finalidades desta tese e propiciar material para pesquisa, daí a nota sobre o cenário (parcial) da psicologia brasileira.

Retomando a análise que se desenrolava, é oportuno mencionar que a falta de rigor teórico dos primeiros mo-

vimentos em psicologia pode ser entendida de vários ângulos. Por exemplo, através dos momentos denominados contexto de descoberta e contexto de validação. Ao passo que na investigação empírica o pesquisador possui maior flexibilidade, já no contexto formal ele enfrentara a lógica do inquérito científico, composta de temas sobre metodologia, explicação, prognóstico, aceitação ou rejeição de hipóteses. Caso o pesquisador se afaste muito de métodos e técnicas já consagradas pela ciência, enquanto investiga, mais dificuldades terá em comprovar suas hipóteses.

Logo, quanto mais recente o campo investigado mais árdua a tarefa do teorizador posto que grande parte das dificuldades, tanto teóricas quanto instrumentais, ainda são desconhecidas. Tal raciocínio parece óbvio e facilmente analisado quando se observa a história da ciência, seja a Física ou a Psicologia. As mesmas críticas, e até mesmo sátiras, encontradas no caminho da mecânica quântica (ver Koestler, 1973, p.82) poderão ser percebidas, de forma semelhante na psicologia. É provável que os sistemas continuem sendo aperfeiçoados; o trabalho conjugado de inovadores e replicadores certamente influenciará num sentido benéfico para a maturidade da ciência psicológica.

Os trabalhos de S.Freud, C.G.Jung, E.Erikson, K. Lewin, V.Frankl, apenas para citar alguns, possivelmente, obedecem a prioridades oriundas do contexto da descoberta, o mesmo deve ocorrer com as obras de W.James, C. R.Rogers e A.Maslow, talvez a motivação epistêmica ou o Zeitgeist se-

jam os responsáveis pelo estilo dos trabalhos acima citados. De qualquer forma há reconhecimento em maior ou menor grau, inclusive dos autores mencionados, quanto a importância da sistematização, formalismo, e comprovação das hipóteses aventadas. Sem o crivo da validação há sempre o risco das fantasias afastarem a pesquisa dos pontos mais relevantes.

A clareza, portanto, é fundamental, e se traduz sob o princípio da parcimônia e, apesar de criticada, das indicações operacionais de P.Bridgman. O uso de metáforas, embora inevitável num estudo que se inicia, também reduz a compreensão nomotética do fato que descreve o fenômeno, donde a necessidade de formulações mais precisas até mesmo no terreno das críticas. A não observância deste preceito é responsável por inúmeras dificuldades e incompreensões. Uma análise deste tipo de problema foi efetuada por R. Rudner (1976, p.104-125) quanto a objetividade da ciência social, e por M.H.Marx (1981) no que tange a dimensão da clareza operacional.

Assim, constata-se na literatura científica preocupações com vários aspectos do saber científico, ou, para usar a expressão empregada por K.W.Spence (1981), com a natureza do conhecimento científico. E à psicologia cabe o comprometimento com tais análises caso pretenda atingir padrões mais consistentes de cientificidade; o texto de P. Greco (1981) ilustra uma destas análises, aí a preocupação reside em averiguar os níveis de explicação em psicologia:

conclui o autor pelo irreducionismo do método experimental a práticas laboratoriais e métodos indutivos, optando por uma epistemologia estrutural capaz de "defender o psicólogo contra o duplo perigo do reducionismo e do mentalismo", lembrando ainda daquilo que, como obstáculo ao saber ficou conhecido por armadilha de E.Husserl, ou seja, que a simulação experimental não é uma representação do objeto, porém sim da epistemologia do construtor. Enfim, P.Groco (1981b) repõe um velho dilema - *ipsis verbis* - é a infelicidade do psicólogo: ele não está nunca seguro de "ter feito ciência". Se ele a fez, não está jamais seguro que seja psicologia. Logo, no parecer do autor desta dissertação, o dilema é antigo e capaz de impressionar, mas é superável diante de análises mais rigorosas do contexto científico e psicológico veja-se para ilustrar esta questão, a argumentação de L. Rougier (1981), desenvolvida no próximo parágrafo.

O autor supramencionado distingue dois tipos de verdade, entendidos como proposições formais e proposições empíricas; desta forma, no primeiro caso, compreende-se o enunciado de um prisma convencional, i.e., "uma verdade de fato" fruto de convenções, arranjos simbólicos que intentam uma representação o mais aproximada possível da natureza; há pois que se distinguir esta verdade formal daquela cujas proposições enunciam atributos substantivos do universo material: a primeira pode ser refutada através de argumentos lógicos, a outra, mediante testemunho experiencial. F. Seminério (1981) explicando os conceitos de juízo analítico (racionalista) e juízo sintético (empirista), permite

entrever a relação que existe entre as proposições analíticas ou formais e as proposições empíricas ou sintéticas: respectivamente, o comprometimento da verdade formal com o simbolismo linguístico é óbvio, sendo a verdade empírica a relação entre a descrição do objeto e o objeto, num grau que varia de 0 a 1, ou seja, desde falsa até verdadeira. Daí, pode-se concluir sobre a independência das verdades formais em relação a experiência do vivido e, ao contrário, pela subordinação das verdades empíricas ao contexto material do universo. De onde, apenas para ilustrar, pode-se perceber que a formalização de uma geometria pós-euclidiana, por exemplo a de Lobatchevski, não implica no desmoronamento das construções fundadas nos teoremas de Euclides; entretanto, a constatação observada por certas leis permanece imutável, dadas as condições pré-estabelecidas e definidas empiricamente - assim, o enxôfre queimado produzirá uma chama azulada, desde que os vocábulos correspondam aos objetos originais da experiência ter-se-á tal efeito sempre que o enxôfre for queimado.

Da argumentação precedente depreende-se que a ciência cobiça atingir o máximo escore em ambos os tipos de proposições, sendo, contudo, inevitável a constatação inicial de que na psicologia, diante da relação entre a qualidade do vivido e a qualidade do objeto, o que se observa é um afastamento de uma destas vertentes sempre que se estabelece a outra, o que em parte corrobora o discurso de P. Greco sobre o Dilema do psicólogo, no entanto, reitera o

autor desta dissertação que esta relação inversamente proporcional, entre o aumento do conhecimento da subjetividade e a menor precisão, tende a ser enfraquecida a cada passo do conhecimento psicológico, posto ser a preocupação científica da psicologia voltada em grande parte para o estudo e controle dos mecanismos e processos mediacionais dos estímulos e respostas; logo, é fatal o raciocínio: quanto mais a psicologia consiga expandir-se formalmente e empiricamente, maior pressão exercerá sobre o domínio do vivido e do lógico, do sintético e do analítico, no sentido de atenuar estes dilemas.

Completando esta breve análise da psicologia foi elaborada uma síntese do trabalho de H. Krüger (1976), intitulado sugestivamente: o problema da objetividade na investigação psicológica.

Para o referido autor existem alguns pontos que se melhor cuidados abrandariam alguns enfoques críticos, facilitando manobras mais fecundas em prol do amadurecimento da psicologia.

A falta de consenso no que tange ao objeto de estudo, as estratégias a serem empregadas na pesquisa, e também quanto ao plano semântico, é propiciada tanto pela ausência de sistematização sobre as contribuições já alcançadas (organização teórica), quanto pela carência de novas posturas interpretativas da realidade fenomenal, as chamadas teorias revolucionárias, paradigmáticas, no entender de T. Kuhn (1978).

As causas apontadas como responsáveis pela ausência da sistematização e do paradigma são descritas como fatores endógenos e exógenos, entendidos assim porquanto agem no interior da elaboração teórica, porque são ali produzidos (endo), mas também exercem influências de fora para dentro do plano teórico (exo). Entre os endógenos encontrar-se-á três análises: o baixo nível de formalização em psicologia, o problema da incompletude matemática e questões pertinentes à validade, isto é, o quanto a nossa lógica se aproxima da ordem da natureza, bem como os problemas enfrentados pela psicologia intercultural e pela psicologia histórica, ou seja, o aspecto da aplicabilidade temporal e regional do saber. Do prisma exógeno são cinco as análises: subordinação da pesquisa, realizações científicas bem sucedidas, estilos cognitivos, pressupostos e idiosincrasia. Suscintamente, podem ser acrescentadas, para melhor compreensão, algumas observações aos cinco pontos. A pesquisa está inserida num contexto social, composto pela comunidade científica e pelas instituições, o qual tem interesses, objetivos e necessidades, logo há uma certa flutuação de "prioridades" que dificulta o trabalho de um sistematizador e obscurece, muitas vezes, novos caminhos. Explorando este filão observa-se que dentro da comunidade científica mesma existem modelos que por terem sido satisfatórios, conduzindo ao êxito, são impostos tacitamente apesar de não haver prova sobre o caminho fixo para o sucesso.

Os outros três pontos referem-se às diferentes

formas de interpretar a realidade, as premissas filosóficas de caráter ontológico e gnosiológico e as variáveis psicológicas. Todos atuando de forma a dificultar, em última análise, o consenso na psicologia.

Talvez seja por causa da maior uniformização em relação aos tópicos supracitados que a psicologia em países socialistas encontre-se mais centrada em termos das investigações, linhas de pesquisa e objetos de estudo. (Krüger, 1984, p.28-32).

No que tange à proposta desta parte da tese - uma breve análise da psicologia - cabe um último comentário.

Nem precisaria ser dito que o tema é inesgotável e ultrapassa os limites do presente estudo, embora seja fundamental sua investigação profunda caso se queira sair do âmbito acadêmico para o pragmático. Portanto, análises deste tipo são necessárias a fim de orientar com mais segurança qualquer planejamento social, e também deve ficar claro que o debate está aceso até mesmo em relação à questão do consenso e da proliferação teórica, isto é, embora a análise efetuada tenha apontado para tópicos como a falta de consenso quanto as estratégias de pesquisa, não decorre, como se poderia pensar, que esta seja a solução mais imediata; sendo o campo da psicologia composto de dificuldades muito especiais, visíveis nos argumentos críticos entre escolas diferentes, talvez o caminho melhor seja o da multiplicidade de iniciativas que permitem o debate e a fecundidade de idéias, análises e soluções.

ciência, a psicologia da ciência, e, embora D.Madsen não cite, a política da ciência e outros estudos mais setoriais. O que é importante frisar é a impossibilidade da atuação exclusiva de uma disciplina, há uma constante interação e troca de informações, e a preferência por um desses ramos, em parte, é ditada pela formação do pesquisador. Portanto, a história de qualquer disciplina é um ramo da metaciência, por exemplo, a história da física; outra possibilidade seria a sociologia da psicologia ou a filosofia da história, e assim sucessivamente. Como não são estanques, apesar da ênfase nesta dissertação incidir sobre a psicologia, por razões óbvias, serão registrados argumentos da sociologia da ciência e, quiçá, dos outros ramos. "A psicologia metacientífica pode definir-se formalmente como o estudo metacientífico combinado (filosófico, histórico, psicológico e sociológico) da psicologia". (id., ibid., p.8).

L.Wirth, prefaciador da obra de K.Mannheim (1976, p.9-28), desenvolve os argumentos da objetivação, do realismo crítico, narra as preocupações dos homens de saber com os critérios de objetividade e subjetividade, e aponta para ciência social do século XIX como "pródiga em advertências contra as distorsivas influências da paixão, do interesse político, do nacionalismo, e do sentimento de classe, bem como em exortações de auto-purificação... muito embora tenha sido necessária e salutar a ênfase na distorciva influência dos valores e interesses culturais, este aspecto negativo da crítica cultural do conhecimento chegou a um

ponto em que tinha de ser reconhecida a relevância positiva e construtiva, para o pensamento, dos elementos valorativos. Enquanto o anterior modo de encarar a objetividade acentuava a eliminação da subjetividade pessoal e coletiva, a abordagem moderna acentua a importância cognitiva positiva de tal subjetividade".

Usufruindo da exposição de K. Popper sobre os três mundos, pode-se aventar que os filósofos da ciência preocupados com a objetividade da representação do mundo 1 pelo mundo 3, não trabalharam sobre o mundo 2 (a passagem), cabendo a sociologia do conhecimento e a psicologia da ciência incursões neste universo. Entende-se que não houve negligência posto que as variáveis que permeiam o mundo 2 ainda estavam sendo estudadas, isto é, o desenvolvimento gradativo das disciplinas e a troca de informações irá enriquecer cada vez mais a análise epistemológica.

Não há dúvida sobre o valor do positivismo lógico de M. Schlick, R. Carnap, H. Reichenbach e do operacionismo de P. Bridgman, a meta de objetivar o saber, tornando-o conhecimento, estava tomando a forma de um capítulo fundamental para a epistemologia. Basta atentar para uma indagação de T. Khun (ibid., p. 21) - "se essas crenças obsoletas (referindo-se as concepções da natureza outrora correntes) devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. Se, por outro lado, elas devem ser chamadas de ciências, então a ciência

inclui conjuntos de crenças totalmente incompatíveis com as que hoje mantemos" - que ficara evidenciada a importância epistêmica da demarcação científica.

No entanto, conforme analisou K. Mannheim (ibid., p. 286-330) a epistemologia se torna mais consistente, e sai de um academicismo, quando incorpora o elemento perspectivista em suas análises. Este elemento configura-se no papel do observador, sua percepção entendida como elemento ativo no processo de captação dos dados, donde a ameaça de um certo relativismo filosófico que negaria a validade de quaisquer padrões e da existência de ordem no mundo. Para tanto, K. Mannheim desenvolve o argumento denominado relacionismo (ibid., p. 303), "não significa que não haja critérios de verdade e erro numa discussão", deve-se insistir, entretanto, no fato de que "é da natureza de certas afirmativas a impossibilidade de se as enunciar de modo absoluto, mas apenas em termos da perspectiva de uma dada situação". Para K. Mannheim, o relativismo pode ser evidenciado numa postura não-perspectivista, ligada a noções ingênuas como a já referida teoria fotográfica da realidade, porém a experiência subjetiva do observador conduz a possibilidades empíricas mais amplas e não a um caos de posições. Este o valor positivo da sociologia do conhecimento para a epistemologia, enquanto teoria visa analisar a relação entre conhecimento e existência, enquanto pesquisa busca traçar as formas tomadas por esta relação no desenvolvimento intelectual da humanidade, em suma, ela estuda os modos variáveis segundo os

quais os objetos se apresentam ao sujeito devido as diferenças de conformação histórica e social.

É claro que o problema ora examinado pode ser seguido através da história do homem intelectual, como o fez J.Losee (1979) que faz uma análise de Platão(428/7-348/7 A.C.) até K.Popper (1902- ), demonstrando as várias contribuições (Aristóteles, W.Ockham, F.Bacon, G.Galilei e J.Bode, etc.) ao problema do conhecimento. Também em A. Penna (1984) há uma sucinta análise do confronto entre a razão e os fatores subjetivos; lembra o autor citado que E. Husserl com suas técnicas da redução focalizou o obstáculo, antinomias segundo I.Kant, pretendendo removê-lo - apesar desta contribuição ser relevante, não encerrou a problemática: o sistematizador que tenha plena convicção de sua demarcação será antes um crente do que um cientista.

Assim, o enfoque e o realce dado por K.Mannheim à sociologia do conhecimento abriu o campo para os trabalhos de R.K.Merton(1970,1979), T.Khun(op.cit.), W.Hagstrom(1979), e J.Haberer(1979) A.Brannigan (1984), para mencionar alguns; e a psicologia da ciência?

Antes de prosseguir uma observação, o âmbito da presente secção, é tão somente destacar a relevância de dois temas, o subjetivismo crítico e a polarização de atitudes, o primeiro enriquece a epistemologia e a psicologia,

o segundo, enquanto não observado, gera controvérsias que dificultam o amadurecimento da psicologia. Estes temas têm recebido contribuições, embora de forma indireta, ao longo da história da psicologia; é o que insinua-se no próximo parágrafo.

Assim, para o escopo desta dissertação basta indicar que uma gama profusa de investigações têm sido conduzidas sobre temas que locupletam o conhecimento sobre o subjetivismo crítico e a polarização de atitudes - apesar da preocupação central não ter sido esta - que julgue o leitor: percepção, processos mediadores, estereótipos, preconceito, necessidade, interesses, tendenciosidades cognitivas, ilusões, valores, atitudes, processos de atribuição, mecanismos perceptivos, pressão social, estilos cognitivos, dissonância e equilíbrio cognitivo. Para mencionar alguns autores, dentre os estudos em psicologia social os que mais chamam a atenção para o subjetivismo são as pesquisas empreendidas a partir do movimento gestaltista, estudos como os de S. Asch, F. Heider e L. Festinger, expostos, no caso por M. Deutsch e R. Krauss (1976).

Uma ressalva, não apenas os trabalhos aludidos são importantes, os mecanismos do ego de S. Freud, os rituais e ritualismos de E. Erikson, os conceitos de congruência - incongruência de C. Rogers, e outros, podem fornecer muito material heurístico para a psicologia da ciência, seria ingenuidade desprezá-los, vale lembrar.

Seguindo a exposição, assim como os sociólogos da ciência, por exemplo T. Khun, preocupam-se com as influências

sócio-históricas nas teorias, os psicólogos da ciência analisam as variáveis e processos psicológicos que geram o conhecimento. Contudo estes mesmos processos geradores da atividade científica podem <sup>trans</sup>formar preceitos em preconceitos, o rigor em rigidez, a dúvida sistemática e problematizada em doutrinas dúbias que sistematicamente causam problemas ao desenvolvimento do conhecimento, impedindo a troca de informações e colaborações dos pensadores. Claro está, que a posição aqui pretendida não é um psicologismo, a afiliação partidária é assunto por demais complexo, permeado de interesses sociais, econômicos e políticos, daí o que se indica é exatamente o trabalho interdisciplinar, as análises consequentes ilustram o que se acaba de dizer.

Num primeiro plano é conveniente dar um contorno mais nítido aos conceitos supramencionados e centrais desta secção - subjetivismo crítico e polarização -, pois conforme G.Frege (1980, p.191): "nas partes abstratas da ciência faz-se sentir continuamente a falta de um meio de evitar mal-entendidos e, ao mesmo tempo, erros no próprio pensamento. Ambos têm origem na imperfeição da linguagem. Pois carecemos sempre dos sinais sensíveis para pensar". Portanto, por mais deficiente que seja a descrição de um termo, são válidas e necessárias as tentativas.

Por subjetivismo crítico, entende-se a disposição psicológica do observador em exercer uma vigilância sobre a sua própria condição de elemento mediador entre o fenômeno

e o fato. Perceber-se como interferente na apreciação e descrição do fenômeno é tarefa complexa, porquanto exige um exercício de afastamento do eu. Na seção intitulada "êmico e ético" (antepenúltimo parágrafo) são indicados os textos de um antropólogo e de um sociólogo sobre tal exercício de distanciamento; porém, não resta dúvida, de que o arsenal técnico das terapias fornece um vasto material que bem pode ser usado em tais casos, por exemplo, as técnicas de dramatização e troca de papéis. Logo, o subjetivismo crítico é o esforço para tornar consciente e explícitas as variáveis condicionantes (sócio-econômicas e psico-históricas) que atuam no sujeito observante da realidade, e a transcendência do realismo ingênuo para o crítico. Esta postura de alerta frente a decodificação da complexidade da natureza tem no movimento denominado por J. Bruner de "new look in perception" um bom exemplo de maturidade intelectual, iniciando um marco experimental sistematicamente averiguado sobre os fatores idiossincrásicos, as influências sócio-históricas, as dificuldades técnicas, instrumentais e observacionais, ampliando a visão dos fenômenos. Naturalmente, conforme já sugerido, a idéia da interferência do sujeito observador no comportamento do fenômeno, seja pela luz da incerteza de W. Heisenberg, seja pelos valores a partir dos quais ocorrem inferências sobre o outro, não é exclusiva dos psicólogos, na própria história da antropologia cultural (q.v. P. Pelto, 1979, passim; L. Mello, 1982, parte I e parte II, cap.V) há registro deste saber, porém

entende-se que a psicologia é a ciência melhor equipada para tal investigação. É isto que se compreende com a leitura de M.Argyle (1976, em especial cap.IV e XI) e D.Bem (1973), para citar dois psicólogos sociais, além de uma série de estudos teóricos oriundos das práticas psicoterapêuticas, consulte-se V.Satir (1980), R.Bandler e J.Grinder (1977, 1982, 1984). Aliás, informação conexa, existe nos chamados movimentos de psicologia comunitária, com seus conceitos de pesquisa participante, ciência emergente ou subversiva (O. Borda, 1983) em contrapartida a ciência dominante, que questiona a práxis do psicólogo a partir do momento em que exige dele uma postura mais crítica em relação ao seu papel social (q.v.S.Lane e W.Codo, 1984). O fato é que autores diversos dos mais variados campos têm percebido elementos importantes que medeiam a captação do fenômeno. É o caso do biólogo L.von Bertalanffy (1977, p.317-330) que, assim como K.Mannheim (1976, p.292), propõe uma concepção perspectivista introduzindo o conceito de desantropomorfização do conhecimento; isso percebe-se também em D.Schneider (1979), B. Bernstein (q.v. A. G. Penna, 1982, p.23-24), B.Whorf (q. v. L.Bertalanffy, ibid., p.295), C.Kluckohn (1954, 1963) apenas para enriquecer a reflexão sobre o que se denomina aqui um esforço para compreender as implicações do sujeito-observador-instrumento no objeto, o qual deve ser entendido sempre como uma interpretação do fenômeno, interpretação esta que se inicia como saber leigo, passa pelo crivo acadêmico, por análises profissionais, e, após esta depuração, o fenômeno

transforma-se num objeto construído pelo processo científico. Ressalve-se, igualmente, que os trabalhos arrolados acima apontam para diversos fatores (predefinição, linguagem, percepção) e têm sido submetidos a crítica, entretanto o que se pretendeu apontar é o valor atribuído ao problema em pauta, o subjetivismo crítico.

A polarização de atitudes foi analisada, pelo prisma sociológico, por R.K.Merton (1970, p.65-68), e na literatura psicológica brasileira há referência em A. Rodrigues (1979, p.22-24), mas, anuindo-se com a premissa de que existe uma equípolência entre os temas "polarização" e "tendenciosidade cognitiva", pode-se inferir que toda a gama de estudos pertinentes ao segundo tema apresentam sugestões e informações valiosas para a questão da polarização de atitudes na psicologia, mas não só - a importância do tema para as relações internacionais é evidente.

Por polarização de atitudes entende-se a rigidez percepto-cognitiva oriunda da aprendizagem (q.v.A.Rodrigues *ibid.*, p.477), e talvez, como sugerem as pesquisas de H. Witkin (em D.Peck e D.Whitlow, 1976, p.89-98), da própria estrutura do observador, e as conseqüências na comunidade científica tem sido mais perniciosas, no entender do autor desta dissertação, do que benéficas. É o caso de se adotar posições afetivas nos debates intelectuais ao invés da análise imparcial, é claro que não se prega uma "neutralização da emoção", isto não existe de forma saudável, o que se aponta é para a passagem de um antagonismo intelectual (sau-

dável) para uma predisposição afetiva e perspectiva<sup>1</sup>, as quais merecem um severo exame por parte das disciplinas metacientíficas, é o que se fará a seguir.

Desde já, segue uma sugestão para pesquisa em psicologia social, tendo sido apontada a força do conhecimento como condição de vida - já aí deve residir um farto material existencial para análise, pois conforme ilustra E. Becker (1976, p.11) "umas das ironias do processo criador é a de se invalidar em parte, a fim de funcionar (i.e.) para gerar determinado trabalho, o autor tem de intensificar o destaque que lhe dá e contrapô-lo de maneira vigorosamente competitiva a outras versões; e ele se vê arrebatado por seus próprios exageros, na medida em que estes abrigam a sua própria imagem ... O problema é encontrar a verdade por baixo do exagero, aparar o excesso de pormenores e aninhar a verdade onde ela caiba-"poder-se-ia estudar as relações entre as atitudes frente a morte, campo da tanatologia também, e a rigidez percepto-cognitiva, talvez em busca do que G. Allport (R. Evans 1979, p.239-253) classifica como atitudes extrínseca e intrínseca do aspecto religioso, explicando: se a polarização de atitudes existe então deve haver fontes, que provavelmente estão no mesmo veio do estudo dos preconceitos, das pré-definições e das tendenciosidades ~~de~~ cognitivas e até mesmo da resistência à ambivalência; ora, tendo a questão do conhecimento um aspecto vital para a formação da auto-imagem do homem, que por sua vez é um processo fundamental para a socialização, torna-se evidente

que ao abraçar uma posição teórica o cientista abraça também um nexó existencial, caso suas experiências de vida e aparelho perceptivo o conduzam para uma dificuldade de lidar com dois paradigmas em aparente conflito (esta a proposta de P.Feyerabend), ter-se-á um forte candidato a dogmatizar a teoria que abraçar, gerando um conflito social na comunidade científica. Eis que certas disputas tornam-se menos um caso de contradições entre idéias do que rivalidade motivadas pela rigidez percepto-cognitiva, tal como se evidencia através dos tempos nos debates entre o estruturalismo versus o funcionalismo, associacionismo versus globalismo; posição ideográfica versus nomotética; enfoque clínico x experimental; pesquisa pura x aplicada; academicismo x relevância; skinnerianismo x freudismo x humanismo x cognitivismo, e por aí segue. É lógico que não se discute a importância do debate, como aliás já se frisou, mas tais controvérsias seguem por fases que evidenciam o conflito social.

A primeira fase, segundo R.K. Merton (ibid.), são os ataques e contra-ataques das partes em litígio provocando a crescente alienação. Sendo público, tal conflito empresta um sabor de status que aos poucos irá ficando mais em evidencia do que a meta de uma contenda intelectual, ou seja, a busca da verdade. A esta altura o grau de polarização acentuado implica na criação de estereótipos, os quais se tornam autoconfirmatórios, e em junção com o volume de publicações exigindo leituras cada vez mais especializadas,

reabastecem as "exagerações inflexíveis de tendências ou atributos reais, fazendo com que cada campo veja no trabalho do outro antes de tudo o que o estereótipo adverso alertou-o a ver; toma então imediatamente uma observação ocasional do adversário por um filosofia permanente, uma ênfase qualquer por um engajamento total". Nesta fase evidencia-se e aplica-se a noção popular de preconceito citada por G. Allport(ibid): "preconceito consiste em ser contra alguma coisa que você não entende", lembrando que tecnicamente se define por duas variáveis - a hostilidade e a ignorância ou o julgamento errôneo. E quanto aos terceiros não comprometidos que poderiam converter o conflito social em crítica intelectual, recebem rotulações como ecléticos, amadores, curiosos, diletantes, comodistas, e até vira-casacas quando argumentam favoravelmente para um ponto e rejeitam outros.

Uma experiência pessoal do autor desta dissertação sobre o problema ora examinado ilustra-o bem. Tendo lecionado uma cadeira de investigação dos fenômenos dito para-normais na Universidade Católica de Petrópolis, foi percebido por alguns professores de psicologia como místico(?!); lecionando em seguida uma disciplina sobre metaciência, foi taxado por inúmeros alunos e alguns professores de filósofo do "tipo frio e calculista"; e quando lançou um curso sobre Tanatologia, realizado fora do âmbito universitário, foi percebido como um "sujeito humano com idéias estranhas, mas quente e preocupado com o próximo".\*

\*Há um texto sendo redigido sobre tal experiência na qual se esclarecem os pormenores das situações.

Ainda com referência ao campo dos fenômenos extra-sensoriais sempre será interessante observar o estudo, realizado por J.Rhine (1966 e H.Bender, 1976, cap.1), revelador de preconceitos quanto a investigação dos fenômenos na comunidade científica; o que faz lembrar da reflexão de T. Khun (1979, p.287), quando da realização do Seminário Internacional sobre Filosofia da Ciência; trata-se daquilo que ele denominou comunicação parcial, sugerindo que nos embates culturais existem grandes dificuldades de comunicação entre as partes em litígio, e isto seria causado por mudanças de gestalt (q.v.p.5-31), as quais, no caso do seminário, tornou difícil a percepção de que a posição de K. Popper e a de T.Khun não são tão diferentes como alguns críticos sugerem (e.g. Hawkins, 1963, citado por T.Khun, p. 32). Seguindo a idéia de paradigma proposta por T.Khun, e amplamente analisada por M.Masterman (1979, p.72-108), o psicólogo C.Tart (1978, p.37-80) se reporta a uma comparação entre estados de consciência e paradigmas, sugerindo aquilo que G.Allport, entrevistado por R.Evans (1979,p.247), já havia percebido: as questões existenciais podem ser produtos de determinadas culturas intelectuais, i.e., dados os vínculos entre existência e saber, estados de consciência e cultura, experiência e percepção, ficaria claro o por que das diferenças de orientação entre a psicologia transpessoal (P. Weil, 1978), a psicologia hindú (S.Akhilananda, 1959), a psicologia tibetana (C.Souza, 1982), a psicologia soviética (M.Marx e W.Hilli, 1976, p.655-688), e as teorias psicológicas difundi-

didas pelos diferentes sistemas (psicanálise, Behaviorismo, Cognitivismo, etc.).

Embora carente de um suporte empírico, é na obra de A.Maslow (1966) que se encontra a análise de um processo deveras curioso cognominado dessacralização - ressacralização da ciência, processo este responsável pelas ligações afetivas que ocorrem quando um cientista progride na exploração de um determinado paradigma; declara o autor citado (ibid.,p.140) que deve-se discordar da suposição de ser a emoção uma inimiga da verdade e da objetividade. "Algumas vezes ela o é, outras vezes, não".

Portanto, a psicologia da ciência, a sociologia da ciência, e a história da ciência têm muito para informar a filosofia da ciência. Um exemplo oriundo da sociologia da ciência pode ser o de R.Merton (1979, cap.2) estudando a ambivalência dos cientistas e, justamente, salientando a importância da análise racional das disputas polarizadas ao revés de julgamentos morais. Quanto a psicologia da ciência cabe recordar que a própria pesquisa espacial foi responsável por alguns incentivos, posto a necessidade de se estudar, para prever, o comportamento das tripulações, pelo menos é isto que se depreende das leituras de Y.Gagarin e V.Liebedev (ibid. p.101-120), e I.Mittroff (1974) que

recebeu um financiamento da NASA para seu estudo, tendo como resultado o livro "The subjective side of science", no qual ele expõe três tipos de personalidade para classificar os cientistas: teorizadores, empiristas e intermediários - o primeiro tipo caracteriza o pensador com um impulso irrefreável para desafiar e contestar idéias aceitas, sua tendência é o comprometimento profundo com suas idéias, defendendo-se muitas vezes com hostilidade. Psicologicamente tal radicalismo pode ser entendido como a única maneira de resistir a oposição com que o pensamento original tão frequentemente se defronta; o segundo tipo é metódico e gasta suas energias na observação, experimentação e mensuração, tendendo ao compromisso com as teorias existentes; o terceiro tipo é capaz em ambas as formas de trabalho, oscilando entre estes polos, porém preferem trabalhar numa tradição já estabelecida embora possam pensar ousadamente, I. Mitroff (ibid., p.249) é otimista quanto ao tema das emoções dentro da ciência, observe-se sua declaração: "é a presença de uma entrega intensa, conjugada com experimentos ..., testes aparentemente impessoais, discussões ..., provas e paradigmas gerais que promove a objetividade da ~~da~~ ciência. Nenhum desses elementos isolados realizará tal propósito. A ciência, em contraste com outros sistemas de saber, distingue-se pelo fato de, senão em teoria pelo menos na prática, ter aprendido como usar as poderosas determinantes da racionalidade somadas a forte envolvimento emocional".

A psicologia da ciência, em seu rastro histórico, tem no trabalho de A. Roe (q.v. G.Holton, 1979, p.200-219), um marco elucidativo, é a polarização de pessoas versus coisas, dicotomia básica na vida dos cientistas. O principal objetivo de A. Roe era estudar as relações entre a vocação e a estrutura da personalidade, para tanto estudou a carreira de 64 cientistas de destaque, norte-americanos das ciências sociais, física e biológicas, do sexo masculino; dentre suas conclusões: a curiosidade sobre uma área especial foi a principal característica, acompanhada de uma disposição muito forte para examinar a variável selecionada, mantendo o resto constante sempre que possível; quanto as famílias essas mormente atribuíam valor ao conhecimento pelo conhecimento, não levando em alta conta o sucesso financeiro ou status social; quando crianças tais cientistas (a maioria) tinham sentimentos de isolamento, fortes e específicos, e a leitura solitária foi o passatempo mais relatado; o sentimento de independência como uma qualidade a ser cultivada, a agressividade como algo manipulável para que seja escondida; outros dados foram ausência de repressão, flexibilidade (definida como liberdade para mudar conceitos), senso de humor, tolerância à ambiguidade. No entanto houve variações de escores entre os 20 biólogos, os 22 físicos e os 22 cientistas sociais, tendo sido chamada a atenção para a dicotomia básica, responsável pela escolha entre uma carreira científica e uma carreira que se ocupa do mundo das relações pessoais, conforme relata A. Roe,

citada por G.Holton (ibid.): "aparentemente uma das primeiras distinções, senão a primeira, na orientação da atenção, se faz entre pessoas e não-pessoas". Também o estudo de W. Cooley e P.Lohnes (id., ibid.), baseado no projeto Talent test-inventory de 1960, reunindo quase quinhentos mil jovens da nona até a décima segunda série escolar, corroborou a diferenciação precoce, chamada de polarização de "pessoas versus coisas (ou idéias)". E é G.Holton quem alerta para as possibilidades de ligação funcional entre tal polarização e as diferenças de estilos de pensamento e sentimento, sugerindo que embora possam coexistir os interesses por ~~pes~~ pessoas e coisas, a estrutura social e educacional torna mais reforçada e cômoda a opção por um dos modelos; "Como podem atestar aqueles que trabalham com afinco para modificar o atual contexto educacional—por exemplo, inventando e injetando uma combinação de interesses científicos, humanísticos e culturais no sistema educacional dos jovens, ou tentando chamar a atenção de cientistas e humanistas para as implicações da ciência sobre os valores éticos e humanos—esses esforços devem todos superar um enorme volume de descrença, resistência ou hostilidade. De fato, os principais obstáculos são os profissionais, em posição de decisão, que "se fizeram" precisamente apegando-se a sua escolha inicial entre coisas e pessoas (ao se defrontarem com a bifurcação de interesses), e que se protegem agora com êxito atrás dessa barreira que escolheram." (id., ibid. p. 212).

É interessante observar que esta polarização de

interesses pode ser outra chave para a polarização de atitudes, é plausível que sempre que surge uma ameaça para as hipóteses lançadas por um autor, isto faça "vibrar" o mecanismo da polarização de interesses para uma frequência accentuada de distanciamento interpessoal ao mesmo tempo que o faz mergulhar na "realidade" por ele percebida, com isto haveria uma proteção de sua gestalt do universo, para usar a expressão de T.Khun, e a preservação de sua auto-imagem. Um funcionamento com dinâmica idêntica ao mecanismo de defesa explicado por H.Sullivan (C.Hall e G.Lindzey, 1984. p. 138) na concepção do sistema do self - tal dinamismo é produto da ansiedade gerada pelas relações interpessoais, desde criança o indivíduo apreende várias medidas de proteção e controle do comportamento; o sistema do self tende a isolar-se do resto da personalidade, exclui a informação que não se coaduna com a sua atual organização e, em consequência, não consegue tirar proveito da experiência; sendo responsável pela segurança da pessoa e protegido, em igual medida valorativa, da crítica; e conforme cresce, em independência e complexidade, o self impede a indivíduo de fazer juízos objetivos do seu próprio comportamento; quanto mais experiência de ansiedade o indivíduo atravessa, mais forte e independente se torna o sistema do self, interferindo na capacidade do convívio construtivo. Poderia ser uma tarefa para o psicólogo social da ciência investigar tais relações, é claro que antes há de haver uma formalização de hipóteses mais claras do que o raciocínio aqui exposto, e certamente

um feixe de hipóteses será necessário para cobrir tal investigação.

Assunto extremamente pertinente a ser pesquisado também é a função do dogma na investigação científica, título, aliás, de um texto de T.Khun (1979, p.53-80) que oscila numa sócio-psicologia da ciência, concluindo por apontar que apesar da pesquisa "bem vista" requerer uma adesão profunda ao status quo, a criatividade ocupa um lugar central nos valores da ciência, some-se este dilema a complexidade da natureza e ter-se-á o vetor de tensão com que o cientista é obrigado a conviver - o que faz pensar nas tríades de F.Heider, na concepção de H.Sullivan, e no sistema de dissonância-consonância cognitiva de L.Festinger. Dois fatos curiosos ilustram este parágrafo, o primeiro, narrado por G.Kneller (1980, p.157) num capítulo dedicado ao estudo do cientista como pessoa, pode ser considerado dentro do âmbito da história da ciência, e refere-se a consternação de A.Michelson quando do fracasso de seu experimento (1881) para detectar qualquer sinal de éter; estando muito doente em 1931 e tendo sido contrário a teoria da relatividade, recebeu a visita de A.Einstein a quem foi feito um pedido pela filha de A.Michelson, antes que A.Einstein fosse ver o pai: não mencionar o éter. A segunda curiosidade é oriunda da literatura científica brasileira, trata-se do depoimento do cientista-padre E.Alves (1982), que tenta conciliar suas duas formações. É interessante observar nestes casos o argumento de T.Khun (G.Kneller, ibid.p.65) de que um problema

não solucionado reflete-se mais no cientista do que no paradigma, pois conforme depoimento de R.Alves (1984,p.201) e K.Lorenz (1973, p.107), respectivamente: "teorias não são objetos frios. Estão ligadas a biografia do cientista e ao destino de sua comunidade" e "a maioria entre nós, e é necessário ter consciência disso, ama suas hipóteses ... é um exercício doloroso, mas que mantém a pessoa jovem e alerta, desfazer-se, a cada manhã, de uma hipótese favorita". Portanto não surpreendem as formas pelas quais se portaram os cientistas em debates como o organizado por C. Rogers e W. Coulson (1973, p.3-4), e na condução de disputas pela prioridade de descobertas, por exemplo da insulina por F. Banting, C.Best, J.Macleod e Collip, e na recente celeuma de C.Lattes com a relatividade.

Sobre a psicologia dos cientistas brasileiros foi iniciado um estudo por R.Torres et alli (1975) que diante de obstáculos metodológicos e outros fatores não mencionados, o que aliás já é um dado interessante, optaram por compilar uma série de estudos envolvendo também a criatividade, o pensamento divergente como sugere J.Guilford (G.Kneller, 1976 p.53). Seguindo a linha de reflexão sobre a psicologia do cientista brasileiro, não seria um anacronismo propor que se investigue os debates polarizados que ocorrem, quando ocorrem, entre defensores das diversas teorias que apoiam as práticas psicoterapêuticas. Aproveitando algumas das idéias propostas por A.Maslow (1979,p.206-218) sob o título de doenças cognitivas, em combinação com argumentos de M.Gardner

(1974) que relaciona o contato interpessoal com idéias opostas ao autêntico cientista - pseudocientistas(sic) preferem o isolamento na área de comunicação científica -, poder-se-ia aventar uma rede nomológica de variáveis interligadas com a questão da polarização de atitudes, permitindo assim, talvez, o vislumbre de estratégias capazes de romper as dificuldades de comunicação, favorecendo mudanças de perspectiva ou gestalt, contribuindo assim para o intercâmbio racional de idéias, com menor interferência ou ruído de paroxismos românticos. Mais uma vez é interessante observar como o fez H.Kruger (1983, p.39) que "uma educação a favor do desenvolvimento intelectual não se opõe as experiências dos sentidos e das emoções. Nem da vida social," restando informar que A.Whitehead (1979, p.219-240) interpretou a reação romântica da literatura como um protesto em defesa do valor existente na natureza dos objetos temporais; o que significa que nesta dissertação se reconhece a relevância da emoção nas jornadas científicas e recomenda-se o seu estudo em termos de conseqüências, por exemplo, positivas e/ou negativas para o desenvolvimento e a pragmática da ciência. De posse de tal conhecimento seria possível um trabalho de base como o sugerido por G.Holton (op.cit) na educação dos futuros cientistas. Estudos como o de P. Thuillier (1979) ajudariam nesta reflexão pedagógica.

Paradoxalmente, o ideal de liberdade tem sido percebido conectado com a disciplina rigorosa, tanto na cultura ocidental quanto na oriental, e assim acontece com os

W com o ideal

*considerar*

um protesto em defesa do valor existente na natureza dos objetos temporais; o que significa que nesta dissertação se reconhece a relevância da emoção nas jornadas científicas e recomenda-se o seu estudo em termos de conseqüências, por exemplo, positivas e/ou negativas para o desenvolvimento e a pragmática da ciência. De posse de tal conhecimento seria possível um trabalho de base como o sugerido por G. Holton (op.cit) na educação dos futuros cientistas. estudos como o de educação dos futuros cientistas. Estudos como o de P. Thuillier (1979) ajudariam nesta reflexão pedagógica.

Paradoxalmente, o ideal de liberdade tem sido percebido conectado com a disciplina rigorosa, tanto na cultura ocidental quanto na oriental, e assim acontece com os valores do bem e da verdade, este último a meta máxima da ciência; mas o domínio da verdade em si, que preexiste independentemente de um ato histórico - psicológico de pensamento, se aceita-se esta metafísica, só pode ser sondado pelo homem enquanto, necessariamente, razão e emoção, o que implica que, para a desantropomorfização do conhecimento, o subjetivismo crítico deve ser explorado e temas correlatos, como a polarização de atitudes, investigados. E isto que percebe-se na literatura científica contemporânea, por exemplo M. Mahoney (1976).

A proposta desta seção é dupla: ressaltar a importância do subjetivismo crítico e instigar reflexões teóricas e trabalhos empíricos sobre o tema da polarização de atitudes a luz da metaciência - foi sugerido que a escolha

de tal tema repousa no seu caráter obstativo para as comunicações e retro-alimentações das teorias e sistemas da psicologia, da ciência, e, objetivo maior da dissertação, das relações e planejamentos internacionais.

### CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Tentou-se oferecer um panorama de atividades consideradas infra-estruturais para um planejamento social. Claro está que tais argumentos, fruto de uma dissertação de mestrado, são, basicamente, mais didáticos do que pragmáticos, o autor reconhece as limitações e implicações de tal proposta porém, julga não ser inconveniente insistir no tema do reconstrucionismo.

D. Schultz (1981, p.12) confronta duas sentenças proferidas por E.R.Boring e E.Esper, respectivamente: "o passado não é uma bola de cristal em que se possa prever o futuro", e, "o passado é a única base sobre a qual se pode planejar inteligentemente para o futuro". Ora, a relação destas sentenças com o reconstrucionismo é óbvia, e desde já, pode-se afirmar, não são sentenças mutuamente exclusivas o fato da imprevisibilidade do futuro e ponto pacífico para o historiador, ou - caso aceite tal determinismo - será partidário do historicismo, porém, o caráter prospectivo de qualquer planejamento exige bases de partida, e aí, a utopia reconstrucionista cabe informar-se e armar-se de todo o poder dedutivo e analítico, de todas as proposições empíricas e leis, para produzir o efeito social almejado.

As sugestões que precedem esta conclusão podem ser entendidas sob o prisma de um exercício intelectual nesse sentido, pois, diante da possibilidade de se almejar efeitos positivos e negativos no plano social, faz-se mister a análise psicológica da axiologia, as três secções desenvolvidas descrevem tal tentativa. Por outro lado, há a necessidade de um auto-exame da disciplina psicológica e dos psicólogos porque, compreende-se que tais análises não apenas auxiliam a eficácia desta disciplina científica, como também emprestam um carácter mais amadurecido a este saber, i. e., acredita-se que quanto mais auto-conhecimento houver maior será a capacidade de ponderação e resistência a processos e sistemas sociais, políticos e ideológicos, cuja meta e procedimento caracterizam-se pelo uso da força, de sentimentos egoístas e intolerância a pluralismos ideológicos, religiosos ou intelectuais.

Embora na introdução desta dissertação o autor tenha se posicionado quanto ao problema do determinismo e do livre arbítrio, é conveniente dispendar mais algumas palavras a este respeito, pois, conforme indicou-se no início deste capítulo, tal tema é fundamental para esta dissertação.

Reiterando o argumento proposto na introdução: concebe-se a possibilidade de conhecimento se, e somente se, existir um padrão regular de funcionamento universal, logo, diante de um emergentismo absoluto nada pode ser sistematicamente percebido, impondo-se a conclusão da incognoscibi-

lidade do universo. Logo, o conhecimento só é possível se admite-se um emergentismo relativo. Sendo o homem um elemento deste universo, surge a questão do seu enquadramento no raciocínio anterior, e aqui, opta-se pela ciência e portanto pelo determinismo, lembrando, todavia, que no plano formal este é fundamental para admissão da premissa do conhecimento, sendo, entretanto, no plano empírico subordinado as variações de terminadas por situações, circunstâncias e cognições do sujeito.

Este tema aparece analisado de forma mais ampla e consistente nas obras de F. Seminério (1977), L. Immergluck (1981) e A. J. Ayer (1975). O primeiro autor citado lembra que a admissão do determinismo no âmbito da conduta humana em nada esclarece o investigador sobre o conteúdo e funcionamento desta, ao passo que L. Immergluck alerta para a confusão que comumente observa-se quando o tema do determinismo está em pauta - e a confusão entre a idéia de controle e a possibilidade da manipulação do comportamento. Compreende-se que todo conhecimento implica em diagnósticos, daí é uma questão axiológica o uso do saber (se conhece-se como "integrar" uma personalidade, obviamente, tem-se, as avessas, as técnicas para desestruturar ou desindividualizar as pessoas). É curioso o "medo do determinismo" (sic) apresentado por alguns alunos dos cursos de graduação em psicologia e a concomitante preferência por escolas existencialistas, talvez esta "ojeriza" tenha suas bases na incompreensão do assunto ora abordado. Na verdade a tese do livre arbítrio encontra sua maior expressão nas ações que dependem da voli-

ção do agente (q.v.A.J.Ayer, op.cit., p.276); e o quesito da intencionalidade que empresta vigor ao conceito de liberdade.

Portanto, a existência de qualquer planejamento só é viável mediante diagnósticos e prognósticos, e estes exigem padrões regulares, normativos, para que sejam eficazes, embora, devido aos múltiplos determinantes da conduta, o homem seja passível de fenômenos emergenciais, estes são relativos e especificamente temporários e situacionais, de onde a possibilidade preditiva a partir do conhecimento dos determinantes comportamentais. Para uma análise filosófica dos vocábulos liberdade e determinismo consulte-se A. Cuvillier (1961), e para uma reflexão oriunda de pensadores academicamente formados em biologia, J.Huxley et al.(1957).

#### IV - CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL

Este capítulo está dividido em duas secções, enquanto a primeira fornece um resumo das orientações tidas como paradigmáticas em psicologia social, tendo por meta situar o tema da relevância e das críticas, a segunda esboça uma tática para auxiliar nas relações internacionais e na saúde do mundo, após, é claro, situar o conceito de destrutividade diante da psicologia social. Segue uma conclusão, na qual o autor desta dissertação analisa o tema da aplicabilidade do conhecimento psicológico em termos de uma engenharia social.

##### 1 - SÚMULA HISTÓRICA

Aqui não se pretende recensear as contribuições ao longo da história da psicologia social, diante de trabalhos de peso como o de G.Lindzey e E.Aronson - Handbok of social psychology (1969), seria uma tarefa cientificamente improdutiva. O intento almejado é sumarizar algumas das abordagens paradigmáticas no transcurso da psicologia social.

Assim, o paradigma criativo básico e inicial consistia em analisar áreas como o comportamento animal não-humano, ou a cognição para extrair hipóteses testáveis em laboratório. Segundo W.Mcguire (P.Dodwell, 1980, cap.X), autores como M.Sherif e S.Milgran usaram procedimentos diversos enquanto o primeiro, mesmo derivando hipóteses da forma anteriormente descrita, dispunha-se ao teste de campo, o outro, preocupou-se com a relevância dos problemas para a

sociedade. Enquanto M. Sherif publicava em 1936 o livro "Psicologia das normas sociais", em 1961, vinha a lume o artigo de S. Milgram intitulado "Nacionalidade e Conformidade". E é claro que os estudos de M. Sherif sobre a formação de normas grupais tem estreita relação com o tema da conformidade, de onde seria deselegante não citar os trabalhos de S. Asch (1946 e 1951), o primeiro dirigido para o estudo da formação de impressões na personalidade, e o segundo, mais conhecido, e o célebre experimento das linhas, cujo objetivo era a análise dos efeitos da pressão do grupo sobre os julgamentos perceptivos.

O fato é que, conforme já analisado no segundo critério teleonômico da ciência, o peso da relevância social da psicologia passou a exigir cada vez mais das pesquisas. Assim, se num primeiro momento histórico as hipóteses para testagem nasciam da teoria de aprendizagem, da teoria perceptual, da teoria funcional ou da teoria de consistência - sendo porém utilizados os aspectos mais qualitativos de tais teorias - num segundo momento, além da preocupação com o rigor conceitual e quantitativo, iniciou-se um movimento que culminaria na conhecida declaração de P. Zimbardo (in A. Rodrigues, 1981, p.21) exortando o psicólogo (não apenas o social) a visar a melhoria da qualidade da condição humana. Nota-se, portanto, tais tendências - aplicação pragmática das teorias e pesquisas - nas obras de K. Lewin (1936, 1939, 1948) e L. Festinger et alii (1950, 1952, 1956, 1957). Cabe um breve comentário sobre tais trabalhos:

K.Lewin a partir do uso da matemática qualitativa, topológica, pretende captar os fatos isolados mediante noções geométricas que permitem a percepção da dinâmica e da situação de conjunto, desta forma, sua teoria de campo oferece a possibilidade de uma análise holística de especificidade crescente. Seus trabalhos posteriores apresentam preocupações com os padrões de comportamento agressivo em laboratório(1939).com a solução dos conflitos sociais(1948, e com a aplicação de sua teoria de campo em problemas sociais. O leitor interessado na cronologia e produção literária de K. Lewin encontrara em L.A.Garcia-Roza (1972, p.231-235) um cadastro completo. Em L.Festinger também evidenciam-se estudos sobre a pressão social em alojamentos (1950), sobre a desindividuação e suas consequências para o grupo (1952), sobre a questão das profecias (1956) e sua clássica teoria da dissonância cognitiva (1957), na qual há o esforço de uma explicação teórica para os comportamentos observados até então.Nesta secção não se desenvolverá tais argumentos.

Retomando, dizia-se que em fins da década de 1960, sob o impacto da guerra do Vietna, dentre outras, houve uma seria indagação sobre a função da psicologia em geral,e principalmente, da psicologia social, posto que diante do clima de iniquidades impunha-se a cobrança de um papel mais eficaz no terreno das relações humanas, e iniciou-se o que seria designado por muitos como "os anos da crise em psicologia social", caracterizando a ascensão do dito "paradigma da relevância".

W. McGuire (q.v.P.Dodwell,ibid, p.278) apontou alguns dados como possíveis responsáveis pelo surgimento deste paradigma: o desejo dos psicólogos em realizar pesquisas de relevância social mais imediatas, levando os pesquisadores a selecionarem hipóteses com relação mais direta frente a condição humana; e tal desejo foi oriundo de vários fatores, alguns problemas se tornaram severos demais para serem ignorados, algumas vítimas trocaram o silêncio pelo protesto, a própria melhoria nas comunicações (q.v. M.McLuhan,op.cit.) ampliou os gritos de dor,de raiva, de tópicos tabus, de injustiças e temas escatológicos.

Temas como o homossexualismo, o abuso de drogas, a morte, o sistema legal (incluindo as praticas policiais, os tribunais, os julgamentos, os carceres), os preconceitos e as ideologias, transformados em objetos passíveis de estudo pela ciência, certamente funcionariam como aparelhos capazes de testar a idoneidade dos sistemas, tanto da psicologia quanto das estruturas socio-políticas. A caça converte-se em caçador, pois os objetos de estudo funcionam também como instrumentos medidores da veracidade das proposições lógicas, psicológicas e ideológicas que, antes e simultaneamente, pretendem decifrá-los. Portanto, o paradigma da relevância despertou debates que produziram problemas não só para o campo metodológico e teórico da psicologia, mas também para o âmbito das idéias políticas e dos sistemas ideológicos.

Consequentemente, velhos pressupostos tiveram que

ser reavaliados - como o valor da pesquisa desvinculada do campo social - e principiou um debate entre dois grupos de psicólogos: os que apoiavam a nova postura e os que nela viam uma ameaça para o rigor formal das pesquisas. Conforme cita A.Rodrigues (1979, p.20) em 1970 a American Psychological Association dedicou integralmente uma publicação ao problema da relevância - intitulada "Psychology and the problem of society" - onde se encontram artigos radicais como o de B.H.Baumrin, no qual declara ser imoral um trabalho de pesquisa que desconsidere o paradigma em questão. Já em F.Kerlinger (1980, p.330) há a advertência de que "a relevância é um critério totalmente exterior à pesquisa - na verdade, é um critério essencialmente político -", e a insistência em seu uso enfraqueceria seriamente a pesquisa nas ciências sociais politizando-a e desviando os pesquisadores do alvo da atividade científica: a pesquisa básica.

Entretanto, pode-se perguntar sobre em que posição encontra-se esta dissertação, e o que de fato mudou no conteúdo das publicações durante os anos da crise? Quanto a esta segunda questão, informa H.Krüger (1984, p.36) que apesar de na década de 60 mesmo estando em voga a crítica ao experimentalismo, detecta-se maior frequência de experimentos do que estudos de campo e pesquisas de levantamento; também S.B.Fried et alli (1973) corroboram esta informação. E o posicionamento desta dissertação, inclusive já enunciado, mas é bom insistir, baseia-se na aceitação dos dois critérios, pois entende-se, como I.Silverman (1971), que não há

conflito paradigmático: o movimento de denúncia e crítica gerado na década de 60 foi, muito mais, um aval que apontava para a responsabilidade social dos cientistas (e não apenas dos psicólogos), do que a contestação do valor das pesquisas responsáveis pela microteorização. Daí, tais abordagens, com diferentes ênfases no caráter pragmático, contribuem para um amadurecimento da psicologia social, e, consequentemente, de suas aplicações. Aqui, encara-se movimentos deste tipo como importantes porque saudáveis, por permitirem uma verificabilidade maior da consistência das disciplinas em questão, desde o objeto de estudo até os objetivos e métodos. Posturas como a de B. Baumrin (1970), antes citada, é um exemplo de polarização de atitude, devendo-se então refletir-se sobre o alerta de E. Becker (op. cit. *ibid.*).

Segundo a análise de H. Krüger (1984, p. 45 e p. 61) há indícios de que a crise da psicologia social está sendo superada, embora persista "alguma insatisfação quanto aos rumos desta disciplina"; donde, não seria arbitrário concluir, que a consciência dos psicólogos sociais ficou marcada pela relevância. Aliás, o autor mencionado, reportando-se ainda ao posicionamento dos psicólogos quanto ao movimento, indica a existência de três grupos: uns labutam numa via científica mais tradicional, realizando pesquisa básica e aplicada; outros pretendem auxiliar mudanças sociais; e um terceiro grupo coloca-se numa posição intermediária, isto é, conforme P. Feyerabend (op. cit.), pregam a sustentabilidade

dos dois paradigmas posto que não são conflitantes, mas complementares. Esta última representa a posição desta dissertação, e diante das análises de H.Krüger no início deste parágrafo, pode ser também sugerido que ela representa uma forte tendência na psicologia social.

Se na ciência, e portanto na psicologia, anseia-se por descobrir estruturas invariantes susceptíveis de representação nomológica, o estudo dos problemas que comprometem a qualidade da condição humana, impregnados de vertentes ideológicas e de carga emocional compatível, torna-se um sério desafio ao rigor metodológico e a objetividade, e consequente generalização, dos sistemas teóricos. Porém não há como esquivar-se de tal empreendimento, urge a necessidade deste, como se pode provar na história da ciência, a coragem de enfrentar, viver, e harmonizar-se com o desconhecido é atributo imprescindível da personalidade do cientista, exemplos notáveis disto podem ser lidos em P.Kruif(1938), obra que até por seu título poderia ser considerada imortal- "A luta contra a morte"; na biografia do casal Curie (1980); ou na declaração de T.H.Huxley, citado por H.J.Eysenck(1974)

"Os que se recusam a ir além do fato raramente chegam até o fato; e qualquer pessoa que tenha estudado a história da ciência sabe que quase todos os grandes passos nela foram dados por anteciparem-se a natureza, isto é, pela criação de alguma hipótese, que conquanto verificável, oferecia, muitas vezes pouca base para começo."

Portanto, vale a pena insistir na tecla da responsabilidade social do cientista, lembrando que na física e na medicina há movimentos em prol deste papel que em nada afetam a qualidade das pesquisas, recentemente J. L. Lopes (1984) redigiu um artigo sobre a ciência e a construção da sociedade, e O.O.Akinkugbe (1984) outro artigo sobre o tópic universidade e torre de marfim; ambos endossam o que aqui se prega: o primeiro autor analisa principalmente os temas do desenvolvimento do terceiro mundo frente a dependência científica e tecnológica dos países avançados, o segundo autor menciona três dos imperativos necessários para a saúde do mundo - o compromisso político para a igualdade social, a participação comunitária e a utilização de tecnologia apropriada e acessível. Como pode-se observar, a crise de confiança na psicologia, segundo expressão de A. C. Elms (1975), é extensiva ao saber de um modo geral, reivindica-se diante das tensões ecológicas e sociais, uma postura mais participante dos cientistas na sociedade.

Aliás, tendo sido feitas declarações - em outras secções - sobre a simpatia desta dissertação com os argumentos da Psicologia Crítica de K.Holzkamp, convém prestar esclarecimentos complementares, os quais adquirem maior consistência quando pensados juntos do que se argumentou sobre a polarização de atitudes.

A obra de K.Holzkamp (1977) foi sumarizada por H. Krüger (1984, p.45-47), este aponta não só para o objetivo da psicologia crítica - veicular o conhecimento psicológico

para o meio social, entendendo-se tal atitude como uma contribuição à consciência de aspectos saudáveis e negativos dos processos sociais, e o consequente saneamento destes - porém, igualmente, para a distinção entre as noções de relevância emancipatória da psicologia crítica (definida pelo próprio objetivo) e da relevância social, aqui já exposta. H.Krüger entende a primeira noção como uma evidência da "aceitação de compromissos políticos e ideológicos no sentido da eliminação de sistemas de controle e exploração social", sendo tal expressão - relevância emancipatória - extraída da epistemologia crítica de J.Habermas; quanto ao movimento da relevância social, interpreta-o, como uma crítica mais ao direcionamento da pesquisa do que, propriamente, um engajamento em projetos de mudança social.

Nesta dissertação não se discorda totalmente da análise supramencionada, apenas chama-se a atenção, e isto foi um aviso reiteradamente feito, para a inevitabilidade, em qualquer das noções, do compromisso social aliado ao cuidado e vigilância das ideologias que podem comprometer a qualidade do trabalho científico. Não se defende um proselitismo, no sentido do cientista abraçar crença diferente da dúvida sistemática e da verdade, acabando por confundir juízos de fato com juízos de valor. Apenas, entende-se que ao lado do rigor da ciência, existem valores e conceitos (não antitéticos, diga-se) como justiça social e diplomacia, que podem auxiliar o bem-estar do planeta. Assim, quando, dentro de uma universidade, um professor expõe e analisa

uma situação social, não há porque espiar isto como um partidismo político; contudo neste simples ato de lógica, percebe-se a repercussão social, de onde o argumento de J. Ziegler (1982, p.60) de que qualquer prática humana sempre desenrola-se em três níveis da realidade, simultaneamente, níveis da ideologia, da ciência e da política. Sobre o tema ideologia e mundo acadêmico, podem ser lidos os argumentos de K.Minogue (1981, p.107-137) distribuídos em dois capítulos sugestivos: "A imitação ideológica: os perigos do conhecimento superficial" e "Seria o mundo acadêmico por si mesmo ideológico?", basta acrescentar que o autor também anui com a inviabilidade do pressuposto da neutralidade acadêmica, também sugerindo a vigilância com a impregnação ideológica e com o filoneísmo, recomendando e tecendo uma severa reflexão sobre o conceito de universidade.

Nesta altura da discussão sobre a aplicabilidade do conhecimento, notadamente, no caso da psicologia social, cabe referência a quatro autores, K.Ring (1967), W. McGuire (1967, 1973), K.Gergen (1973, 1978) e B.Schlenker (1974), mencionando-se a seguir, o propósito das citações.

O primeiro escreveu uma crítica mordaz, na qual acusava os psicólogos sociais de um total descompromisso com a realidade social, e, completamente empenhados numa busca de status, evidenciada pelos traços de exibicionismo das publicações (op.cit., p.117), esquecendo-se até mesmo da consistência teórica. W.McGuire, no primeiro artigo citado respondeu a crítica afirmando que inúmeros trabalhos

de campo estavam sendo promovidos, e que, portanto, os argumentos de K.Ring eram por demais exagerados, polarizados, como se prefere aqui. Seguindo a exposição cronológica, K. Gergen vinculou a psicologia social a investigação histórica, declarando-se a favor da impossibilidade trans-histórica das teorias psicológicas. Foi B.Schlenker que contrargumentou desta feita, afirmando que existem interações na natureza, passíveis de observação, tanto assim é que alguns conceitos manifestam-se e são captados e compreendidos trans-historicamente. K.Gergen, entrevistado por J. H. Goldstein (1983, p. 338) reputou o argumento crítico de B. Schlenker, através do vínculo do observador com a sua própria época, trata-se do conceito formulado por C. Veiga (1980b, p. 28) denominado "antropopercepção", i.e., a suposição da equípolência conceitual é meramente subjetiva e ditada pela organização do observador. Para uma discussão da variância de significado e verossimilhança, mais extensa, poder-se-á recorrer a G.Kneller (1980, p. 38-45), posto que é assunto pertinente.

O outro trabalho de W. McGuire, por sua vez, sugere alguns procedimentos que, observados, promoveriam o campo da psicologia social, por exemplo: o uso de métodos e técnicas alternativas em relação à pesquisa experimental, o dispêndio maior de tempo com a formação acadêmica do psicólogo social, o treino das habilidades cognitivas inerentes a atividade científica, e uma elaboração mais sofisticada e consistente das proposições e conceitos. K.Gergen, no se-

gundo artigo citado, endossa as colocações de W.McGuire, e sugere, respondendo a J.Goldstein (ibid.), que os movimentos dissidentes na psicologia social, como a psicologia crítica, a etogenia, a etnometodologia, e outros, na medida em que forem se encontrando produzirão um novo paradigma, - o autor não especifica qual, mas isto está de acordo com suas idéias sobre a modificação do comportamento a partir da conscientização dos determinantes psicossociais (1973b), e com a análise de A.Elms (op.cit.) sobre a crise na psicologia social.

O propósito das análises precedentes repousa em dois raciocínios interligados, como se depreende da exposição seguinte: os psicólogos sociais não estão ociosos quanto ao status e consistência de sua disciplina; o fomento do pluralismo teórico é uma orientação cronologicamente bem orientada, posto não ser cabível em tão pouco tempo uma supremacia de qualquer abordagem. Onde, para concluir esta secção, evidencia-se um certo otimismo em relação ao amadurecimento da disciplina, a compreensão de questões psicossociais, e a resolução de conflitos.

## 2 - ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS EM RELAÇÃO AO PODER E A DESTRUTIVIDADE

"Eu sei, eu sei. Temos também o mesmo problema. Eles não precisam de Psicologia até que se metem em encrencas e, nestes casos, vêm procurar-nos as carreiras"

Lo-fan (I. Asimov, 1975, p. 23)

### a - Prólogo:

Antes de introduzir a contribuição em termos de estratégias, far-se-á uma explanação do conceito de destrutividade - mediante a ótica já sugerida na definição do problema, no capítulo inicial desta dissertação - e das contribuições das várias teorizações acerca do tema.

A destrutividade é aprendida, é uma via de canalização aprendida e a agressividade é inata, porém, tal complexo de componentes inatos e aprendidos estão inexoravelmente, inextricavelmente, e, até certo ponto, inescrutavelmente atados; a inexorabilidade e a inextricabilidade explicam-se porque os liames entre a maturação do organismo e a aprendizagem começam a formar-se juntamente com a própria vida, e são parcialmente inescrutáveis devido a uma combinação de dificuldades que oscilam desde métodos e técnicas de observação até limites éticos e condicionamentos êmicos. Já argumentou-se sobre tais itens, cumpre apenas lembrar que os va-

lores êmicos são merecedores de ampla investigação até porque influenciam na decodificação e conceituação dos fenômenos, ou "objetos reais" (segundo M.Bunge); sobre a questão do significado leia-se C.K.Ogden e I.A.Richards(1976) e quanto a questão ética na pesquisa P.Mussen et al.(1977,p.19-21) e D.Papalia e S.Olds(1981, p.39-40).

Do parágrafo anterior, particularmente da primeira sentença, deve resultar alguma perplexidade diante do argumento da inescrutabilidade parcial e das declarações sobre o inatismo da agressividade e a aprendizagem da destrutividade, porém o que se pretende é alertar para a função do psicólogo: uma vez que é possível observar as manifestações e as situações apropositadas, cumpre usar toda a pertinácia possível para descrever, explicar e prever quais situações são eliciadoras da agressividade, quais são inibidoras, quais são produtoras de destrutividade, e como dever-se-ia proceder para a canalização socialmente produtiva da agressividade. Neste caso, o objetivo do psicólogo social preocupado com a engenharia social é atingir uma compreensão da dinâmica societária para descrever e informar, dentro dos limites da precisão científica, sobre as condições produtoras de iniquidade e destrutividade, e o que fazer para evitá-las. É oportuno posicionar que aqui não concorda-se com a noção acumulativa da agressividade atribuída à K.Lorenz.

Retornar-se-á à questão da engenharia social na conclusão deste capítulo, por ora basta lembrar a inevitabilidade da repercussão social do conhecimento, demonstrada

pelas obras de R.Castel (1978), J.Donzelot(1980) e G. Rosen (1980),para não falar do impacto das pesquisas de P.Zimbar- do e S.Milgran. Os sistemas legais e judiciais tendem a a- acompanhar os modelos do homem e suas interpretações do mun- do, e, como já demonstrou-se nos critérios teleonômicos da ciência, esta possui uma força sócio-existencial tremenda, não há dúvida sobre a propagação de imagens científicas do universo e das coisas.

Quanto ao interesse pelo tema da agressividade, e, posteriormente,da destrutividade é pertinente uma reporta- ção aos argumentos dos etólogos,as críticas e a abordagem de E.Fromm,e ao posicionamento dos psicólogos após e além de breve menção ao sistema da psicanálise.

Em princípio é oportuno recordar que o significado etimológico de agressão (do verbo aggredi) é duplo: princi- piar e atacar, (q.v.J.Ferreira, 1975, p.50); tais conota- ções por si mesmas já explicitam a noção de força propulso- ra do comportamento e de movimento contra algo ou alguém.

Na obra de S.Freud (1976,XXII,p.245-259) o concei- to de agressividade prende-se a teoria sexual dos instintos mas importa colocar que sua posição é plenamente raciona- lista, conforme observa-se em sua carta-resposta a A. Einstein que indagara sobre o porque da guerra. S.Freud, no texto indicado, declara que quase todos os comportamentos são um vetor resultante dos instintos eróticos e agressivos. Cum- pre ressaltar que ele não distingue os conceitos de agres- sividade e destrutividade, ao menos explicitamente. E.Fromm (1975, p.581-628) tece uma historiografia do pensamento de

S.Freud a respeito destas idéias. Quanto a outros autores que poderiam ter suas teorizações vinculadas ao sistema psicanalítico, é suficiente relatar que alguns exploraram mais a idéia de pulsão (principiar), ao passo que outros exploraram a vertente da destrutividade (atacar). Em J.Ferreira (ibid.) há breves alusões sobre tais autores: D. Winnicott (1978, p.355-74) é citado como exemplo do primeiro caso, M. Klein (1975, passim, q.v. índice analítico) dá mais ênfase ao outro aspecto, conforme verificou o autor desta dissertação.

Indubitavelmente, entre os etólogos, é K.Lorenz o autor de maior repercussão. Entrevistado por R.Evans (op.cit., p.39), quanto à conceituação e dinâmica da agressão, ratificou o argumento cumulativo, o chamado modelo hidráulico, colocando que ficaria surpreso caso um experimento revelasse a possibilidade de produzir um ser não agressivo pela eliminação dos fatores eliciadores da agressão. K.Lorenz não exclui a importância dos reforçadores sociais em relação a canalização da agressividade, mas interpreta o comportamento mais agressivo diante de modelos destrutivos, como certos filmes, não com ênfase na cópia do modelo, mas referindo-se ao fator de baixa inibição: "não é que você esteja aumentando o potencial agressivo, mas é que você está baixando as inibições, criando um clima social que tolera atos agressivos". Esta a posição de S.Feshbach, conforme declara em entrevista a J.Goldstein (1983, p.196-99).

Não é sem importância reiterar que o julgamento de situações sociais complexas <sup>isto</sup> além das possibilidades profis-

sionais isoladas, por isto N.Timbergen, também entrevistado por R.Evans (ibid.,p.50) foi feliz ao iniciar uma resposta exatamente detectando este caráter puramente especulativo de sua posição quanto à guerra. Para o autor citado, esta não é motivada realmente pela agressão, mas por um medo desesperado causado por "demagogos que querem preparar as nações para a guerra". Ainda perseguindo o filão das extrapolações, N.Timbergen recorda (p.53) de algumas críticas procedentes e outras não, estas provenientes de mal-entendidos: a distinção rígida dos etólogos entre inatismo e aprendizagem é percebida como pertinente; já a compreensão do termo mecanismo desencadeador como algo único para todas as espécies, exemplifica uma deturpação do conceito, basta notar que o mesmo inclui fatores não-aprendidos e aprendidos (p.51).

Quanto a H.F.Harlow, seguindo a linha de entrevistas e depoimentos (R.Evans, ibid.,p.60) dos etólogos, enfatiza a importância dos incentivos externos frente aos internos, não que os impulsos congênitos não sejam relevantes, H.Harlow (ibid.,p.65) os considera reflexos que podem ser condicionados para algumas coisas e não para outras. Indagado sobre a pesquisa de campo na psicologia social, como uma forma de estudar o organismo em seu "ambiente natural", H.Harlow atenta para a expressão precedente, aspada, declarando que o ambiente do homem é muito artificial, destaca-se isto para suscitar o tópico das condições ambientais versus a agressividade.

sionais isoladas, por isto N.Timbergen, também entrevistado por R.Evans (ibid.,p.50) foi feliz ao iniciar uma resposta exatamente detectando este caráter puramente especulativo de sua posição quanto à guerra. Para o autor citado, esta não é motivada realmente pela agressão, mas por um medo desesperado causado por "demagogos que querem preparar as nações para a guerra". Ainda perseguindo o filão das extrapolações, N.Timbergen recorda (p.53) de algumas críticas procedentes e outras não, estas provenientes de mal-entendidos: a distinção rígida dos etólogos entre inatismo e aprendizagem é percebida como pertinente; já a compreensão do termo mecanismo desencadeador como algo único para todas as espécies, exemplifica uma deturpação do conceito, basta notar que o mesmo inclui fatores não-aprendidos e aprendidos (p.51).

Quanto a H.F.Harlow, seguindo a linha de entrevistas e depoimentos (R.Evans, ibid.,p.60) dos etólogos, enfatiza a importância dos incentivos externos frente aos internos, não que os impulsos congênitos não sejam relevantes, H.Harlow (ibid.,p.65) os considera reflexos que podem ser condicionados para algumas coisas e não para outras. Indagado sobre a pesquisa de campo na psicologia social, como uma forma de estudar o organismo em seu "ambiente natural", H.Harlow atenta para a expressão precedente, aspada, declarando que o ambiente do homem é muito artificial, destaca-se isto para suscitar o tópico das condições ambientais versus a agressividade.

É na obra de E.Fromm (1975) que encontra-se uma vasta análise da agressividade e da destrutividade. Sobre o destaque do parágrafo anterior, E.Fromm (p.154), baseado em resultados de pesquisas por ele citados, declara que o espaço é fundamental para o bem-estar do animal, que mesmo havendo fartura alimentícia a "redução física do espaço retira do animal funções vitais importantes de movimento, de deslocamentos lúcidos, de brincadeiras e de exercício de suas faculdades". As pesquisas apontadas por E.Fromm, oscilando tais publicações entre as décadas de 50 e 60, revelam que os animais em cativeiro tornam-se sensivelmente mais agressivos do que em seu habitat. E quanto ao animal auto-denominado "sapiens"? Sugere, E.Fromm que a aglomeração contemporânea possui dois aspectos: o primeiro caracterizado pela anomia, o segundo, pode ser entendido pela noção de tensão ecológica e econômica; ambos os aspectos estão expostos na seção intitulada efeitos psicossociais.

Segundo E.Fromm (ibid., p.22), o êxito de K.Lorenz, com seu trabalho sobre a agressão, repousa mais num efeito psicossocial do que em bases científicas, visto a "pouca experiência ou capacitação" de K.Lorenz no campo do comportamento humano. O argumento de E.Fromm assemelha-se à noção, já discutida, proposta por P.Feyerabend (op.cit., p.221) de técnicas de persuasão. Suas críticas ressaltam que a tradução da obra de K.Lorenz (1963) para o idioma inglês, fez-se em época propícia (1966), uma vez que a publicação de dois trabalhos de um não-cientista porém "escritor de talento",

R.Ardrey (1961,1967), havia cavado e expandido o nicho para as idéias instintivistas da agressividade. A crítica dirige-se então, para critérios mais internos da obra de K. Lorenz, anui com a idéia da agressão como defesa, embora, assim como nesta dissertação, não concorde com a qualidade auto-renovadora do instinto, nem com a generalização da explicação da agressividade para a destrutividade; declara (p. 25) que a teorização do etólogo apresenta contradições neste trecho pois se as torturas são prolongamentos da agressividade, esta a hipótese de K.Lorenz, portanto os fatores de aprendizagem já mencionados pelo próprio K.Lorenz, entram em choque com o modelo-teórico. Neste ponto cabe um comentário, parece que ocorre aqui uma mudança de gestalt, para usar a expressão de T.Khun (q.v. polarização de atitudes), é também uma certa imprecisão teórica: seria interessante um confronto mais frontal entre os defensores das duas posturas teóricas.

E.Fromm, após discriminar três tipos diferentes de agressão entre os animais não-humanos, inicia uma taxinomia das formas da agressão no homem. Quanto aos três tipos deve-se especificá-los: agressão predatória, intra-específica, interespecífica. Nos três casos a espécie humana pode oferecer bons exemplos, principalmente, no que tange ao tipo intra-específico, entretanto E.Fromm faz largo uso de conceitos cognitivos (p.176) para explicar que talvez a cerebralização e aculturação, e a concomitante redução da eficácia dos sensores perceptivos inatos (odor, etc), sejam os

fatores responsáveis pela agressão interespecífica, e não intra-específica, porque os homens só podem matar aqueles que são de outra espécie(sic), i.e., o apotegma de E.Fromm - "é a humanidade do homem o que faz com que ele seja tão desumano" - é um paradoxo perfeitamente solúvel pela teoria dos tipos de B.Russel, assim "humanidade" é uma expressão representativa da capacidade decodificadora e emissora de sinais inatos ou/e aprendidos, logo não há agressão intra-específica porque a informação entre o agressor e a vítima "revela" duas espécies distintas. Sobre a agressão predatória, o autor ora examinado, recorda a clareza da definição zoológica do termo (p.181) embora lembre que os autores têm feito aproximações indevidas entre os conceitos de "predatório, carnívoro e caçador", o que propaga para os leitores destes, noções errôneas sobre o homem. Baseado em pesquisas neurofisiológicas, E.Fromm (p.145) explica a diferença entre o substrato basal da agressão defensiva e o comportamento predatório, concluindo não ser o homem filogeneticamente um animal predador, anuindo, inclusive, com L. Berkowitz (1980, p.76-80) no que respeita a uma aptidão imediata para reagir agressivamente. Recorda E.Fromm que as condições alteradoras do comportamento dos animais em laboratório, por exemplo J.Delgado (1971, p.82) e J.McConnell (1978, p.83-87) são induzidas experimentalmente, e que, além das patologias não há comprovante neurofisiológico para sustentar a tese instintivista-hidráulica da destrutividade. Detecta-se, isto sim, uma agressão filogeneticamente programada, biologi-

camente adaptativa e defensiva, mobilizada por ameaças aos interesses vitais, mas esta não é cumulativa e nem tampouco confunde-se com a destrutividade.

Quanto a taxionomia, E.Fromm estende-se por cinco capítulos, diferenciando inicialmente entre a agressão benigna e a agressão maligna: a benigna, conforme o parágrafo anterior, não é autopropulsora mas reativa e defensiva, visando apenas a remoção da ameaça; a maligna, ao contrário, é biologicamente não-adaptativa, não é filogeneticamente determinada, é característica apenas do homem, sendo danosa tanto à vítima quanto ao agressor pois como não há objetivo, somente o prazer da crueldade, recai-se naquilo que foi analisado em outra secção sobre o "eu" e o "outro", a saber, no mecanismo de morte pelo isolamento (q.v. apêndice sobre guerra e câncer). A agressão maligna é um "potencial humano enraizado nas próprias condições da existência humana." (p.254). Portanto, E.Fromm considera esta malignidade além das possibilidades teóricas explanativas da modelação, e "algo mais"; e é nesta afirmação que compreende-se a abordagem existencialista de E.Fromm (ibid.p.27) mencionada na introdução de sua obra: o homem pode ser definido neurofisiologicamente, sócio-historicamente, anatomicamente e psiquicamente. Esta última é a característica básica do existencialismo de E.Fromm, que registra a importância da especulação filosófica sobre a natureza humana. Aliás, esta é a sugestão de A.C.Elms (1975, p.975) e de H.Krüger (1984) para tornar a psicologia social, e certamente, a própria psicologia

um campo mais consistente.

As perguntas: quais são as condições específicas da existência humana? qual a natureza do homem?, E. Fromm (ibid., p. 295, *passim*) recorre ao conceito de autoconsciência para daí derivar uma análise de necessidades existenciais, em passant lembrando o trabalho sobre necessidade básicas de A. Maslow (q.v. T. Millon, 1979, p. 147-52), as quais podem ser, sucintamente, arroladas em: um quadro de orientação e devoção, o enraizamento, a unidade, a eficácia, a excitação e a estimulação de onde o tédio e a depressão, a estrutura do caráter, a qual exige determinadas condições neuro-fisiológicas e sociais para o desenvolvimento das paixões. Assim, o homem necessita de um mapa de seu mundo natural e social, não importa se o mapa é religioso, mágico, científico ou cético, mas o sentido existencial advindo dele, é isto a necessidade de orientação e devoção. O enraizamento pode ser compreendido mediante as tentativas de resolução do binômio dependência-independência e de um binômio consequente: sanidade-insanidade, o amor representa uma solução sadia rumo a independência; a simbiose, o narcisismo, o sadomasoquismo são soluções estagnadoras para o crescimento e relacionamento saudável. A necessidade de unidade é detectada através da historiografia das idéias religiosas e filosóficas do homem, sendo que este ideal, também do Taoísmo, do Budismo e do Cristianismo, é abalado por dois fatores: pela lentidão do progresso econômico e social aliado a interesses administrativos moralmente

identificação do homem com seus papéis instrumentais, aquilo que C.G.Jung (1978, p.139) designa por "persona" vinculada a vontade de poder. É curioso observar que as incursões psicológicas nesta área tenham obtido sua inspiração em fontes do pensamento milenar oriental. Os textos de K. Ring (1978, p.53-98), R. Assagioli (1978, p. 109-127) J. Kamiya (1978, p.9-22) ilustram o que acaba-se de insinuar. Aliás o autor desta dissertação comprovou isto na própria noção da Teoria Geral dos Sistemas de L.Bertalanffy, conforme explica em trabalho realizado na pós-graduação (q. v. C.L.Veiga, 1980b).

A autoconsciência do homem o informa sobre a sua finitude e sobre a estranhez e poder do universo sobre si, a necessidade de eficácia surge para aliviar tal impacto, entrevistado por R.Evans (ibid., p.361), E.Fromm deixou bem claro que tal unidade é buscada pela regressão, animalizando-se e livrando-se da razão, ou pela progressão, através da resolução do binômio eu-mundo. Tanto a destruição (regressiva) quanto a criação (progressiva) satisfazem a eficácia, no entanto "a destrutividade é uma das formas mais profundas de patologia mental (porque) é uma vingança contra a vida pelo fato de não me permitir uma orientação produtiva em relação a ela". E.Becker (op.cit.) inspirado por O.Rank faz uma análise pertinente desta necessidade heróica que tem o homem: "deixar sua marca".

Quanto a necessidade de excitação e estimulação, mais uma vez E.Fromm utiliza os dados provenientes desde as

pesquisas de I. Sechenov (q.v. A. Luria, 1979, v.I), passando pelas observações de R. Spitz (op.cit.), H. Harlow (op. cit.), até, como se deduz, embora o autor não mencione explicitamente neste trecho, a teoria de "busca de sensação" formulada por M. Zuckerman (q.v. D. Peck, op. cit., p.107-113). O sonho, por exemplo, é uma atividade decorrente desta necessidade, segundo E. Fromm, e o tédio e a depressão também, tanto que faz-se uma classificação de três tipos de pessoas: aquela capaz de reagir produtivamente, aquela que muda sempre sua maneira de ser, e aquela que não percebe-se estimulada de forma alguma.

A estrutura do caráter está ligada ao fenômeno do significado decrescente do equipamento instintivo gerado pela autoconsciência, e concretiza-se a partir de condições neurofisiológicas e sociais: a hipótese do altruísmo ter raízes no tecido do sistema nervoso, argumento-pilar para a posição saudável da agressão benigna e do caráter construtivo, é especulada por neurofisiólogos citados por E. Fromm (ibid., p.343-47) e pelo geneticista J.M. Smith (1981), e o fracasso desta fonte neurofisiológica repousa nas circunstâncias sociais, bem como o êxito. É oportuno lembrar que C.R. Rogers (q.v. J. Fadiman e R. Frager, 1979, p.229) e B. F. Skinner (citado por C.P. Sa, 1979, p.160) concordam nestes pontos: a importância dos determinantes sociais e o altruísmo.

Apenas para concluir esta modesta exposição da ~~da~~ abordagem de E. Fromm, deve-se observar que tanto a

agressão benigna quanto a maligna sofrem subdivisões, como o leitor já, provavelmente, percebeu. A benigna divide-se em pseudo-agressão e agressão defensiva, a primeira compreende os acidentes, o comportamento lúdico (Ken-Do, por exemplo), e a auto-afirmação, i.e., E.Fromm vale-se do primeiro significado etimológico de "aggredi" (gradus= degrau; ad = em direção a, principiar) para configurar este tipo que em muito assemelha-se com a "luta pela superioridade" de A. Adler, logo, é percebida sempre como uma ameaça ao poder da autoridade, de onde percebe-se que num clima autoritário a identidade do sujeito tende a esfacelar-se; a outra é contrastada mediante a exploração de temas como a diferença entre o homem e os animais, a questão da liberdade, o narcisismo, a resistência, o conformismo, e a agressão instrumental, esta última de interesse para a proposta desta dissertação, porquanto suscita o debate entre a complexidade dos conceitos de "necessário" e "desejável". Tal assunto e sua repercussão na sociedade esta analisado na secção sobre os efeitos psicossociais; e a guerra, sustenta E.Fromm (ibid p.283-291), é o exemplo fundamental da agressão instrumental, posto o entendimento sobre as causas não-inatas da guerra, ou seja, reafirma o autor (e aqui endossa-se) que a motivação para guerrear é implantada através de propagandas hábeis, as quais exploram a ambiguidade entre aquilo que é necessário e aquilo que é desejável, elicia-se assim o comportamento agressivo inato, o qual é uma resposta ao ambiente belicoso, e não causa deste. Faz-se mister um comentá-

rio neste trecho: K.Lorenz (in R.Evans, *ibid.*, p.41) especulando sobre as razões da II Guerra Mundial, no que tange à juventude alemã, reporta-se aos conceitos de "ideais reais" e "falsos ideais", comparando estes aos modelos artificiais sinalizadores e eliciadores da briga entre peixes; donde, tanto E.Fromm quanto K.Lorenz concordam sobre a qualidade e relevância do meio social - para uma psicologia mais envolvida em estratégias sociais isto seria suficiente; de um ângulo ávido pela consistência teórica, muito ainda dever-se-ia pesquisar.

Com referência a agressão maligna, esta é definida em vários tópicos, assim, a crueldade, a destrutividade e a Necrofilia são os elementos chaves na posição de E. Fromm quando este, usando reformulações de conceitos como o sadismo interpreta personagens como H.Himmler, A.Hitler e J. Stalin. Em sua obra, o autor citado (*ibid.*, p.362, *passim*) discrimina: a destrutividade aparente, inserindo-a no contexto complexo do significado ritualístico-religioso; a destrutividade vingativa, "reação espontânea a um sofrimento intenso e não justificado infligido a uma pessoa ou aos membros de um grupo com quem essa pessoa acha-se identificada" (a vingança de sangue observada em Exu\* exemplifica este tipo); a destrutividade relacionada ao êxtase, explicada

\*Exu, cidade brasileira onde duas famílias entraram num circuito de destrutividade vingativa. Entretanto, a presença pacífica de membros das duas famílias foi observada pelo músico e compositor Luiz Gonzaga, dito o rei do baião, num forró do qual participava. Este depoimento é fundamental quanto à tese não-instintivista da destrutividade.

conforme o molde dos rituais visando a unidade eu-universo, (uma interessante análise destes estados, baseada na teorização de I.P.Pavlov, pode ser lida em W.Sargant, 1975); a destrutividade como uma forma de culto, portanto, devoção e não um estado passageiro como êxtase. (a obra de D. A. F. de Sade, 1969, ilustra com seus personagens tal devoção); no mais, E.Fromm examina os conceitos de caráter sádico e necrófilo: o sadismo, conforme já mencionado, e reformulado, dando ênfase a um núcleo comum, i.e., "a paixão para ter um controle absoluto e irrestrito sobre um ser vivo" (ibid., p.387); o termo necrófilo foi inspirado pela posição contundente do filósofo e reitor da Universidade de Salamanca, Miguel de Unamuno, em 1936, por ocasião do início da guerra civil espanhola, contra o discurso do general Millan Astray (q.v.E.Fromm, ibid., p.441 e id., 1981, p.39), significa a atração por tudo que é morto, doente, putrido, fecal, e a paixão de destruir e despedaçar estruturas vivas. É procedente observar que a psicanálise existencial e a tanatologia, baseadas em casos clínicos e dados antropológicos, têm investigado temas importantes e pertinentes com todos os conceitos apresentados até aqui.

Chega-se, finalmente, ao posicionamento dos psicólogos sociais sobre o assunto em pauta. Considerando-se, como o fez H.Krüger (1984, p.16-23), que a psicologia social vem sendo desenvolvida por psicólogos e sociólogos, poder-se-ia argumentar que o tema da agressividade subordina-se as duas ênfases: o caráter das condições sociais propicia-

tórias e o estudo dos mecanismos psicológicos, donde contribuições oriundas de outros ramos da psicologia.

Sobre o posicionamento de base sociológica, a seção sobre efeitos psicossociais já informa o leitor sobre alguns conceitos concernentes e propiciadores da agressão, por exemplo, a tensão econômica e ecológica, a anomia e a alienação. Naturalmente, K.Marx e M. Weber são nomes importantes nestes estudos. Entretanto, seria tarefa por demais abrangente para o caráter de uma dissertação tecer a história das contribuições sociológicas. Assim, endereça-se o leitor ao texto de A.K.Cohen (in T.Parsons, 1970, p.271-84) para um exemplo da abordagem sociológica do comportamento aberrante e do seu controle, compreende-se esse como um conjunto formado por fatores tais como a criminalidade, a delinquência, a violência, o desregramento sexual, a corrupção nos negócios e no governo e a decadência moral em geral. Também em R.Boudon (1979) pode ser lida uma apreciação sociológica dos fatores que contribuem para o surgimento de mudanças sociais, sendo a guerra percebida como um dos efeitos do paradigma básico de sua análise: os efeitos reversos. Estes são os efeitos parasitários decorrentes das manipulações político-administrativas, engendradas por agentes sociais, enquanto perseguem determinadas metas; geram sempre, simultaneamente, efeitos positivos e negativos, explica-se: a implantação de determinada política deve gerar tanto soluções quanto novos problemas. Deve-se ressaltar, ainda, que o critério econômico, analisado por L. Huberman

(1978), constitui-se em tese fundamental na obra de G. Bataille(1975), cuja interpretação da dinâmica social repousa na atividade de consumo, despende, em vez de conservar; destruir, ao invés de construir. Declara o autor mencionado (ibid.,p.45): "os homens asseguram sua subsistência ou evitam o sofrimento, não porque essas funções determinem por elas mesmas um resultado suficiente, mas para ter acesso a função insubordinada da despesa livre".

Para concluir esta breve menção ao enfoque de sociólogos, cumpre chamar a atenção para o livro de R. G. Oliven (1982) que faz uma incursão no tema da violência no Brasil, alertando para a não existência de dados fidedignos neste país devido a dois motivos: ideológico e metodológico; em primeiro lugar, não interessava ao regime denunciar suas contradições internas, aquilo que R. Boudon denomina como efeitos perversos positivos e negativos, assim, a segunda medida era o controle das fontes de informação, ou seja, a tendenciosidade dos dados, das amostras. Criou-se desta forma, "o mito da índole pacífica do brasileiro", que segundo o autor, só começou a ser criticado quando o regime iniciou a entrar em crise. O autor utiliza ainda o conceito de violência institucional, amplamente posto em prática a partir do golpe de 1964, porque este visava acelerar o acúmulo de capital para associá-lo com interesses de empresas multinacionais e fortalecer o conservadorismo. Esta violência foi expressada pela extinção da estabilidade nos empregos, pelo arrocho salarial, e o concomitante desmantelamento ~~des~~

dos sindicatos populares, tudo isto sob a "ideologia do binômio segurança-desenvolvimento, ou seja, repressão e acumulação de capital" (p.16). O autor sugere a necessidade de uma revisão sobre a história da violência no Brasil, como condição fundamental para o pleno desenvolvimento da democracia. Ressalta-se estas análises pois pretende-se instigar os pesquisadores brasileiros a examinarem esta questão de uma forma mais rigorosa, por exemplo E. Sigelmann (op. cit. p.184) menciona a junção "da alienação, anomia e cinismo social ... ingredientes do afrouxamento moral do homem brasileiro, ... raiz da sua invejável moderação cívica, que o conduz a alcançar soluções pacíficas\* para os mais graves problemas de organização. A autora não deixa de estar observando um fato, porém este não passa de um mito, conforme a análise de R. Patai (op.cit.).

Quanto as contribuições oriundas da psicologia cabe mencionar as abordagens do behaviorismo, do cognitivismo e da psicanálise. Esta última já foi analisada, embora deva-se comentar sobre a obra de A. Storr, psicanalista inglês, (1970), que apesar da sua filiação à tese instintivista do impulso agressivo, suas sugestões para reduzir a hostilidade (ibid., p.128-43) repousam em argumentos manipulatórios das condições ambientais: a reflexão sobre a desindividuação, os problemas econômicos e de comunicação entre os povos, e o encorajamento do intercâmbio internacional de estudantes.

\*Grifo nosso.

Informa J.Carlsmith et.al.(1975, p.108), que a definição engendrada pelo behaviorismo para o conceito de agressividade é insatisfatória, pois ignora o aspecto intencional, assim, conceituar a agressão como "qualquer comportamento que magoe ou possa magoar outras pessoas", a despeito da utilização final de "possa magoar" é insuficiente porque a intenção não é explícita. Por exemplo, o fato de um franco-atirador errar o alvo utilizando uma arma subsonica, a qual não permite nem mesmo um susto pelo estampido na pretensa vítima, não retira a agressividade do ato por causa da intenção. Já, um acidente, não pode ser considerado agressão, daí o conceito de pseudo-agressão de E.Fromm. Este problema conceitual enquadra-se em discussões análogas como o mecanicismo e a cognição; para uma leitura introdutória destes aspectos no campo da motivação, P.Evans(1976), M.Reuchlim (1979, p.242-45) e E.Murray (1973). Porém, o behaviorismo, compatível com seus pressupostos enfoca a agressividade dentro de um modelo por aprendizagem; metodologicamente supõe-se ser mais fácil uma abordagem do comportamento, do que um escrutínio do intencionalismo. Seu modelo teórico baseia-se nos conceitos de frustração, de inspiração psicanalítica; na imitação; no reforço e na modelagem.

Conforme relata C.Smith et al.(ibid) e também S.S. Sargent e K.R.Stafford (1977, p.183), os trabalhos sobre a hipótese da frustração eliciar comportamentos agressivos iniciam-se em 1939, com a publicação da obra de J. Dollard,

L. W. Doob, N. Miller, O. H. Mowrer e R.R. Sears, "Frustração e Agressão", se bem que S. Rosenzweig já tivesse sugerido três tipos de reação a frustração (extrapunitivo, intrapunitivo e impunitivo), sendo o primeiro composto por raiva e incriminação dos outros; o segundo caracterizado pela humilhação, culpa e recriminação de si mesmo; e o terceiro representado por embaraço, vergonha e justificação da situação. Onde depreende-se que a hipótese já estava condenada na sua própria formulação: não é apenas a agressão que se traduz por efeito da frustração, como observa E. R. Hilgard (1975, p. 381), pois embora haja apoio experimental a hipótese de J. Dollard et al., também existem críticas, inclusive dos próprios autores da hipótese.

*Continuação  
(ver próxima página)*

Retornar-se-á a estas críticas e reformulações subsequentes.

A imitação, o copiar modelos agressivos é outro fundamento da tese comportamentista, baseia-se no outro conceito, o de reforçador. Ambos foram criticados pelo ângulo do cognitivismo, no primeiro caso uma análise de A. Bandura em prol da modelagem, foi determinante até mesmo para que este autor fosse desvinculado do sistema condutivista para o cognitivismo, o segundo conceito teve de sofrer reavaliações. E isto o que descreve-se a seguir.

A. Bandura, em trabalho realizado por R. Evans (ibid, p. 285-97), lembra que o conceito de imitação sugere um "mimetismo da resposta", sendo muito restritivo, e que modelagem é mais amplo, por exemplo: modelagem abstrata, retardada. Quanto ao papel dos reforçadores, B.F. Skinner, na mesma linha de entrevistas de R. Evans (ibid., p. 121) explica que o reforçador não é necessariamente definido no sentido biológico, esta perspectiva é amplamente analisada na publicação de A.W. Staats e C.K. Staats (1973, p. 319-43).

Apesar das críticas e reformulações, para o behaviorismo a agressão é aprendida, e mesmo por reforço, imitação e generalização. No caso da fonte de frustração não ser detectada, o sujeito deslocaria sua agressividade para outro objeto, é isto que informa E.R. Hilgard (id. ibid.) reportando-se ao experimento de N. Miller et al., no qual este autor relaciona o deslocamento com a generalização do estímulo.

Retornando-se as críticas e reformulações da hipótese da frustração-agressão, encontrada tal análise em J.

H.Goldstein (op.cit.,p.186-192), inicia este autor explicando os dois motivos do êxito da hipótese de J.Dollard et al., são estes: a carência de explicações psicológicas até a década de 1960 sobre a agressão; a alternativa diante do modelo de S.Freud. Relata ainda, que os próprios autores aceitaram e encetaram críticas, sendo que a reformulação de N.Miller, em 1941, tornou sua hipótese ambígua a tal ponto de não ser possível predições, e portanto refutações. No entanto, tal teorização mostrou-se bastante heurística, mobilizando psicólogos, como L.Berkowitz, a empreenderem estudos nesta área.

J.H.Goldstein (id..ibid.) sintetiza as pesquisas e o modelo teórico deste psicólogo social, recordando que em 1959, quando L.Berkowitz principiou, sua primeira providência foi valer-se de um conceito inspirado na teorização de N. Timbergen, para retirar a ambiguidade da hipótese frustração-agressão. Este autor, N.Timbergen, postulava o conceito de "padrão fixo de ação", que compreende um mecanismo inato para a agressão, dependente de indícios liberadores apropriados. São estes indícios que L.Berkowitz cataloga em três tipos: alvos, objetos e situações, todos aprendidos. Assim, os conhecidos experimentos de L.Berkowitz e R.G.Geen (1966) e L.Berkowitz e A.LePage (1967), não só corroboram a proposta, como levantam um dado extremamente importante, principalmente a última experiência, para a questão do binômio armamento-destrutividade. É relevante observar neste ponto que a taxinomia de E.Fromm, no que tange ao conceito

da agressão instrumental, aliada as especulações sobre as necessidades existenciais - talvez, diante dos experimentos semelhantes ao de L.Berkowitz e A.LePage - encontrasse respaldo empiricista. A observação, mencionada e efetuada pelo autor desta dissertação, quanto a "empolgação delirante" dos técnicos e fabricantes de armas, bem como a empolgação causada pelo poder das séries televisionadas que divulgam armamentos (rifles automaticos, helicopeteros) explicar-se-ia pelo vínculo do desejo de poder com a agressão instrumental, "pervertendo" esta em destrutividade, a qual ultrapassa em muito o caráter de avançar por necessidade, avança-se pelo desejo de destruir, pelo poder que a morte empresta ao desejo do homem de controlar para estar acima do binômio vida-morte.

L.Berkowitz (1980, p.78) também recorda a importância, dentro de sua noção de indícios eliciadores, da prontidão para a desordem, para a agressão, o nível de provocação do espectador; assim, uma série de tensões urbanas, sociais, de ressentimentos são frustrações propiciatorias para a violência eclodir. E o sistema de incentivos e reforçadores, conceitos tão vinculados que C.N.Cofer (1980, p.74-89) os expõe num mesmo capítulo, acrescentando que os incentivos levam a excitação e os reforçadores a mudanças na força; sobre incentivos pode-se também ler a exposição de D.Birch e J.Veroff (1970, p.134-45), e a análise, do ponto de vista de uma excitação fisiológica como elemento chave para a frustração produzir agressão, foi pesquisada por

D. Zillmann (q.v. J. Goldstein, *ibid.*). Este realizou um experimento (1971) cuja meta era investigar o grau de excitação no comportamento agressivo relacionado; a hipótese foi corroborada. Naturalmente as pesquisas na área neurofisiológica estão na base desta formulação, o compêndio elaborado por J. McConnell (*ibid.*), especialmente em seu quarto capítulo, sumariza essas contribuições; impressionam aí três dados dignos de nota: o sofisticado experimento de J. Delgado com o touro e o receptor de estímulos; o caso de Júlia, na qual foi implantado, pelos Drs. Vernon Mark, Frank Ervin, e equipe, o aparelho criado por J. Delgado, a fim de detectar a área exata no tecido amigdalóide que deveria ser "queimada" para exterminar com as crises de violências; e a hipótese, decorrente, sobre a existência de tecidos doentes, lesões, como cerne e motivo do comportamento violento.

Alias, J. McConnell (1925- ), mais conhecido por suas experiências com a possibilidade da transferência bioquímica da memória, reportando-se ao trabalho de G. Ungar, com igual tema, declarou para R. Evans (*ibid.*, p. 230), que esse neurofisiologista havia isolado um componente molecular-batizado "scotophobin" - responsável pelo medo do escuro em ratos. Ora, sabe-se que tal medo fora resultado de condicionamento, mas, apesar deste dado ser significativo para os críticos, o fato é que G. Ungar "pegou produtos químicos sem vida e ligou-os em cadeia, e o material sintético funcionou bem", i.e., uma substância sintética, reproduziu, quando injetada em ratos não treinados, a memória fóbica daque-

les que haviam passado pela "lavagem cerebral", pois do ponto de vista do comportamento etológico do rato esta expressão é, acredita-se, a mais adequada. Este comentário tem procedência, na medida em que, nesta área, muitas têm sido as críticas sobre a ética envolvida; não há dúvida que no atual estágio tecnológico, os animais, e o homem e um deles, tem servido de cobaia, voluntariamente e/ou não, para explorações oriundas dos mais diversos campos, porém, diante dos inúmeros dados sobre o equilíbrio-desequilíbrio mental e moral da espécie humana, talvez fosse interessante uma postura mais parcimoniosa em relação a alcunha "sapiens".

Entretanto, retornando ao raciocínio anterior, o leitor desta já deve ter percebido a importância da descoberta de G.Ungar e das pesquisas de J.McConnell: será possível isolar-se componentes moleculares para reproduzir a algolagnia, para usar a expressão de Schrenck-Notzing (H. Pieron, 1972, p.17)?; encontrar-se-a correspondentes bioquímicos para as emoções e motivações humanas? São questões em aberto, cujos indicadores presentes, são positivos a despeito das inúmeras críticas sobre a extrapolação, a ética, a validade e a consistência das pesquisas. Cada acréscimo de conhecimento triplica o poder e octuplica o desejo, elevando ao infinito a responsabilidade do homem.

Apos o behaviorismo e as discussões sobre as bases biológicas do comportamento, assunto este transformado em curso introdutório pela "The Open University" (1981) destinado até para leigos, chega-se ao cognitivismo.

A psicologia cognitiva, como informa A.G.Penna (op. cit. passim) não é um movimento homogêneo, no sentido de definir-se por uma posição paradigmática da qual ramificam-se as teorizações, por isto, conforme já se mostrou na seção sobre a polarização de atitudes, ela envolve contribuições oriundas do gestaltismo, da teoria da informação, do interacionismo simbólico, sempre tendo por preocupação teórica nuclear "o estudo da extração, estocagem, processamento, recuperação e utilização de informações". Não cabe desenvolver tais assuntos uma vez que o objetivo pretendido é simplesmente apontar para as contribuições do cognitivismo ao tema da agressão e da destrutividade.

Encontra-se em E.J.Murray (op.cit., p.30) um relato sobre a experiência de H.A.Murray, na qual este demonstrou os efeitos do medo sobre a percepção. A importância disto é óbvia: de acordo com o cognitivismo reagimos ao significado de um estímulo, e não ao estímulo propriamente, assim um estímulo ainda não catalogado pelo "mapa cognitivo", ou registrado como não perigoso, pode ter seu significado captado de forma distorcida pelo medo; este, interferindo como processo mediacional, pode suscitar a deflagração tanto da fuga quanto do ataque, dada outras informações. Se existem objetos cujo significado está ligado a violência, como sugere o experimento mencionado de L.Berkowitz A. LaPage (ibid.), a probabilidade de agressão aumenta. Aliás, o chamado modelo probabilístico de W.McGuire (q.v.P.C.Dodwell, op. cit., p.261), propõe exatamente a possibilidade do campo

cognitivo ser cartografado: o conteúdo informacional seria representado por proposições e a organização destas, sua estrutura, seria representada por meio de axiomas da lógica formal, porém submetidos a uma dinâmica psicológica. Isto implica numa avaliação diferente do critério verdadeiro-falso da lógica, daí o termo probabilístico, neologismo criado por W. McGuire para indicar os graus de probabilidade subjetiva concernente a cada proposição. Tem-se pois um feixe de proposições, numa dada ordem, subjetiva, porém rigorosa, a tal ponto que uma nova informação deve sempre atingir uma certa proposição, mexendo com a aferição do seu grau probabilístico de verdade, e, conseqüentemente com todo o feixe de informações, atingindo áreas as mais remotas. Onde, pode-se especular sobre as defesas perceptuais diante de mobilização tão profunda no campo cognitivo, face a informações novas. É óbvia a utilidade desta linha de trabalho teórico para assuntos como preconceito, comportamento de turba, e modificação de atitudes; advindo, portanto, ganhos para a explicação e controle da agressão e da destrutividade: por exemplo, J.M.Sawrey e C.W.Telford (1974, p.114) fornecem onze itens para explicar o comportamento de turba, dos quais oito tem procedência cognitiva; N.W.Ackerman e M. Jahoda (1969) empreendem um estudo sobre o preconceito tendo por alvo os judeus e sua correlação com os distúrbios emocionais, são quarenta casos clínicos nos quais pode-se aplicar a teorização de W.McGuire; e o tema das atitudes pode ser lido em D.J. Bem (1973), que enfatiza o valor das

crenças subjacentes ao comportamento.

Através dos argumentos e exemplos destes dois parágrafos precedentes, é fácil perceber que a agressividade está sendo estudada pelo cognitivismo diante de inúmeros modelos alternativos, os quais tem por base os conceitos de: significado, percepção e crença; atitude, papel e processamento. E quanto a preocupação com a cognição de um ponto de vista histórico, informa E.G. Boring e R.J. Herrnstein (1971, p.240) que E.B. Holt (1873-1946), já criticava o comportamentismo de J.B. Watson, dois anos após sua inauguração, antecipando a psicologia da Gestalt, e, acrescente-se, o próprio cognitivismo. Também G.H. Mead (1863-1931), filósofo da Universidade de Chicago, pode ser considerado um pilar histórico do cognitivismo, posto sua obra póstuma, elaborada por discípulos, sobre o interacionismo simbólico, perspectiva elaborada sobre a noção de significado, assim um ato comportamental e uma reação a função simbólica dos eventos, então deduz-se: o comportamento é decorrente da própria interação e não um atributo estático inerente ao sujeito. Ora, isto é fundamental para o tema da agressão e da destrutividade, pois, a partir do momento em que etólogos, psicanalistas, behavioristas, neurofisiólogos, gestaltistas, existencialistas e cognitivistas, concordam sobre o valor da aprendizagem dos sinais, ou veículos de canalização - o controle desta passa a ser uma questão bastante observável e viável. Pelo menos é o que tem-se tentado insinuar durante o desenvolvimento desta dissertação, através de demonstrações com-

parativas entre os vários teóricos.

Conforme tentou-se explicar, os modelos teóricos de aprendizagem social vinculados ao behaviorismo baseiam-se em conceitos como recompensa e punição, ambos responsáveis pelas respostas do sujeito, inclusive as agressivas. L. Berkowitz (ibid., p.76) em análise da teorização de A. Bandura, relata que este autor argumenta e demonstra que o reforço é desnecessário para a aprendizagem observacional; independente de recompensas e punições, o observador pode adquirir novas respostas porque o reforço determina o desempenho e não a aprendizagem. A demonstração - através do clássico experimento dos três grupos de crianças assistindo a atuação de modelos agressivos, sendo três situações apresentadas: modelo recompensado, modelo punido, nem recompensa nem punição para o modelo após a manifestação do comportamento agressivo - realizada por A. Bandura, e a sua explicação do que acontece, ou seja, que a pessoa adquire representações cognitivas daquilo que presenciou na forma de imagens e pensamentos verbais, fazendo alusão a estocagem de informação mediante o conceito de modelagem retardada, justificam a inserção e análise deste autor no movimento do cognitivismo. É claro que o propósito dessa dissertação não é a categorização sistemática de modelos teóricos a movimentos, isto tem importância apenas diante das atitudes polarizadas e da tentativa de consenso sobre algumas informações, a despeito disto A.G. Penna (ibid., p. 4) recorda a advertência de J. Brunner (1969): não basta uma

certa posição demonstrar preocupação com processos internos para que se possa defini-la como expressiva de uma "posição cognitivista". Inclusive J.H. Goldstein (ibid., p. 192) refere-se a posição de A. Bandura como "uma teoria behaviorista que se apoia principalmente no conteúdo cognitivo". Entretanto, opta-se aqui, por considerar a teorização de A. Bandura genuinamente cognitiva, julgue o leitor por si mesmo.

O modelo teórico proposto por A. Bandura, informa que a agressividade é aprendida quando o observador assiste a um modelo agressivo; são as influências modeladoras que ocorrem desde o momento em que há atenção. A. Bandura (R. Evans, ibid. p. 293) sugere que uma teoria sobre a agressão deve posicionar-se sobre três itens: a que se atribui a existência do comportamento; o que provoca o aparecimento deste; e o que o mantém. Assim, segundo ele, o comportamento agressivo é fruto da modelagem, tanto a sua existência quanto a sua instigação, e vários são os fatores que o mantêm: recompensas materiais e sociais (status); sinais de dano na vítima e alívio do tratamento punitivo através de recursos defensivos; auto-reforço; agressão obediente e crenças bizarras. Por isto, "en passant", seu modelo é tido por uns como neo-associacionista, e por outros, como cognitivista. O que importa perceber é que "a origem, a instigação e a regulação da agressão formam um processo complexo", onde os códigos morais tem papel relevante; sobre isto, o estudo de A. Bandura é precioso para os objetivos desta dissertação relata este autor: os mecanismos de auto-isenção permitem

alterações radicais no comportamento, em situações específicas, sem modificar os princípios morais. Assim, não é apenas uma questão de instilar códigos morais "corretos" contra a violência e a destrutividade, mas estudar-se o dinamismo psicológico subjacente às crenças e ao desempenho comportamental. A. Bandura aponta pelo menos cinco fatores que capacitam uma pessoa a praticar um ato de violência sem a quebra de seu código moral: atribuição de um alto propósito moral ao próprio ato; o processo de comparação paliativa, i. e., comparar o ato com outro mais terrível; o deslocamento de responsabilidade, pesquisado por B. Latane e B. Darley (1970); a desumanização da vítima; e a atribuição de culpa à vítima. A contribuição desta teorização para uma engenharia social é assunto que em breve será retomado, agora cumpre recordar um autor já comentado, cuja contribuição ao problemático tema da agressão faz-se presente diante do fator desumanização da vítima: P. G. Zimbardo.

O leitor deve recordar que a teorização de P. Zimbardo já está sintetizada na seção sobre polarização de atitudes, aqui cabe ressaltar o conceito de desindividuação e sua relação com o comportamento agressivo. Foi exatamente isto que P. Zimbardo fez: a partir da hipótese de que sujeitos autoconscientes, individualizados, são menos agressivos do que os desindividualizados, montou um experimento, (q.v. G. H. Goldstein, *ibid.*, p. 196) no qual corroborou esta hipótese. A explicação baseia-se em dois pontos, a menor probabilidade de identificação e a simultânea redução da preo-

cupação social e moral. R.I. Watson (1973) também estudou esta hipótese do ângulo intercultural; utilizando o Human Relations Area Files (HRAF) como fonte de dados, corroborou a hipótese de que as maiores atrocidades são cometidas por combatentes camuflados, despersonalizados portanto. Aliás, o uso de máscaras é assunto secular para o "sapiens", é notório que alguns dos grupos guerreiros de maior ferocidade cubram o rosto, além do traje especial, com fuligem, cremes ou máscaras, é o caso dos comandos de guerra e dos praticantes de ninjutsu. Embora um romance, a obra de E. Lustbader (1980), ilustra a ferocidade dos ninjas.

Enfim, a psicologia tem proposto modelos explicativos da agressão, há linhas teóricas apoiadas por pesquisas empíricas, embora haja trabalhos nos quais recorre-se a análise filosófica e metacientífica, e também a confiança no experimento alheio, já submetido ao consenso intersubjetivo e a comprovação multi-experimental. Aqui, conforme já declarou-se e para sintetizar esta parte, enquadra-se a agressão como sendo um impulso inato, não-hidráulico, e a destrutividade como uma reação situacional, deflagrada por situações complexas, onde a propaganda e a modelagem combinam-se com as tensões sociais e existenciais, para exercer um papel preponderante na eliciação da violência. Como procurou-se mostrar, os psicólogos sociais não têm negligenciado o aspecto relevante da temática macrosocial, a despeito das dificuldades metodológicas. Para encerrar esta parte e ilustrar o que acaba-se de dizer, mencionar-se-á três con-

tribuições ao tema dos conflitos internos e internacionais.

K.Young (1a.ed.1956, aqui 1969) fez uma análise dos conflitos supracitados, denominados, respectivamente, revoluções e guerras. É um trabalho de análise sem fundamentação empírica direta, no qual observa-se uma predominância de explicações psicossociológicas, tendendo mais para a sociologia do que para a psicologia. O autor, no que respeita as revoluções e as guerras, (p.49) relaciona tais efeitos como "um problema mais geral da natureza e emprego do poder", intrinsecamente ligado as condições econômicas e morais; portanto, são conflitos que não podem ser eliminados, na opinião do autor, mas podem ter sua frequência reduzida e sua energia canalizada para fins mais produtivos e justos. As revoluções são percebidas como fruto da necessidade de um reajuste social, desempenhado deste prisma um papel positivo - quanto a reformas na administração, na economia e na cultura - que culmina com movimentos de acomodação entre o velho regime e o novo, posto uma revolução ser consequência de um processo evolutivo de insatisfação geral. Quanto a guerra, esta é vista como "uma instituição que estimula e orienta os hábitos agressivos do homem" (p.104), e não concorda o autor, sendo veemente neste ponto, com um "instinto de luta"; a guerra é fruto das ambições imperialistas dos grandes países, é relacionada com ambições econômicas e pressões conseqüentes, e com o sentimento exarcebado do nacionalismo, este não é visto como um territorialismo etológico mas como algo aprendido e estimulado.

Embora nem toda frustração acarrete agressão, o autor propõe uma idéia sobre um complexo de ressentimentos acumulados, os quais serão transferidos para situações específicas - fantasias, objetos, pessoas e guerras; no entanto, não só os conflitos com grupos primários (pais e irmãos) provocam tensão, a guerra permite uma "integração satisfatória e de grande valor emocional das tendências que coexistem na organização vital" (p.108) da pessoa, assim os impulsos básicos da destruição das fontes de frustração encontram um alvo - o inimigo - "aceito" pelos concidadãos. "Aceito" porque há propagandas neste sentido instigando crenças fanáticas e mitos heróicos.

Outra contribuição ao tema é encontrada na obra de C.E.Osgood, datada sua publicação original em 1962 (q.v. J. H.Goldstein, *ibid.* p. 208). Este autor denomina sua teorização de "Iniciativas Graduais e Recíprocas para Redução das Tensões", e a define como aplicação dos conhecimentos em teoria interpessoal e dos princípios da aprendizagem às relações internacionais. O modelo pretendido baseia-se na fórmula "comunicação + ato = confiança => redução da tensão". "> comunicação + ato + confiança mútua". De qualquer forma, é fundamental que um dos lados do conflito esteja disposto a ceder; é cogitada a hipótese de que J.F.Kennedy, presidente norte-americano assassinado, tivesse posto este modelo em andamento na década de 60, com sucesso conforme quadro ilustrativo da obra de J.H.Goldstein (*ibid.*, p.209).

E a terceira contribuição, encerrando esta parte,

provém dos trabalhos de I. Feierabend e R. Feierabend (q.v.J. H. Goldstein, *ibid*, p. 204), publicados em 1966 e 1972. Estes autores pesquisaram a hipótese da frustração como causa da guerra, através de métodos arquivológicos. Assim, investigaram 84 nações quanto a variáveis do tipo: população alfabetizada, número de jornais, telefones, médicos, renda per capita, PNB (produto nacional bruto), etc.; e informações quanto ao índice de violência dirigida, reciprocamente, pelo povo e pelo regime político. A frustração é aí encarada como um esquema de expectativas, por exemplo, no meio urbano a falta de telefone é frustradora, ao passo que no campo não é tão frustrante. Desta maneira corroboram sua hipótese, mediante a constatação de que onde é maior a frustração é também maior o índice de violência. Naturalmente, apesar desta teorização constatar uma associação positiva entre frustração e agressão, tanto em conflitos internos quanto internacionais, ela não explica os mecanismos particulares eliciadores dos conflitos. Porém, demonstra a preocupação e o empenho dos psicólogos sociais, quanto aos temas macrosociais.

## b - AS ESTRATÉGIAS

Chega-se finalmente ao ponto crucial desta dissertação, o que fazer diante do poder e da destrutividade? Não pretende-se, nem julga-se possível, uma proposição "sui generis" neste campo tão permeado de contribuições conforme o prólogo precedente sugere. Aquinhoeira-se, pois, com a proposta tão difundida pelo século das luzes: a educação é a principal forma de aquilatar e polir o homem. E, novamente surge a questão sobre o que fazer, a qual considera-se em grande parte respondida pelo prólogo e pelas secções precedentes, mas, em prol de uma síntese mais objetiva, terçer-se-a alguns argumentos.

E.Hilgard (q.v.R.Evans, *ibid.*, p.101), apenas para citar uma dentre várias posturas concordantes ao que se vai insinuar, declara que os problemas sociais não pertencem a uma única disciplina, sendo fundamental uma abordagem interdisciplinar; C.L.Veiga (1981) também concorda, tendo inclusive analisado as contribuições de três setores para uma coordenadoria geral pro-social: a cibernética, a "Sociedade de Pesquisa Geral dos Sistemas" e a fundação denominada "Centro Royaumont para uma Ciência do Homem".

Portanto, em termos mundiais urge a necessidade não só da íntima colaboração entre entidades, como a "UNESCO", a "Bread for the World", para mencionar duas, mas da criação de um órgão internacional para a coordenação de pesquisas sobre valores éticos e êmicos, e daí, para a aplicabilidade de um plano sobre educação internacional, movimentos deste tipo

logo serão mostrados; por aplicabilidade entenda-se a difusão da proposta via propaganda, conferências, programas de televisão, filmes, peças teatrais, criação de novos heróis e até mesmo pela assessoria para a implantação curricular, a nível primário e acadêmico. Esta proposta, de forma embrionária e superficial, acha-se esboçada por T.J.Lean e C. L. Veiga (1981), e em síntese introduz o conhecimento da psicologia oriental e ocidental no que tange a reavaliação de valores, atitudes e crenças, mediante técnicas vivenciais, consideradas de suma importância frente ao preconceito, a alienação de si e do outro, e as necessidades existenciais. Conforme sugere G.Radnitzky(1970, p.85) a força de um programa global de ciências humanas repousa numa ética apoiada no interesse emancipador, e este é fruto do esclarecimento oriundo do criticismo, entendido como postura de vigilância intelectual. Em passant, diga-se que a relevância dos temas abordados pela psicologia da ciência, reside justamente naquilo que o positivismo lógico negligenciou: a auto-compreensão; de onde um sistema de ensino forte e eficaz exige o treinamento vivencial, principalmente quanto à preocupação e o autoconhecimento dos aspectos pro e anti-social e suas consequências.

C.W.Backman e P.F.Secord (1971) examinaram os aspectos psicossociais da educação, para seguir o filão do parágrafo anterior, e para tanto utilizaram, no aspecto da aplicabilidade do conhecimento psicológico, a teoria da função, cujo conceito central é o da tensão do papel: assim,

as dificuldades da interação humana são analisadas sob a dificuldade do desempenho a que professores e alunos acham-se imersos. Analisar em maior profundidade esta contribuição escapa ao propósito da dissertação, aqui cabe mencionar a existência de um modelo viável tecnicamente.

Do ponto de vista da violência interpessoal e internacional, tanto A.Bandura quanto C.E.Osgood podem ilustrar medidas alternativas; aliás é procedente o dizer de K. Young (ibid., p.109): "uma nação obrigada a defender-se não cai por necessidade no militarismo".

A.Bandura (q.v.R.Evans, ibid., p.294) propõe quatro estratégias no que tange a modelagem comercial da violência na televisão, que bem podem ser adaptadas ao complexo informacional como um todo: o controle pelo Congresso, o autocontrole da produção, o desenvolvimento de um sistema para monitorar o nível da violência; e o desenvolvimento de uma programação alternativa. C.E.Osgood(q.v. J.H.Goldstein, ibid., p.208) propõe cinco medidas para implementar o GRIT (Graduated and Reciprocated Initiatives in Tension-reduction): anunciar publicamente a iniciativa, antes de tomá-la; anunciar convites às medidas recíprocas; continuidade no tempo do empreendimento; graduação das iniciativas em termos de poder equilibrado recíproco; e devem ser consideradas voluntárias, todas estas mudanças.

Não há dúvida que inúmeras são as críticas possíveis a tais empreendimentos, mas também as guerras sofrem críticas, de outro tipo é certo, e existem: um empreendimento

desse tipo demanda mais esforço posto não haver estruturas habilmente e suficientemente montadas para tal fim. Entretanto, a aprovação em 14 de dezembro de 1979, pela 33a. Assembleia Geral das Nações Unidas, de um projeto - já em andamento - de uma Universidade para a paz - com sede em Costa Rica, país que aboliu o exército em 1949, por compreender, nas palavras de J.R. Bolanos (1980, p.17) que "um país pobre não pode dar-se ao luxo de manter uma milícia e ao mesmo tempo educar seu povo" - empresta um quinhão de otimismo à face do planeta.

A idéia de uma mobilização do sistema de ensino-aprendizagem em termos pró-sociais, não baseia-se apenas no ideal do Iluminismo, mas na publicação organizada por L. Gambrell (1980, p.30), esta um relatório sobre a "amplitude e a natureza dos esforços da educação para o desarmamento desenvolvidos em universidades de todas as regiões do mundo". A idéia recebeu boa aceitação de modo geral, mas constatou-se que na prática pouco tem sido feito, e a causa é a falta de um plano, de um apoio qualquer, sobre o como realizar isto a nível curricular. Por outro lado, como o tema do desarmamento tem limites difíceis de se demarcar, na opinião dos entrevistados, poucos professores interessam-se por ministrar um curso cuja orientação é nebulosa.

O Congresso Mundial sobre Educação para o Desarmamento, realizado em Paris em junho de 1980, também veiculou um relatório, cujos dez princípios vitais podem ser lidos no Correio da UNESCO (nov.1980, p.18-19): é interessan-

te observar alguns destes princípios, pois são fruto de consenso entre especialistas internacionais. Assim, após ressaltar-se o conceito de desarmamento, atribui-se especial atenção à tópicos como informação, objetivos pedagógicos e valores: a educação deve preparar os alunos para a oposição frente à incitações pró-guerra e ao militarismo em geral; deve-se também usar recursos pedagógicos mais imaginativos; e quanto aos valores, estes são a tolerância à diversidade ideológica, cultural e religiosa, e o compromisso com a justiça social e a solidariedade humana. Em suma, se a guerra e a destrutividade são aprendidas e criadas pelo homem, a paz também pode ser ensinada, e é lógico que não desconhece-se o peso do fator econômico por trás deste cenário psicossociológico, e as dificuldades daí provenientes, como alerta M. Huq (1980, p.16) no mundo do comércio de armas, na faixa da década de 70, apenas 3% da fatia do empreendimento cabe ao Terceiro Mundo, 97% pertencem aos países industrializados, logo é fundamental reconsiderar as noções de segurança nacional e patriotismo.

Entretanto, a psicologia social pode contribuir neste esforço pró-social através de uma atuação mais emancipatória em termos pragmáticos, por o conhecimento psicológico em prática, donde uma postura, anteriormente já mencionada, mais diplomática e incisiva junto ao setor de ensino-aprendizagem, o que aqui sugere-se, e outros. Porque conhecendo-se os fatores que determinam a injustiça social e a destrutividade, conhece-se também o outro lado, i.e., o que

pode-se evitar e aquilo que deve ser alternativamente estimulado e ensinado, e como. Os conceitos veiculados por G. Radnitzky (op.cit.,p.83) a propósito das posições de J. Habermas e K.Apel, são esclarecedores para esta proposta: após declarar que a práxis bem sucedida é aquela baseada em informações provenientes de rigorosa observação das regularidades da natureza, o autor em questão, traz a lume dois conceitos - tecnologia interna e tecnologia externa - que, respectivamente, indicam o grau de preocupação com a consistência empírico-teórica, e o interesse técnico na aplicação do conhecimento para a comunidade extra-científica. Nada impede que a psicologia social tenha ambas as preocupações, ou interesses.

Objetivamente, e para recuperar alguns elementos e autores cujas contribuições são percebidas como fundamentais, deve-se recordar a Teoria de Campo de K.Lewin (1965) incorporada em suportes empiricistas; dos estudos sobre altruísmo, comportamento de ajuda, ou pró-social - inspirados em dramas como o caso Kitty Genovese, e na salvação de judeus dos massacres promovidos pelo nazismo - seria inoportuno resenhar tais estudos, até porque repetir-se-ia às avessas determinadas exposições, é suficiente complementar que as razões do altruísmo, conforme estudo-piloto de P.London et.al (1970), não são facilmente delineadas; as teorizações e pesquisas sobre resistência à mudança - destaca-se aqui o trabalho de W.McGuire (1964) sintetizado por L.Berkowitz (1980,p.52-54); as reflexões, críticas e sugestões, empre-

endidas por autores como E.Fromm (1981, cap.VI), K.Mannhein (1972,1973, 1976), R.K.Merton (1970,cap.VIII - XIII e cap. XVI - XIX), pois,estes dois últimos, apesar de sociólogos, enquadram-se no esquema aqui defendido: a psicologia social como passível de contribuições sociológicas e psicológicas.

A advertência sobre a atual situação, e o esforço para superá-la tem mobilizado a muitos autores, de áreas tão distintas como a física, a etologia e a antropologia:K. Lorenz (q.v.R.Evans, p.41) refere-se a necessidade de uma "nova ética" e da responsabilidade do cientista quando "o perigo é muito sério", e N.Timbergen (ibid.,p.55) fala da utilidade da etologia como "um apoio" para a "situação muito perigosa" em que se encontra a humanidade; J.C.Rodrigues (1983, p.255),antropólogo comenta que é um erro supor que o perigo advenha de algum louco subir ao poder, simplesmente porque este já está no poder. E por/que fez-se estes comentários? Segue-se o raciocínio.

H.Krüger (1984, p.32) expõe que pelo prisma psicológico pode-se supor que os psicólogos sociais norte-americanos sintam-se mais responsáveis pelos usos de suas pesquisas do que os psicólogos de países socialistas, de certa forma tal raciocínio é extensivo a outros grupos, já se falou nisto também, porém insistir-se-á nos temas da polarização de atitudes e da relevância emancipatória: ora, não resta dúvida que há um tom dramático inerente à valorização de todo discurso, e a ciência, justamente, o evita pois o proselitismo lhe é antitético, a não ser que a causa seja a

verdade. Assim, para que os cientistas sociais, e no caso, os psicólogos sociais, possam iniciar um planejamento têm que sanar e delimitar algumas divergências, isto porque, acredita-se: já é possível contribuições significativas em termos de uma engenharia social, este o aspecto consensual para aplicação da tecnologia externa; e, quanto as divergências sobre a tecnologia interna é a própria teorização, deve-se metacientificizar o campo, separando aquilo que é genuinamente insolúvel teoricamente, daquilo que é tecnicamente resistente, e, ainda, dos fatores personalógicos e perceptivos que distorcem os debates. Mais uma vez, aponta-se para o papel fundamental das teorias cognitivas, das teorias sobre interrelacionamento pessoal, e da própria educação e, talvez, reeducação, dos cientistas, ou seja, para a função da psicologia da ciência. Incita-se os pesquisadores da psicologia social, e da própria psicologia social, a investigarem este campo mais detalhadamente. Uma obra que, tardiamente, chegou às mãos do autor desta dissertação, mas ainda em tempo de rápida análise é "O Paradigma Cognitivo", por M. Mey (1982, p.71), nela o autor chama a atenção para a inexistência no campo da psicologia da ciência de um autor festejado e experiente como é o caso de R.K.Merton em relação à sociologia do conhecimento.

Retornando as estratégias e contribuições aplicáveis socialmente, deve-se recordar que o objetivo de B. F. Skinner em sua especulação na área de engenharia social

(1972) é exatamente o uso de reforçadores positivos e o abandono da punição como "recurso" controlador e educacional. Tanto sua entrevista realizada por R.Evans (op.cit.p. 117) deixa isto claro, quanto a tese de mestrado, publicada por C.P.Sá (1978). Aliás, no escasso cenário das publicações brasileiras sobre temas macrosociais sob o prisma da psicologia social, faz-se mister destacar a obra de E. Schneider (1978); este autor (p.54 e passim) informa sobre o valor da comparação e da história das culturas e civilizações, posto seu mérito heurístico e moral; ainda E. Schneider (ibid., p.110) descreve as várias formas exploradas ao longo do saber para o estudo do comportamento dos grupos humanos, sugerindo (p.124) a inserção da psicologia no sistema educacional de modo mais pregnante; e apontando, também para aquilo que R.Boudon (op.cit.) cognomina efeitos perversos: "aumentam as soluções, mas também os problemas" (p.172). Pode-se dizer que esse autor é otimista quanto ao valor da psicologia, e da cultura, para a reorganização social mais justa.

Para encerrar esta parte, esclarece-se ao leitor que a tentativa empreendida visa tão somente alertar para o papel da psicologia social frente ao poder e ao controle da destrutividade; uma revisão das principais teorias e de sua atuação frente ao controle da agressão é encontrada em R.Johnson (op.cit.cap.VII), nela o leitor perceberá que nada há, além do que aqui já foi examinado.

## CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

São três os objetivos desta conclusão. Num primeiro plano convém esclarecer e posicionar este capítulo - já que ele representa o objetivo colimado desta dissertação - frente a argumentos críticos que, por precaução, são sempre observados quando a proposta perseguida suscita aplicações de algum conhecimento científico; é este o primeiro objetivo, encarar as críticas sobre a psicologia social aplicada. Em segundo lugar, cabe explicar, em forma de síntese, a idéia central do capítulo - esta, pode ser entendida a proposta perseguida, anteriormente citada. E, finalmente, destacar algumas idéias complementares aos dois objetivos precedentes.

Compreende-se, através do acompanhamento histórico da ciência - inclusive da psicologia também - o temor e a desconfiança gerados por idéias de planejamento social; a frequência e a força de interesses oriundos muitas das vezes de ideologias perigosas para a liberdade de expressão - tão fundamental a ciência - podem ser apontadas como as responsáveis por este estado de alerta com que os homens da ciência percebem temas concernentes à engenharia social. Outro argumento, as próprias dificuldades da implantação de novos sistemas sociais, precedidas por problemas de extrapolação dos conhecimentos, interdisciplinaridade e consenso e o caráter especulativo de muitas assertivas por basearem-se em conceitos frágeis e ambíguos. Este segundo argumento é de ordem metodológica; o primeiro insere-se no contexto

sociopsicológico e histórico, e pode ser considerado de ordem externa, no sentido de ser um determinante externo dos rumos das pesquisas. Entretanto, ambos são importantes e merecem atenção.

H.Krüger (1984, p.187-201) analisa as teorias psicossociológicas do prisma de seus objetivos: tradicionais; a questão do controle e da modificação; e quanto a noção de futuro - como ele os classifica. O autor citado, em princípio, após informar quais os objetivos tradicionais - descrição, explicação, previsão - afirma a inviabilidade de um sistema explicativo que, simultaneamente, não forneça previsões. Em seguida, sugere atenção para os conceitos verbalizados "controlar" e "modificar", posto o primeiro indicar manutenção do "status quo", ao passo que o segundo denota a alteração e substituição de condutas; logo depois, ressalta que desde K.Lewin (1890-1947) e sua noção de pesquisa-ação, que há zonas do conhecimento nas quais interesses teóricos e práticos confluem. Por fim, posiciona-se favoravelmente a incursão da psicologia social aplicada, porque, mesmo limitada pelos impecilhos metodológicos, aliás tema abordado por K.R.Popper (1980), não deve ser desprezado o saber conquistado; assim, argumenta H.Krüger, as especulações dos psicólogos sociais - ou opiniões, como ele as chama - devem ser encaradas como positivas, e oferece, então, sugestões para o planejamento social. Repetir-las seria reprisar passagens desta dissertação.

Assim, parece que, apesar dos argumentos críticos

quanto a aplicabilidade da psicologia social (e não somente) é possível uma posição favorável à engenharia social, mais do que possível, é desejável. O próprio K.R. Popper (1978, p. 22), ao declarar o erro contido na crença de que a "atitude do cientista natural seja mais objetiva do que a do cientista social", suscita uma reflexão sobre a diferença da implantação de tecnologias instrumentais e tecnologias sociais, por exemplo, a introdução de um computador - obra da mais fina elaboração cognitiva, repleta de consistência e objetividade - gera elementos intervencionistas na ordem social; assim, primeiro, há um impacto técnico e, somente após, resolvem-se os especialistas a dedicar seu tempo emvidando esforços para compreender os efeitos do computador na sociedade, etc. Ora, por que não um trabalho mais anterior, talvez até mesmo "profilático"? E, por que não organizar melhor estas medidas? É ilusão supor que inovações técnicas-instrumentais não tenham o mesmo peso que medidas sociais e econômicas; se existe espaço para o planejamento por que não lançam-se os psicólogos sociais neste?

A questão anterior (ou questões), justamente encontra resposta em movimentos comunitários, na psicologia crítica, e no paradigma da relevância. Acredita-se que a idéia de uma ciência descompromissada com a sociedade pertença a utopias anacrônicas; conforme analisa R.L. Morel (1979, basta uma revisão de alguns pronunciamentos dos homens do poder (ministros, etc.), para concluir-se pelo vínculo da ciência com o campo social - se a ciência é afetada ou não diante disto, e de que maneira, é assunto já desenvolvido

anteriormente, pelo segundo capítulo. Apenas para enfatizar, o artigo de J. Gay (1975), um biólogo, alerta para a relevância da psicologia e da ciência frente as relações internacionais e ao quadro social; e o artigo de L.M. Gould (1975, p.57) sugere que a "a cooperação científica internacional é o melhor modelo possível de organização mundial". Queiram ou não, os cientistas-intelectuais que são - tem um papel social, mesmo confinados em laboratórios; logo, cumpre acatar com a responsabilidade social pois insistir na separação da ciência pura e aplicada, e o mesmo que argumentar sobre a neutralidade social do conhecimento da mecânica quântica. Compreende-se a necessidade da pureza da teorização, mas não ignora-se o efeito social desse saber: a bomba de hidrogênio e o poder suscitado por ela, aquilo que R. Auger (1975), caracterizou como a terceira atitude criada pela ciência, o perigo.

R.K. Merton (1970, p.285-303), aliás, compreende a necessidade do auto-exame dos intelectuais devotados as ciências, e, complementa-se, o estudo da função social da ciência em geral: o sentimento de insegurança experimentado pelos sociólogos durante as décadas de crise de sua disciplina - insegurança esta que afeta tanto sua auto-confiança quanto a confiança proveniente dos consulentes - pode ser comparado aos efeitos experimentados pelos psicólogos sociais durante a crise da relevância. Portanto, a relação entre os peritos e os clientes, conforme expressão de R. K. Merton (ibid., p.288), é assunto que requer exame acu-

rado quando o intento é um planeamento social, sem o estudo preliminar das características destes dois grupos (peritos e clientes) e da dinâmica de seu interrelacionamento, focalizando estrategicamente e fundamentalmente os componentes fiduciários, é inviável qualquer esperança no êxito de um empreendimento em engenharia social. É esta a postura defendida neste capítulo, mas também apregoada ao longo desta dissertação.

Quanto a idéia central, estrita, deste capítulo, deve-se esclarecer, como o próprio título sugere - contribuições da psicologia social - que não pretende-se fornecer um plano de atuação elaborado, isto é uma intenção reservada para um próximo trabalho, aqui a idéia é tão somente apontar a existência de um acervo capaz de lidar com os problemas macrosociais: a aplicação deve ser prioritária no setor educacional, recordando-se a importância de "arrumar a própria casa" em vista dos componentes fiduciários e seus reflexos atitudinais e ideológicos. Por isto a sùmula histórica detem-se no exame do paradigma da relevância e temas conexos, enquanto na secção sobre as estratégias possíveis em relação ao poder e a destrutividade persegue-se estudos cujo núcleo tem muito para informar diante de medidas pacifistas e de organização social. A preocupação central deste capítulo é com base formativa e informativa das mentalidades, e a sugestão é basicamente de caráter psicopedagógico.

Complementando os dois objetivos anteriores desta conclusão cabe ressaltar duas idéias: a primeira repousa na análise do conceito de utopia e ideologia, para tanto, os ensaios de K.Mannheim(1976) representam uma fonte de inspiração sistemática; a segunda, dilata a sugestão psicopedagógica, lembrando que o mesmo K.Mannheim (1972, em especial na III parte) faz análises preciosas para esse tema; justamente, o terceiro capítulo desta dissertação aprofunda algumas dessas análises através do exame dos valores universais e particulares, da organização e reflexão sobre a psicologia e as tendenciosidades dos psicólogos - por pressão social e/ou por razões cognitivas.

Estendendo um pouco as observacoes sobre o conceito de utopia e sua relação com a engenharia social cabe, mais uma vez, tentar justificar que nesta dissertação, e em especial, neste capítulo, opta-se por aquilo que K. R. Popper (1980, p.51) denomina de engenharia social de ação gradual, por isto o primeiro passo aqui recomendado incide apenas sobre o setor educacional, e, devido ao pluralismo teórico, deve-se antes mesmo dessa medida inicial, promover um ajuste interno, posto que embora seja mais fácil centralizar o poder, não é igualmente fácil "centralizar todo aquele conhecimento que está distribuído por muitos intelectos individuais e cuja centralização seria necessária para a sábia manipulação do poder centralizado". (K.R.Popper, ibid. p.71). Conforme salientou-se anteriormente, a construção do plano em si ultrapassa o propósito desta dissertação.

## CONCLUSÕES GERAIS

"Se não tivermos idéias psicológicas, nada de interessante descobriremos, porque, mesmo que os resultados fatoriais sejam claros e evidentes, a interpretação deve ser tão subjetiva quanto em qualquer outro trabalho científico".

L.L.Thurstone (q.v.C.S.Hall e G.Lindzey, 1973, p.418)

Caracteriza-se esta dissertação, e o título sugere

- O papel da psicologia social frente ao poder e ao controle da destrutividade -, por um encontro da psicologia social com um problema macrosocial. Deste, observou-se a necessidade de fragmentação do tema através de um feixe de análises e suscitados pela problemática; assim, encontrar-se-á, em termos retrospectivos, análises sobre: as imagens do homem, sua cultura (ênfatizando-se a ciência), e sua sociedade; a destrutividade e a agressividade, tanto conceitualmente quanto manifestando-se socialmente; a psicologia social, desde os movimentos paradigmáticos, passando por reflexões internas metacientíficas, até as possíveis estratégias decorrentes de seu acervo; além de outros assuntos relacionados em maior ou menor grau com os já citados. Através desta retrospectiva, o leitor poderá ponderar sobre aquilo que escreveu-se, e avaliar os próximos parágrafos.

A controvérsia entre o inatismo e o ambientalismo em nada interfere com a certeza de que, em qualquer das hipóteses, caso se pretenda agir no plano social, será sobre a educação que o homem obterá maior lastro; não significa, tal conclusão, o desprestígio da posição inatista, ao contrário, aqui encoraja-se todos os pesquisadores a perseguirem e persistirem em seus caminhos, entretanto, reconhece-se (e os etólogos também, conforme demonstrou-se - se não houve deturpação das idéias) a aprendizagem como a mola mestra da engrenagem humana quando a preocupação reside no controle da destrutividade. Em termos da engenharia social gradual sugerida, não há dúvida sobre a importância do fator de operar-se a nível psicopedagógico repousa no desvio de uma engenharia utópica (K.R.Popper, 1980, p.51); assim evita-se a falácia denunciada por F.H.Hayek, quanto a utopia, cujo enunciado, captado e exposto por K.R.Popper (ibid., p. 56), confunde-se com o historicismo, i.e., a engenharia utópica incide em dois problemas: o historicismo e a abordagem holista, a qual na verdade é pseudo-holista, posto ser impraticável um planejamento que atue de forma simultânea em toda a sociedade - quando muito isto é cobiçável, porém irreal.

Portanto, aqui acredita-se na participação da psicologia social junto a educação, mais até, recomenda-se ao psicólogo exercer seu quinhão, ou papel social, de forma ativa, sem, e isto é importante, descuidar do rigor cientí-

fico; recomenda-se pois ao psicólogo social intervir, colaborar ou veicular informações, ao mesmo tempo, compreendendo-se a periculosidade de certas confusões que daí podem nascer, por exemplo, confundir juízos de valor com juízos de fato; no entanto, confia-se no auto-exame e no critério de corrigibilidade sistemática da ciência: o tema da polarização de atitudes e o terceiro critério teleonômico - a objetivação - ilustram o que acaba-se de proferir.

Quanto a elaboração de um plano de atuação não há como dispensar esforços multidisciplinares e interdisciplinares, aliás inúmeros autores, como R. Linton (1979), já declararam a emergência de novas disciplinas oriundas de encruzilhadas disciplinares: há espaço para especialistas, embora tenha de haver coordenadores que promovam o interrelacionamento multidisciplinar. Todavia, embora isto fosse sugerido, não era esta a meta aqui cobijada.

A propósito da sentença emitida por L. L. Thurstone, na abertura destas conclusões gerais, interessa comentar que embora esta contribuição não apresente originalidade, talvez, pelo menos, suscite análises e hipóteses sobre áreas relevantes para a psicologia social, mas não somente. Espera-se, que a ênfase sobre determinados temas contenha algum potencial heurístico. No mais, e para acrescentar um pouco de humor nipônico a este final, cabe lembrar do aforisma que justifica a atividade científica: "mente humana como paraquedas, funciona melhor aberta".

"Sempre que faço uma nomeação, usualmente crio dez descontentes e um ingrato."

Luiz XIV

ACKERMAN, N.W. e JAHODA, M. Distúrbios emocionais e anti-semitismo. São Paulo, Perspectiva, 1969.

AKHILANANDA, S. Psicologia hindú: su significado para occidente. Buenos Aires, Paidós, 1959.

AKINKUGBE, O.O. Torre de marfim ou compromisso social? A Saúde no Mundo. Genebra, Abr. 1984, p. 2-3.

ALVES, E.F. A fé do cientista e a fé do crente. Petrópolis, Vozes, 1982.

ALVES, R. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ANDERSON, B.F. O experimento em psicologia. São Paulo, EPU, 1977.

ANDREA, J. Paligênese, a grande lei: reencarnação. Rio de Janeiro, Fon-Fon e Seleta, 1980.

ARDREY, R. African genesis. Nova York, Atheneum, 1961.

. The territorial imperative: a personal inquiry into the animal origins of property and nations. Nova York, Atheneum, 1966.

ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro, FORENSE, 1981.

ARGYLE, M. A interação social. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

ARON, R., KENNAN, G. e OPPENHEIMER, R. O desenvolvimento e o destino do homem. Rio de Janeiro, Saga, 1969.

ASCH, S.E. Forming impressions of personality. Journal of Abnormal and Social Psychology, 1946, 41.

- „ Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgments. In: Guetzkow, H. (ed.), Groups, leadership, and men. Pittsburgh, Carnegie Press, 1951.
- „ Psicologia Social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.
- ASIMOV, I. et. alli. Antologia do espaço. R.J., Cátedra, 1975
- „ FUNDAÇÃO. São Paulo, HEMUS, 1982.
- FUNDAÇÃO II. São Paulo, HEMUS, 1983.
- ASSAGIOLI, R. Símbolos de experiências transpessoais. In: WEIL P. et. alli. Experiência cósmica e psicose. Petrópolis, Vozes, 1978.
- AUGER, P. A ciência e os mitos. In: WUKMIR, J. (org.) Ciência e mitos. Rio de Janeiro, O Correio da UNESCO/FGV, 1975, p.119-137.
- AYER, A.J. As questões centrais da filosofia. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- BACKMAN, C.W. e SECORD, P.F. Aspectos psicossociais da Educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- BACON, Francis. Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da natureza. São Paulo, Abril Cultural, 1979 p.21.
- BANDLER, R. e GRINDER, J. A estrutura da magia. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- „ Sapos em príncipes: programação neurolinguística. São Paulo, Summus, 1982.
- „ Atravessando: passagens em psicoterapia. São Paulo, Summus, 1984.

- BARTON, W. Alma-Ata: marco de uma nova era em saúde. A saúde do mundo. Genebra, Jul.1979, p.10-14.
- BATAILLE, G. A parte maldita. Rio de Janeiro, IMAGO, 1975.
- BAUMRIN, B.H. The immorality of irrelevance: the social role of science. In KORTEN, F.F., COOK, S.W. e LACEY, J.I. (Eds.), Psychology and the problems society. Washington, D.C. American psychological Assoc., 1970.
- BECKER, E. A negação da morte. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976.
- BEM, D. J. Convicções, atitudes e assuntos humanos. São Paulo, EPU, 1973.
- BENDER, H. La parapsicologia y sus problemas. Barcelona, HERDER, 1976.
- BERGER, P.I. Perspectivas sociológicas. Petrópolis, Vozes, 1976.
- BERGER, P.I. e LUCKMAN, T. A construção social da realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.
- BERKOWITZ, L. e GEEN, R.G. Film violence and the cue properties of available targets. Journal of Personality and social Psychology, 1966, 3, 525-530.
- BERKOWITZ, L. e LEPAGE, A. weapons as aggression-eliciting stimuli. Journal of Personality and Social Psychology, 1967, 7, 202-207.
- BERKOWITZ, L. Psicologia social. Rio de Janeiro, Intera-mericana, 1980.
- BERNAL, J.D. Ciência na história. Lisboa. Livros Horizonte, 1978.

- BERRY, J.W. On cross-cultural comparability. In: *International Journal of Psychology*, 1969.
- BERTALANFFY, L. Teoria geral dos sistemas. Petrópolis, Vozes 1977.
- BIRCH, D. e VEROFF, J. Motivação. São Paulo, HERDER, 1970.
- BORDA, O.F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C.R. (org.) Pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BORING, E.G. e HERRNSTEIN, R.J. Textos básicos de história da psicologia. São Paulo, EPU, 1971.
- BOURDIEU, P. Efeitos perversos e ordem social. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- BRANDÃO, C.R. (org.) Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BRANNIGAN, A. A base social das descobertas científicas. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- BRONOWSKI, J. Ciência e valores humanos, Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.
- BROWN, L. Por uma sociedade viável. Rio de Janeiro. FGV, 1983
- BRUNER, J.S. Uma nova teoria da aprendizagem. Rio de Janeiro. Bloch, 1969.
- BUNGE, M. Tratado de filosofia básica. São Paulo, EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 - v.1.
- . Ciência e desenvolvimento. Belo Horizonte, Itatiaia 1980.

- „ Epistemologia: curso de atualização. São Paulo, EDUSP, 1980.
- BÜRGER, G.A. Aventuras do Barão de Munchhausen. Rio de Janeiro, Nacional, 1949.
- BUZZI, A.R. Introdução ao pensar: o ser, o conhecer, a linguagem. Petrópolis, Vozes, 1980.
- CALDER, R. Se não houver paz. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1968.
- „ A ciência para o profano. In: WUKMIR, J. (org.) Ciência e mitos. Rio de Janeiro, FGV, O Correio da UNESCO (livros de bolso), 1975, p.81-103.
- CANNABRAVA, E. Teoria da decisão filosófica. Rio de Janeiro, Forense-Universitaria/MEC, 1977.
- CARLSMITH, J.M., FREEDMAN, J.L. e SEARS, D.O. Psicologia social. São Paulo, Cultrix, 1975.
- CASTEL, R. A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- CASTRO, C.M. A prática da pesquisa. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- CERVO, A.L. e BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. São Paulo McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- CLINARD, M.B. Anomia x Conducta Desviada. Buenos Aires, Paidós, 1954.
- COFER, C.N. Motivação e emoção. Rio de Janeiro, Interamericana, 1980.
- COHEN, A.K. Comportamento aberrante e seu controle. In: PARSONS, T. A sociologia americana. São Paulo. Cultrix, 1970.

CONTGROVE, S. *Objetions to science*, Nature, 1974, n.250, p. 764-766.

CORREIO DA UNESCO, (0). Uma estratégia de sobrevivência. Rio de Janeiro, ano 8, n.7, p.1-38, jul.1980.

„Desarmar as mentes para edificar a paz. Rio de Janeiro, ano 8, n.11, p.1-34, nov.1980.

„Da guerra a paz. Rio de Janeiro, ano 10, n.5, p.1-34, maio 1982.

„Guerra a guerra. Rio de Janeiro, ano 11, n.1, p.1-36, jan.1983.

„Um futuro à altura do homem. Rio de Janeiro, ano 11, n.3, p.1-36, mar.1983.

„Educação: as perspectivas. Rio de Janeiro, ano 11, n.7, p.1-36, Jul.1983.

CUNHA, A.G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

CURIE, E. *Minha mãe, madame Curie*. In: *Grandes vidas, grandes obras*. Seleções do Reader's Digest, Lisboa, 1980

CUVILLIER, A. *Pequeno vocabulário da língua filosófica*. São Paulo, Nacional, 1961.

DAJOZ, R. *Ecologia Geral*. Petrópolis, Vozes, 1978.

DELGADO, J.M.R. *Emoções*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.

DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*, São Paulo, Atlas, 1983.

DEUS, J.D. *A crítica da ciência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

DEUSTSCH, M. KRAUSS, R.M. *Teorias em psicologia social*. Buenos Aires, Paidós, 1976.

- DODWELL, P.C. Novos horizontes da psicologia. São Paulo, IBRASA, 1979.
- DONZELOT, J. A polícia das famílias. Rio de Janeiro. Graal, 1980.
- DREISER, T. O pensamento vivo de Thoreau. São Paulo, Livraria Martins, 1943.
- DUNCAN, R. e WESTON-SMITH, M. (org.) A enciclopédia da ignorância. Brasília, UnB, 1981.
- DUNHAM, B. O homem contra o mito. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- DURCKHEIM, K.G. O culto japonês da tranqüilidade. São Paulo Cultrix, 1979.
- DURKHEIM, E. O suicídio. In: Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- EINSTEIN, A. O dilema do sábio. In: O Correio da UNESCO. Rio de Janeiro, ano 7, n.7, Jul. 1979, p.31-32.
- „ Como vejo o mundo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- „ Pensamento político e últimas conclusões. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- ELMS, A.C. The crisis of confidence in social psychology, American Psychologist, 1975, 30 (10):967-976.
- EVANS, P. Motivação. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- EVANS, R.I. Construtores da psicologia, São Paulo, SUMMUS, 1979.
- EYSENCK, H.J. Senso e contra-senso na psicologia. São Paulo IBRASA, 1974.

- „ Sexo, pornografia, personalidade. São Paulo, IBRASA, 1976.
- FADIMAN, J. e FRAGER, R. Teorias da personalidade. São Paulo HARBRA, 1979.
- FERGUSON, M. A conspiração aquariana: transformações pessoais e sociais nos anos 80. Rio de Janeiro, RECORD, 1980.
- FERREIRA, J.B. Quanto à agressão. Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada.
- FESTINGER, L., SCHACHTER, S., BACK, K. Social pressures in informal groups: a study of human factor in housing. New York, Harper, 1950.
- „, PEPITONE, A., E NEWCOMB, T.M. Some consequences of de-individuation in a group. Journal of Abnormal Social Psychology, 1952, 47, 382-389.
- „ RIECKEN, H. e SCHACHTER, S. When prophecy fails. Minneapolis, University of Minnesota Press 1956.
- „ A theory of cognitive dissonance. Stanford, Calif., Stanford University Press, 1957.
- „ e KATZ, D. A pesquisa na psicologia social. Rio de Janeiro, FGV, 1974.
- FEYERABEND, P. Contra o método. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- FREGE, G. sobre a justificação científica de uma conceitografia. In: Os pensadores, São Paulo, Abril Cultural 1980. v. LXI.
- FREUD, S. Além do princípio de prazer, psicologia de grupo

- e outros trabalhos. Rio de Janeiro, IMAGO, 1976, v. XVIII.
- „ Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos. Rio de Janeiro, IMAGO, 1976, v. XXII
- FRIED, S.B., GUMPER, D.C. e ALLEN, J.C. Ten years of social psychology: is there a growing commitment to field research? *American Psychologist*, 1973, 28(2):155-156
- FROMM, E. Anatomia da destrutividade humana. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- „ Análise do homem. Rio de Janeiro, Zahar, 1978a.
- „ O medo à liberdade. Rio de Janeiro, Zahar, 1978b.
- „ O coração do homem. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- FURTH, H. Piaget e o conhecimento. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1974.
- GAGARIN, Yuri e LIEBEDEV, V. Psicologia e cosmos. Rio de Janeiro, Record, 1969.
- GARDNER, M. Cientistas e excêntricos. *Ciência e cultura*. R. J., 1974, v. 26, n. 1.
- GARCIA-ROZA, L. A. Psicologia estrutural com Kurt Lewin. Petrópolis, Vozes, 1972.
- GAY, J. A ciência e o homem contemporâneo. In: WUKMIR, J. (org.) *Ciência e mitos*. Rio de Janeiro, O Correo da Unesco/F6V, 1973, p. 61-7
- GERGEN, K. Social psychology as history. *Journal of personality and Social Psychology*, 26, (2): 309-20, 1973

- GERGEN, K. A psicologia do intercâmbio do comportamento. São Paulo, EDUSP, 1973b.
- „ Toward generative theory. Journal of Personality and Social Psychology, 36.(II): 1334-60, 1978.
- GIBIER, P. Análise das coisas. Rio de Janeiro, F.E.B., 1947.
- GIWALA, F. e MASHINE, S. O duplo "apartheid" das mulheres. In: O Correio da UNESCO. Rio de Janeiro, ano 8, n. 9, set. 1980, p. 13-17.
- GOFFMAN, E. Manicomios, prisões e conventos. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- GOLDSCHMIDT, W. Comparative functionalism. Berkeley, Univ. of Berkeley Press, 1966.
- GOLDSTEIN, J.H. Psicologia social. Rio de Janeiro, Guanabara Dois, 1983.
- GOULD, L.M. A ciência e o humanismo do nosso tempo. In: WUKMIR, J. (org.) Ciência e mitos. Rio de Janeiro, O Correio da UNESCO/FGV, 1975, p. 45-59.
- GRECO, P. A explicação em psicologia. Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1984 a. (material didático para circulação interna).
- „ Epistemologia da Psicologia. Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1984b, (material didático para circulação interna).
- GREGORY, G. Benefícios do espaço. In: ESTRADA, S. (org.) Balanço da pesquisa espacial. Rio de Janeiro, FGV, O Correio da UNESCO (livros de bolso), 1970, 9-69.

- HABERER, J. Politização na ciência. In: DEUS, J.D. A crítica da ciência. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- HAGSTROM, W.O. O controle social dos cientistas. In: DEUS, J.D. A crítica da ciência. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- HALL, C. e LINDZEY G. Teorias da personalidade. São Paulo, E.P.U., 1984, v.I.
- HALL, E.T. A dimensão oculta. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- HARRE, R. (org.) Problemas da revolução científica. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.
- HEIDER, F. The psychology of interpersonal relations. New York, Wiley, 1958.
- HEISENBERG, Werner et alli. Problemas da Física Moderna. São Paulo, ed. Perspectiva, 1969.
- „ Física e filosofia. Brasília, 1981.
- HERRIGEL, E. A arte cavalheiresca do arqueiro zen. São Paulo Pensamento, 1983.
- HILGARD, E.R. Teorias da aprendizagem. São Paulo, E.P.U., 1975.
- HITT, William D. Two models of man. American Psychologist, 1969, 24(7): 651-658.
- HOLTON, G. A imaginação científica. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- HOLZKAMP, K. Kristische psychologie. Frankfurt, Fischer Taschenbuch Verlag, 1977.
- HUBERMAN, L. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- HUXLEY, J. WELLS, H.G.; WELLS, G.P. A ciência da ciência. Rio de

- Janeiro, Jose Olympio, 1957, v.3.
- HUXLEY, J. WELLS, H. G. e WELLS, G. P. A ciencia da vida. Rio de Janeiro, Jose Olympio, 1957, v.8.
- HUXLEY, A. A situacao humana. Rio de Janeiro, Globo, 1982.
- IMMERGLUCK, L. Determinismo - liberdade na psicologia contemporanea: um velho problema retomado. Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1981. (material didatico para circulacao interna).
- IVANIAN, I. e SOKOLOVA, E. A paz se aprende na escola. In: O Correio da UNESCO. R. J., nov. 1980, 8(11), p.26-29.
- JACOBSON, Nils-Olof. Vida sem morte. Rio de Janeiro, Nordica, 1979.
- JAPIASSU, H. Introducao ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979.
- JOHNSON, H. M. Introducao sistemática ao estudo da sociologia. Rio de Janeiro, Lيدador, 1960. (1a.ed.)
- JOHNSON, H. e SOLSO, R. Uma introducao ao planejamento experimental em psicologia: estudo de casos. São Paulo EPU, 1975.
- JOHNSON, R. N. Agressão no homem e nos animais. Rio de Janeiro, Interamericana, 1979.
- JOHNSTON, W. Cristianismo Zen. São Paulo, Cultrix, 1979.
- JUNG, C. G. Estudos sobre psicologia analitica. Petropolis, Vozes, 1978, v.VII.
- JUNG, C. G. e WILHELM, R. O segredo da flor de ouro: um livro de vida chines. Petropolis, Vozes, 1984.
- KALINA, Eduardo e KOVADLOFF, Santiago. As cerimônias da destruição. Rio de Janeiro, F. Alves, 1983.

- KAMIYA, J. Controle operante do ritmo alfa eletroencefalográfico e alguns de seus efeitos sobre a consciência. In: WEIL, P. et alli. Psicofisiologia da consciência cósmica. Petropolis, Vozes, 1978.
- KAPLAN, A. A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento. São Paulo, Ed. Herder, 1969.
- KERLINGER, F.N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais. São Paulo, EPU, 1980.
- KHUN, T.S. Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa? In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. A crítica e o desenvolvimento. São Paulo, Cultrix, 1979, p.5-32.
- .. Reflexões sobre os meus críticos. In: LAKATOS, I. MUSGRAVE, A. A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo, Cultrix, 1979, p.285-343.
- .. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- KING, A. The elite and the obsolete. Science and Public Policy. Dec.1974, p.371.
- KLEIN, M. Psicanálise da criança. São Paulo, Mestre Jou, 1975.
- KLUCKHOHN, C. Culture and behavior. In: G.LINDZEY (ed.) Handbook of social psychology. Cambridge, Addison-Wesley Publishing Company, 1954, v.II.
- .. Antropologia: um espelho para o homem. Belo Horizonte, Itatiaia, 1983.
- KNELLER, G. Arte e ciência da criatividade. São Paulo, IBRASA 1976.
- .. A ciência como atividade humana. Rio de Janeiro,

- Zahar, Sao Paulo, EDUSP, 1980.
- KOESTLER, A. As razões da coincidência. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1973.
- KOYRE, A. Do mundo fechado ao universo infinito. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- KRUGER, H.R. O problema da objetividade na investigação psicológica. In: Revista da Universidade Católica de Petrópolis, Julho, 1976, 3, 53-62.
- „Educação e liberdade. In: Revista da Universidade Católica de Petrópolis, Julho, 1983, 5, 33-40.
- „Fundamentos da psicologia social. Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1984.
- KRUIF, P. A luta contra a morte. Porto Alegre, Globo, 1938.
- KUNENE, M. Os filhos do "apartheid". In: O Correio da UNESCO, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, Dez. 1979, p. 4-11.
- LADRIERE, J. Os desafios da racionalidade. Petrópolis, Vozes, 1979.
- LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. Sao Paulo, Cultrix, 1979.
- LAKATOS, I. e MARCONI, M. Técnicas da pesquisas. São Paulo, Atlas 1982.
- „Metodologia científica. São Paulo, Atlas, 1983.
- LANDMANN, J. Evitando a saúde & promovendo a doença. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.
- „Medicina não é saúde. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.

- LANES, S. e CODO, W. (org.) Psicologia social. São Paulo, Brasileira, 1984.
- LATANE, B. e DARLEY, B. The unresponsive bystander: why doesn't he help? New York. Appleton, 1970.
- LATTES, C. Em debate, a teoria da relatividade. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 Jun. 1980, p. 1B.
- LEACH, E. R. Repensando a antropologia. São Paulo, Perspectiva 1974.
- LEAKEY, R. E. e LEWIN, R. Origens: o que novas descobertas revelam sobre o aparecimento de nossa espécie e seu possível futuro. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB, 1981, p. 30-31.
- LEAN, T. J. e VEIGA, C. L. Educação: quando aprender é função de vivenciar. Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1981, 33p. (trabalho datilografado não impresso)
- LEWIN, K. Principles of topological psychology. New York, McGraw-Hill, 1936.
- LEWIN, K., LIPPT, R. e WHITE, R. K. Patterns of aggressive behavior in experimentally created "Social climates". Journal of Social Psychology, 1939, 10, 271-299.
- LEWIN, K. Resolving social conflicts. New York Harper, 1948. (traduzido: Problemas de dinâmica de grupo. São Paulo, Cultrix, 1970.
- .. Teoria de campo em ciência social. São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1a. ed. 1951, 1965.
- LINTON, R. Cultura e Personalidade. São Paulo, Mestre Jou, 1979.
- LIPPMANN, H. L. A sombra de Friedrich Nietzsche (apostila), 1959

- LOPES, J.L. A ciência e a construção da sociedade. *Ciência e cultura*. 36(10), Out. 1984, p. 1732-1741.
- LORENZ, K. *Das sogenannte Böse, zur Naturgeschichte der Aggression*. Viena, Borotha-Scholer Verlag, 1963. (tradução: *On Aggression* - Nova York, Hartcourt Brace Jovanovich, 1966.
- .. *Civilização e pecado*. São Paulo, Arte Nova, 1973.
- LOSEE, J. *Introdução histórica a filosofia da ciência*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.
- LURIA, A.R. *Curso de psicologia geral*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, v.I.
- LUSTBADER, E. *Ninja*. Rio de Janeiro, Record, 1980.
- MCDONALD, G.J.F. *Como destruir o ambiente*. In: CALDER, N. (org.) *Se não houver paz*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1968, p. 231-258.
- MADSEN, K.B. *Teorias de la motivation*. Buenos Aires, Paidós, 1972.
- MAHONEY, M.J. *Scientist as subject: the psychological imperative*. Cambridge, Ballinger Publishing, 1976.
- MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.
- .. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- .. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MAQUIAVEL, N. *Vida e obra*. In: MARTINS, C.E. (consult.) *Os Pensadores*. São Paulo.

- MARX, M.H. A Dimensao da clareza operacional. Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1981, (circulacao in  
terna).
- MARX, M. e HILLIX, W. Sistemas e teorias em psicologia. Sao  
Paulo, Cultrix, 1976.
- MASLOW, A. Psychology of science. New York, Harper and Row  
1966.
- .. As necessidades de conhecimento e o seu condici-  
onamento pelo medo e pela coragem. In: DEUS, J.D. A  
critica da ciencia. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- MASTERMAN, M. A natureza de um paradigma. In: LAKATOS, I. e  
MUSGRAVE, A. A Critica e o desenvolvimento do co-  
nhecimento. Sao Paulo, Cultrix, 1979.
- MATTA, R. Relativizando: uma introducao a antropologia so-  
cial. Petropolis, Vozes, 1981.
- M'BOW, A.-M. Onde o futuro comeca. In: O Correio da UNESCO.  
Rio de Janeiro, mar. 1983, 11(3): 1-36.
- McCONNEL, J.V. Psicologia. Rio de Janeiro, Interamericana,  
1978.
- McGUIRE, W. Some impending reorientations in social psycho-  
logy. Journal of Experimental Social Psychology,  
1967, 3, 124-139.
- .. The yin and yang of progress in social psycholo-  
gy: seven koan. Journal of Personality and Social  
Psychology, 1973, 26(3): 446-56.
- McLUHAN, M. A galaxia de Gutenberg. Sao Paulo, Nacional, 1977,
- MEDAWAR, P. Conselho a um jovem cientista. Brasilia, UnB, 1982

- MELLO, L.G. Antropologia cultural. Petropolis, Vozes, 1982.
- MERTON, R.K. Sociologia: teoria e estrutura. Sao Paulo, Mestre Jou, 1970.
- .. A ambivalencia sociologica. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- MILGRAN, S. Nationality and conformity. Scientific American 1961, 205,(6),45-51.
- .. Obediencia a autoridade. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- MILHOLLAN, F. e FORISHA, B.E. Skinner x ROGERS: maneiras contrastantes de encarar a educacao. Sao Paulo, SUMMUS, 1978.
- MILLON, T. Teorias da psicopatologia e da personalidade. Rio de Janeiro, Interamericana, 1979.
- MINOGUE, K. O conceito de Universidade, Brasilia, UnB, 1981.
- MITTROFF, I. The subjective side of science. Nova York, ELSEVIER, 1974.
- MONDOLFO, R. O infinito no pesamento da antiguidade classica. Sao Paulo, Mestre Jou, 1968a.

- MONDOLFO, R. O homem na cultura antiga. Sao Paulo, Mestre Jou, 1968b.
- MOODY, R. Vida depois da morte. Rio de Janeiro, Nordica, 1979.
- MOORE, C.A. (org.) Filosofia: oriente e ocidente. Sao Paulo, Cultrix, 1978.
- MOREL, R.L.M. A pesquisa cientifica e seus condicionamentos sociais. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.
- MORGENBESSER, S. Filosofia da ciencia. Sao Paulo, Cultrix, 1972.
- MORIN, E. O enigma do homem, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.  
e PIATTELLI-PALMARINI, M. (org.) A unidade do homem: invariantes biologicos e universais culturais. Sao Paulo, Cultrix, 1978. v. I, II e III.
- MORREN, P. O entendimento internacional na escola. In: O Correio de UNESCO. Rio de Janeiro, nov. 1980, 8(11):31-33.
- MURRAY, E.J. Motivacao e emocao. Rio de Janeiro, Zahar, 1973
- MUSSEN, P., CONGER, J. e KAGAN, J. Desenvolvimento e personalidade da criança. Sao Paulo, HARBRA, 1977.
- NEEL, A.D. Iniciacoes tibetanas. Rio de Janeiro, Civilizacao Brasileira, 1976.
- NIETZSCHE, F.W. A gaia ciencia. In: Os pensadores. Sao Paulo, Abril Cultural, 1978.
- NORTHROP, F.S. Introducao aos problemas da filosofia natural. In: HEISENBERG, W. Fisica e filosofia. Brasilia 1981.
- OGDEN, C.K. e RICHARDS, I.A. O significado de significado.

- Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- OLIVEN, R.G. Violencia e cultura no Brasil. Petropolis, Vozes, 1982.
- ORWELL, G. A revolucao dos bichos. Rio de Janeiro, Globo, 1975.
- PAGES, M. Orientacao nao diretiva em psicoterapia e psicologia social. Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- PAIVA, G.J. Introducao a psicologia intercultural. Sao Paulo 1978.
- PAPALIA, D.E. e OLDS, S.W. O mundo da crianca. Sao Paulo, McGraw-Hill, 1981.
- PASCAL, B. Pensamentos. In: Os pensadores. Sao Paulo, Abril Cultural, 1979.v.XXX.
- PATAI, R. O mito e o homem moderno. Sao Paulo, Cultrix, 1974
- PAULING, L. e CAMERON, E. Acido ascorbico e os glicosomino-glicanos: um enfoque ortomolecular do cancer e outras doencas. In: DUNCAN, R. e Weston-Smith, M. (org.) A enciclopedia da ignorancia. Brasilia, UnB, 1981:435-446.
- PECK, D. e WHITLOW, D. Teorias da Personalidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- PELTO, P.J. Iniciacao ao estudo da antropologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- PENNA, A.G. Introducao a historia da psicologia contemporanea. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- . Introducao a psicologia cognitiva. Sao Paulo, EPU 1984.

PIAGET, J. Sabedoria e ilusões da filosofia. São Paulo, DIFEL, 1969.

„ A situação das ciências do homem no sistema das ciências. Lisboa, Bertrand, 1973.

„ Psicologia e epistemologia. Rio de Janeiro, Forense-Universitaria, 1978.

PIATELLI-PALMARINI, M. (org.) Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem: o debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky. São Paulo, Cultrix, 1983.

PIERON, H. Dicionário de psicologia. Porto Alegre, Globo, 1972.

PING, J. Duvidas, receios e esperanças. In: O Correio da UNESCO. Rio de Janeiro, ano 11, n.5, mai. 1983, p.8.

POPPER, K.R. A sociedade aberta e seus inimigos. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974, v.2.

„ A lógica da pesquisa científica. São Paulo, Cultrix, 1975a.

„ Conhecimento objetivo. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975b.

„ Autobiografia intelectual. São Paulo, Cultrix, 1977.

„ Lógica das ciências sociais. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro; Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1978.

„ A miséria do historicismo. São Paulo, Cultrix, 1980.

„ Conjeturas e refutações. Brasília, UnB, 1980b.

- POPPER, K. O racionalismo crítico na política. Brasília, Universidade de Brasília, 1981.
- POURSIN, J. e DUPUY, G. Malthus. São Paulo, Cultrix/USP, 1975
- PRICE, D. de Solla O desenvolvimento da ciência. Rio de Janeiro, Livro Técnicos e Científicos, 1976./a
- A ciência desde a Babilônia. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976./b
- PRIGOGINE, I. e DANZIN, A. Ciência e necessidades humanas. In: O Correio da UNESCO. Rio de Janeiro, ano 10, n.4, abr.1982, p.4-9.
- RADNITZKY, G. Escolas contemporâneas de metaciência. Suécia. Berlingska Bortryckeiet, 1970.
- RAMON Y CAJAL, S. Investigação científica. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- REIS, J. Responsabilidade de cientistas e jornalistas científicos. Ciência e Cultura, n.26, p.657-61, 1974.
- „ A ciência no mundo moderno. In: WUKMIR, J. (org.) Ciência e mitos. Rio de Janeiro, FGV, O Correio da UNESCO (livros de bolso), 1975, p.5-19.
- REUCHLIN, M. Introdução a psicologia. Rio de Janeiro, Zahar 1979.
- RHINE, J.B. Fenômenos psi e psiquiatria. São Paulo, HEMUS, 1966.
- RICOEUR, P. História e verdade. Rio de Janeiro, Forense, 1968
- RING, K. Experimental social psychology: some sober questions about some frivolous values. Journal of Experimental Social Psychology, 1967, 3, 113-23.

- RING, K. Uma visão transpessoal da consciência: um mapeamento das mais distantes regiões do espaço interior. In: WEIL, P. et. alli. Cartografia da consciência humana. Petrópolis, Vozes, 1978.
- ROBINSON, D. Report says 10 churches abet "immoral acts" of arms industry. New York Times, January 5, 1972.
- RODRIGUES, A. Estudos em psicologia social. Petrópolis, Vozes, 1979.
- .. Aplicações da psicologia social. Petrópolis, Vozes, 1981.
- ROGERS, C.R. e COULSON, W. (org.) O homem e a ciência do homem. Belo Horizonte, Interlivros, 1973.
- ROKEACH, M. Crenças, atitudes e valores. Rio de Janeiro. Interciência, 1981.
- ROSEN, G. Da polícia médica a medicina social. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- ROUGIER, L. Verdade jornal e verdade empírica das proposições. Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1981, cap.1, (material didático para circulação interna).
- RUDIO, F. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, Vozes, 1982.
- RUDNER, R.S. Filosofia da ciência social. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- RUSSEL, B. Autobiografia de Bertrand Russell. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, v.II.
- .. Ética e política na sociedade humana. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

- SA, C.P. Psicologia do controle social. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.
- SADE, D.A.F. Os 120 dias de Sodoma. São Paulo, HEMUS, 1969.
- SARGANT, W. A possessão da mente. Rio de Janeiro, IMAGO, 1975.
- SARGENT, s.s. E STRAFFORD, K.R. Ensinaamentos básicos dos grandes psicólogos. Porto Alegre, Globo, 1977.
- SATIR, V. Terapia do grupo familiar. Rio de Janeiro, F.Alves, 1980.
- SAWREY, J.M. e TELFORD, C.W. Psicologia do ajustamento. São Paulo, Cultrix, 1974.
- SCHLENKER, B.R. Social psychology and science. Journal of Personality and Social Psychology, 1974, 1-15.
- SCHNEIDER, D. Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, G. (org.) Desvio e divergência. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- SCHNEIDER, E. Psicologia social, histórica, cultural, política. Rio de Janeiro, Guanabara Dois, 1978.
- SCHRADER, A. Introdução a pesquisa social empírica. Porto Alegre, Globo, 1978.
- SCHRODINGER, E. A nossa imagem da matéria. In: GHINBERG, G.K. (org.) Problemas da física moderna. São Paulo, Perspectiva, 1969.
- SCHULTZ, D. História da psicologia moderna. São Paulo, Cultrix, 1981.
- SCRIVEN, Michael. Um traço essencialmente impedível do comportamento humano. In: MORGENBESSER, S. (org.) Filosofia da Ciência. São Paulo, Cultrix e Editó-

ra da Universidade de São Paulo.

- SELIGMAN, M.E. Desamparo. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1977.
- SEMINERIO, F. Lo Presti. Diagnóstico psicológico: técnica do exame psicológico, fundamentos epistemológicos. São Paulo, Atlas, 1977.
- „ A epistemologia da psicologia. Rio de Janeiro, ISOP/CPGPNFGV, 1981, Parte 1, cap.1.
- SHERIF, M. The psychology of social norms New York, Harper, 1936,
- „ e SHERIF, C. Psicologia social. Mexico, HARLA, 1974.
- SIGELMANN, E. Anomia e desorganização: estudo psicológico em contexto brasileiro. Tese de Doutorado, FGV, 1981
- SILVERMAN, I. Crisis in social psychology: The relevance of relevance. American Psychologist, n.26, p.583-4, 1971.
- SKINNER, B.F. Sobre o behaviorismo. São Paulo, Cultrix, 1982
- SMITH, J.M. As limitações da teoria da evolução In: DUNCAN, R. e WESTON - Smith, M. A enciclopedia da ignorância. Brasília, UnB, 1981, p.273-281.
- SOUZA, C.C. Introdução a psicologia tibetana, Vozes, Petrópolis, 1982.
- SPENCE, K.W. Natureza do conhecimento científico. Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1981 (material didático para circulação interna).
- SPRANGER, E. Formas de vida. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- STAATS, A.W. e STAATS, C.K. Comportamento humano complexo. São Paulo, E.P.U., 1973.

- STORR, A. A agressao humana. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- SUZUKI, D.T. Conferencias sobre zen-budismo. In: et.al.  
Zen-Budismo e psicanalise. Sao Paulo, Cultrix,  
1976a, p.9-91.  
„ Mistica: crista e budista. Belo Horizonte,  
Itatiaia, 1976b.  
„ Viver atraves do Zen. Rio de Janeiro, Zahar,  
1977.
- SZASZ, T. A fabricacao da loucura. Rio de Janeiro, Zahar,  
1976.
- TART, C. Fundamentos cientificos para o estudo de estados  
alterados da consciencia. In: WEIL, P. et.alli. Mis-  
tica e ciencia. Petropolis, Vozes, 1978.
- THUILLIER, P. Ciencia e subjetividade: o caso Einstein. In:  
O Correio da UNESCO. Rio de Janeiro, ano 7, n.7  
jul, 1979, p.24-29.
- TORNEY, J. e GAMBRELL, L. Educacao, desarmamento e direitos  
humanos. In: O Correio da UNESCO. Rio de Janeiro,  
nov. 1980, 8(11): 5-9.
- TORRES, R. C., GUEDES, W.G. e TORRES, W.C. Uma abordagem  
psicologica do cientista. In: Arquivos Brasileiros  
de Psicologia Aplicada, abr./jun. 1975. 27(2):82-  
103.
- VELHO, G. (org.) Desvio e divergencia. Rio de Janeiro, Zahar  
1979.
- VEIGA, C.L. Peri-Cybernetics. Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV  
1980a, 46p. (trabalho datilografado nao impresso).

- VEIGA, C.L. Teoria geral dos sistemas e alquimia. Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1980b, 37p. (trabalho datilografado nao impresso)
- „ O menor abandalhado. Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1981a, 21p. (trabalho manuscrito nao impresso.
- „ Quis custodiet ipsos custodes? Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1981b, 96p. (trabalho datilografado nao impresso).
- „ Philip G. Zimbardo: alguns comentarios. Rio de Janeiro, ISOP/CPGP/FGV, 1981g., 19p. (trabalho manuscrito nao impresso)
- VERA, A. Metodologia da pesquisa cientifica. Porto Alegre, Globo, 1979.
- WANN, T.W. (ed.) Behaviorism and phenomenology. Chicago, The University of Chicago Press, 1974.
- WATSON, R.I. Investigation into deindividuation using a cross-cultural survey technique. Journal of Personality and Social Psychology, 1973, 25, 342-345.
- WATTS, A.W. Psicoterapia oriental e ocidental. Rio de Janeiro, Record, 1972.
- WEIL, P. (org.) Colecao de psicologia transpessoal. Petropolis, Vozes, 1978, 5v.
- WHALEY, D.L. e SURRAT, S.L. O espirito cientifico. Sao Paulo, EPU, 1976.
- WHITEHEAD, A.N. A reacao romantica. In: DEUS, J.D. A critica da ciencia. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

WHITING, J. The cross-cultural method. In: LINDZEY, G. et. alli (ed.) Handbook of social psychology. Cambridge, Addison-Wesley, 1954: 523-531.

WINNICOTT, D.W. Textos selecionados: da pediatria a psicanalise. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

ZIEGLER, J. Os vivos e a morte. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

. Manual de sociologia da oposição. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

ZIMAN, J. Conhecimento publico. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.

. A força do conhecimento. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.

ZIMBARDO, PHILIP G. e EBBESEN, EBBE B. Influencia em atitudes e modificacoes de comportamento. Sao Paulo, Edgard Blucher, ed. da Universidade de Sao Paulo, 1973

YOUNG, K. Psicologia social de la revolucion y de la guerra. Buenos Aires, Paidós, 1969.

YURRE, G.R. Etica. Vitoria, ESET, 1969.

*Considerar  
(Força da  
ordem estabelecida)*

## APÊNDICE 1

A descrição que acompanha estas linhas foi fornecida ao final de toda entrevista com o pessoal responsável pela invenção e fabricação de armas. Nomes e local não puderam ser citados posto ser este um imperativo condicional para a realização e viabilidade das entrevistas.

A inalação de Sarim, gás venenoso, causa os seguintes sintomas: corrimento nasal; sensação de aperto no tórax; obnubilação da visão; dificuldade de respiração; baba e suores excessivos; náuseas, vômitos, cólicas, defecção e micção involuntárias; convulsões; contrações espasmódicas e cambaleios; dor de cabeça, confusão, sonolência, coma, estertor, cessação da respiração e morte. (N. Calder, p.176).

## APÊNDICE 2

Afirma-se na seção intitulada "A força do conhecimento como condição de vida" que os mitos operam a passagem do irracional para o racional, sendo, portanto, uma forma de organizar a percepção da experiência ou da fantasia, o importante é que haja ordem para existir compreensão. Assim, após o estudo de algumas obras sobre a história das crenças do sagrado e dos mitos, selecionou-se uma narrativa oriunda do acervo mitográfico nórdico, para exemplificar a força da necessidade que o homem possui para organizar a experiência conforme S. Freud e M. Erickson já observaram.

Antes de expor a narrativa, deve-se, desde já, informar ao leitor que o rol de obras consultadas, por não serem inerentes a dissertação de forma direta, encontram-se registradas bibliograficamente no final deste apêndice.

O mito em questão é oriundo da mitologia germânica e envolve duas passagens, na primeira o deus Wotan e o herói Sigmund, que, apesar de ser fiel seguidor do deus é abandonado em combate a própria sorte (diga-se que até então o deus o amparava através de uma espada invencível); o segundo episódio também com Wotann porém com outro herói, Harald Hilditonn, apresenta-se em princípio inexplicável pois o deus, após disfarçar-se de escudeiro do herói, o empurra do carro de combate e o mata com uma maçã. O comportamento imprevisível, caprichoso e irracional de Wotan no entanto é explicado em função de uma ordem maior, a qual torna suas

traições aos heróis parte de um estratagema para salvar o mundo da catástrofe do Ragnarök, o destino fatal, i.e., no ocaso dos deuses, Fenris, um lobo terrível há muito aprisionado se libertará e lutará com Wotan, haverá uma luta entre os deuses e os demônios, por isto Wotan mata os heróis precocemente: para carregá-los ao Valhala, sua morada celestial, a fim de preparar melhor seus guerreiros para o crepúsculo dos deuses. Conclusão, Wotan não é desequilibrado mas calculista, aquilo que aparenta irracionalidade em suas atitudes é conduta perfeitamente racional se observada de um prisma ordenador mais amplo, e isto - o mito - é criado pelo homem que se tranquiliza diante da ordem, e por isto sempre a imprime em suas histórias.

Obras consultados:

BULFINCH, T. O livro de ouro da mitologia. Rio de Janeiro, Tecnoprint Grafica, 1965.

DONATO, H. Dicionário das mitologias americanas. São Paulo, Cultrix/MEC, 1973.

DUNHAM, B. O homem contra os mitos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

ELIADE, M. O sagrado e o profano: a essência das religiões. Lisboa, Lisboa do Brasil, "s.d."

„ El chamanismo. México, Fondo de Cultura, 1960.

„ Mito e realidade. São Paulo, Perspectiva, 1972.

„ Patanjali y el yoga. Buenos Aires, Paidós, 1978.

„ História das crenças e das idéias religiosas.

Rio de Janeiro, Zahar, 1978, 5v. (\*Nesta obra o

leitor encontra uma vasta análise crítica de outros estudos).

„ O mito do eterno retorno. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

„ Ferreiros e alquimistas. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

GENNEP, A. Os ritos de passagem. Petropolis, Vozes, 1978

GUIMARAES, R. Dicionário da mitologia grega. São Paulo, Cultrix, 1972.

JUNG, C.G. O homem e seus símbolos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

„ Psicologia da religião ocidental e oriental. Petropolis, Vozes, 1980.

MARCIREAU, J. Ritos estranhos no mundo. Lisboa, Bertrand, 1975.

MUSSOLIN, O.R. Dicionário da mitologia nórdica. São Paulo, Enigmistica Moderna, s.d.

„ Dicionário das mitologias greco-romana e etrusca. São Paulo, Enigmistica Moderna, s.d.

PATAI, R. O mito e o homem moderno.

PUECH, H.C. (org.) Las religiones antiguas. Mexico, Siglo Veintiuno, 1977.

RIBEIRO, J.C. Vocabulário e fabulário da mitologia. São Paulo, Martins, 1962.

SPALDING, T. Dicionário de mitologia greco-latina. Belo Horizonte, Itatiaia, 1965.

„ Dicionário da mitologia latina. São Paulo, Cultrix/MEC, 1972.

„ Dicionário das mitologias europeias e orientais.  
São Paulo, Cultrix/MEC, 1973.

TOYNBEE, A. A humanidade e a Mae-Terra. Rio de Janeiro, Zahar  
1979.

VEYNE, P. Acreditavam os gregos em seus mitos? São Paulo,  
Brasiliense, 1984.

WEIL, P. Esfinge: estrutura e mistério do homem. Petrópo-  
lis, Vozes, 1973.

„ Mística do sexo. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

## APÊNDICE 3

Embora o autor desta tese não seja especializado em medicina, muito menos ortomolecular, i.e., a preservação da saúde e o tratamento de doenças pela variação das concentrações no corpo humano, de substâncias que normalmente estão presentes no corpo e são necessárias a saúde, ainda assim, ousa comparar os processos macrosociais (a guerra) e os microbiológicos (o câncer). Segundo L. Pauling e E. Cameron (1981, p.439) o câncer "pode não ser outra coisa que a exibição permanente, por algumas células, de uma propriedade biológica fundamental possuída por todas as células"... e seria a ausência de uma substância denominada PHI que desequilibraria o processo, gerando o câncer. Justamente, ao comentar as formas tradicionais de tratamento - o fortalecimento do tecido conjuntivo por radioterapia ou hormônios - alertam os autores citados: "no entanto, é também verdade que nenhum tipo de tratamento do câncer baseado sobre o efeito antineoplásico da modificação do tecido conjuntivo pode ser mais paliativo, porque tornar o tecido conectivo totalmente resistente a hialuronidase (substância que permite a proliferação celular) significaria criar uma situação incompatível com a própria vida". (op.cit., p.441).

Da mesma forma uma célula social que pretende preservar-se através da guerra, determina um processo de morte que engloba a si própria, sendo que, vale ressaltar, com as técnicas de mega morte atuais toda a vida do planeta está ameaçada.

## APÊNDICE 4

As obras consultadas foram classificadas em três grandes grupos: aquelas que se destinam a introduzir noções sobre a metodologia da ciência; as que tentam demarcar a ciência usando critérios da filosofia da ciência, enfocando o aspecto teórico-formal; e as que partem de um prisma sociológico e psico-histórico para examinar a atividade científica.

No primeiro caso: P.Demo (1983), R.Alves (1984), F.Kerlinger (1980), A.Kaplan (1969), A.Cervo e P.Bervian (1978), F.Rudio (1982), E.Lakatos e M.Marconi (1982, 1983), B.Anderson (1977), A.Vera (1979), A.Schrader (1978), C.Castro (1978), D.Whaley e S.Surratt (1976), H.Johnson e R.Solso (1975), L.Festinger e D.Katz (1974). Em seguida M.Bunge (1980), K.Popper (1974, 1975a, 1975b, 1977, 1980b), S.Morgenbesser (1972), podem ser arroladas como do segundo tipo. Ao passo que A.Brannigan (1984), A.Koyre (1979, 1982), D.Price (1976b), T.Khun (1978), J.Ziman (1979, 1981), J.Losee (1978), podem figurar no último grupo.

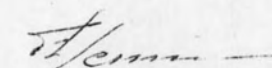
Algumas obras apresentam uma mescla de ênfase, assim I.Lakatos e A.Musgrave (1974), G.Kneller (1980), J.Deus (1979), R.Harre (1976), G.Holton (1979) e S.Ramon y Cajal (1979), são publicações que comportam análises socio-psicológicas e filosóficas, na mesma proporção. Já, aquelas listadas nos três grupos emprestam uma forte ênfase aos aspectos mencionados como critérios para a formação da classificação.

"Se o cientista de nossos dias achar tempo e coragem para refletir de modo honesto e crítico acerca de sua situação e acerca das tarefas que se antepõem, e se passar a agir conseqüentemente a elas, existem possibilidades de uma solução sensata e satisfatória para a perigosa situação internacional da atualidade".

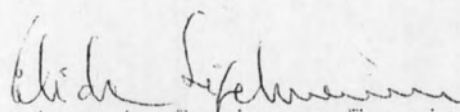
(A. Einstein, 1979)

A dissertação O PAPEL DA PSICOLOGIA SOCIAL FRENTE AO PODER  
E AO CONTROLE DA DESTRUTIVIDADE foi considerada *aprovada*


Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1985



Professor Orientador



Membro da Comissão Examinadora



Membro da Comissão Examinadora